

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PAOLLA ROLON ROCHA**

**CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO EM TRÊS LAGOAS:  
SUL DE MATO GROSSO (1920-1970)**

**CAMPO GRANDE - MS  
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PAOLLA ROLON ROCHA**

**CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO EM TRÊS LAGOAS:  
SUL DE MATO GROSSO (1920-1970)**

Relatório de Dissertação apresentado ao curso de Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Margarita Victoria Rodríguez.

**CAMPO GRANDE- MS  
2019**

ROCHA, Paolla Rolon.

Criação e Expansão do Ensino Primário Público em Três Lagoas: Sul de Mato Grosso: (1920-1970) / Paolla Rolon Rocha. – Campo Grande, MS – 2019.

Orientadora: Margarita Victoria Rodríguez.

Dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, campus de Campo Grande, Programa de Pós Graduação em Educação.

1. Três Lagoas; 2. Sul de Mato Grosso; 3. Ensino Primário; 4. Políticas Educacionais; 5. Grupo Escolar Afonso Pena. I. RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. II. Título.

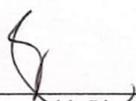
**PAOLLA ROLON ROCHA**

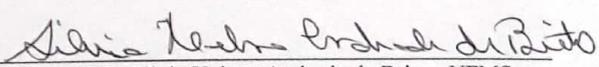
**CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO EM TRÊS LAGOAS: SUL  
DE MATO GROSSO (1920 – 1970)**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação,  
da Faculdade de Educação, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como  
requisito final para a obtenção do título de Mestre.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez - UFMS  
Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª. Dra. Adriana Aparecida Pinto – UFGD  
Membro Titular

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito - UFMS  
Membro Titular

Campo Grande - MS, 27 de fevereiro de 2019

Dedico essa Dissertação ao meu Avô Sebastião Rolon (*in memoriam*) por me ensinar a ter fé e sempre acreditar que seria capaz de vencer os desafios e nunca desistir dos meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Kenia, pai Alvino (*in memoriam*), irmã Paula e toda a minha família (em especial: José Arthur, tia Giselle, tia Leila, tio Junior, tio Mauro, tio Heitor e meus primos Ricardo, Betinho e Liliane) por sempre estarem comigo, entenderem as minhas ausências nas reuniões familiares e por torcerem por mim. Sem o apoio de vocês nada disso seria possível.

Agradeço a Professora Doutora Margarita Victoria Rodríguez, minha querida orientadora, que conduziu toda a minha trajetória acadêmica desde a inserção no Programa de Iniciação Científica na graduação em 2013, por acreditar no meu potencial, pelo apoio, pela paciência e incentivo a sempre melhorar. Sem os seus conselhos eu não conseguiria chegar onde estou.

Às Professoras da Banca: Professora Doutora Adriana Pinto que contribuiu de forma significativa e valiosa para que o trabalho melhorasse - meu agradecimento especial; e Professora Doutora Silvia Helena de Andrade Brito, que contribuiu desde as disciplinas no mestrado com grupo de estudos HISTEDBR-MS - obrigada pelas contribuições que foram ímpares para a realização dessa dissertação.

Aos docentes e a equipe do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em especial a Professora Doutora Carina Elisabeth Maciel pelo apoio.

Às minhas melhores amigas que ganhei na Pedagogia, que sempre farão parte da minha vida e que tem um lugar muito especial em meu coração: Anielise Mascarenhas Guedes obrigada pelos conselhos e broncas, por estar sempre comigo nos melhores e piores momentos; Elaine Cristina Freitas Veiga, que desde o primeiro dia de aula na graduação sempre esteve ao meu lado; Hellen Caroline Valdez Monteiro minha parceira em artigos, obrigada por tudo e Carliani Portela do Carmo, pois estivemos juntas na graduação e no mestrado.

Aos colegas do Mestrado que compartilharam as alegrias e angústias dos momentos ali vividos.

Às amigas que ganhei no Mestrado: Joyce Almeida de Sena Carvalho, Abigail Ferreira Alves e Janaina da Silva de Oliveira - obrigada pela amizade e pela contribuição com o desenvolvimento da minha pesquisa.

O Mestrado me deu também amigos que foram além da convivência das aulas e da pesquisa, amigos que estiveram ao meu lado em diversos momentos (estudos, viagens e diversão). Juliano Candia Pedrozo, agradeço por mostrar que a vida não precisa ser só estudar,

por sua animação que contagia e pelas diversas histórias em pouco tempo. Jéssica Lima Urbietta, obrigada pelo apoio e conselhos. Ariadne Souza Teixeira, companhia de estudos na biblioteca e dos almoços, agradeço o carinho.

Ao grupo de Estudos e Pesquisas História Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR-MS).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que subsidiou a realização da pesquisa, pela bolsa de estudos concedida.

“A gratidão é o único tesouro dos humildes”

William Shakespeare

## RESUMO

A presente dissertação está inserida na Linha de Pesquisa História, Políticas e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem como objeto de estudo a expansão do ensino primário público na cidade de Três Lagoas, Sul de Mato Grosso no período de 1920 a 1970. O objetivo geral é analisar o movimento histórico que propiciou as condições materiais para a consolidação do ensino primário público em Três Lagoas. Também se discute a influência das políticas nacionais do ensino primário para com as políticas estaduais e quais as determinações históricas, sociais e políticas para a expansão das escolas primárias na cidade de Três Lagoas. Para a realização da pesquisa a metodologia utilizada foi análise documental da legislação sobre o ensino primário no âmbito nacional e regional, tais como, Decretos publicados no Diário Oficial de Mato Grosso (1920-1970) sobre criações de escolas no município, Legislação Municipal da cidade de Três Lagoas a respeito de criação de escolas, livros sobre o ensino primário em Mato Grosso e Relatório Anual da Escola Afonso Pena. O aporte teórico utilizado corresponde ao materialista-histórico-dialético para a compreensão do contexto da sociedade no período final da Primeira República até o início da ditadura militar. Ao analisar alguns marcos políticos e legais na história da educação, se evidencia que não deve ser resvalado por reducionismos que a particularizam sem inserir no contexto da totalidade mediada pelas relações de produção, e luta de classes entre exploradores e explorados. Como resultado a pesquisa verificou que a expansão industrial do País provocou a necessidade de criação de novas escolas, pois naquele momento histórico precisava-se qualificar a classe trabalhadora, entretanto, no caso da cidade de Três Lagoas, verifica-se que a instalação das instituições escolares esteve motivada pelo processo de urbanização, que obedeceu ao desenvolvimento das atividades econômicas da região que se caracterizava pela pecuária, mas também pelo comércio, além da chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que alterou o perfil social e econômico da cidade.

**Palavras-chave:** Três Lagoas. Sul de Mato Grosso. Ensino Primário. Políticas Educacionais. Grupo Escolar Afonso Pena.

## ABSTRACT

This dissertation is part of the History, Policies and Education Research Line of the Master Course in Education of the Federal University of Mato Grosso do Sul. Its objective is to study the expansion of public primary education in the city of Três Lagoas, South of Mato Grosso in the period from 1920 to 1970. The general objective is to analyze the historical movement that provided the material conditions for the consolidation of public primary education in Três Lagoas. It also discusses the influence of national policies of primary education on state policies and what are the historical, social and political determinations for the expansion of primary schools in the city of Três Lagoas. In order to carry out the research, the methodology used was analyzing documents such as legislation on primary education at the national and regional levels, such as Decrees published in the Official Gazette of Mato Grosso (1920-1970) on the creation of schools in the municipality, Municipal Legislation city of Três Lagoas regarding the creation of schools, books on primary education in Mato Grosso and Annual Report of the Afonso Pena School. The theoretical contribution used corresponds to the materialist-historical-dialectic for understanding the context of society in the final period of the First Republic until the beginning of the military dictatorship. When analyzing some political and legal milestones in the history of education, it is evident that it should not be reduced by reductionism that particularize it without inserting in the context of the totality mediated by the relations of production, and exploited class and exploiters. As a result, the research verified that the industrial expansion of the country provoked the need to create new schools, because at that historical moment it was necessary to qualify the working class, however, in the case of the city of Três Lagoas, it turns out that the installation of institutions school was motivated by the urbanization process, which followed the development of the economic activities of the region that was characterized by livestock, but also by the commerce, besides the arrival of the Northwest Railroad that changed the social and economic profile of the city.

**Keywords:** Três Lagoas. South of Mato Grosso. Primary school. Educational Policies. Group School Afonso Pena.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação.

ANPUH – Associação Nacional de História.

ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande.

BTDC – Banco de Teses e Dissertações da Capes.

BDTD – Banco Digital de Teses e Dissertações.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

HISTEDBR- Grupo de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MT - Mato Grosso.

RBE – Revista Brasileira em Educação.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Três Lagoas (1958) .....	72
Figura 2 - Tipologia de Escola em Três Lagoas (1920-1963).....	79
Figura 3 - Sala de Arquivos da escola Afonso Pena.....	101
Figura 4 - Sala de Arquivos da escola Afonso Pena.....	102

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições e Programas de Pós-Graduação dos Trabalhos do BTDC .....	14
Quadro 2 - Lista de Governadores do Estado de Mato Grosso (MT) na Primeira República..	49
Quadro 3 - Lutas Armadas pelo Poder .....	50
Quadro 4 - Governadores/interventores federal de Mato Grosso na Era Vargas (1930-1945)	50
Quadro 5 - Governadores de Mato Grosso na República Democrática .....	51
Quadro 6 - Número de unidades escolares de ensino primário em Mato Grosso (1889-1913)	60
Quadro 7 - Escolas públicas e privadas em Mato Grosso (1912-1921) .....	60
Quadro 8 - Expansão dos grupos escolares em Mato Grosso (1910 -1949).....	65
Quadro 9 - Escolas Reunidas e sua localidade (1954).....	65
Quadro 10 - Prefeitos de Três Lagoas (1920-1970) .....	70
Quadro 11- Grupos Escolares em Três Lagoas .....	74
Quadro 12- Escolas Rurais de Três Lagoas.....	75
Quadro 13- Escolas Noturnas de Três Lagoas .....	76
Quadro 14 - Escolas Reunidas de Três Lagoas .....	76
Quadro 15 - Escolas Urbanas em Três Lagoas.....	77
Quadro 16 - Diretores do Grupo Escolar Afonso Pena .....	81
Quadro 17 - Matrículas do 1º ao 4º ano do Grupo Escolar Afonso Pena – 1925 .....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Instituições e Programas de Pós-Graduação dos Trabalhos do BDTD .....	20
Tabela 2 - Palavras-chave dos Artigos selecionados das Revistas .....	21
Tabela 3 - Dados relativos à difusão do ensino primário em 1922 .....	30
Tabela 4 - População infantil, frequência escolar e o analfabetismo em 1922 .....	31
Tabela 5- Movimento de matrícula de alunos nos Grupos Escolares nas cidades do interior do Estado de Mato Grosso (1912 – 1927) .....	61
Tabela 6 - Matrículas do 1º ao 4º dos grupos escolares (1925).....	61
Tabela 7 - Grupos escolares em Mato Grosso (1919-1926).....	62
Tabela 8 - Formação de Professores dos Grupos escolares – 1927.....	62
Tabela 9 - Professores das Escolas Reunidas em 1943 .....	63
Tabela 10 - População da cidade de Três Lagoas (1920, 1940, 1950, 1960 e 1970) .....	73
Tabela 11 - Número de alunos matriculados no Grupo Escolar Affonso Penna (1922-1927) .	82
Tabela 12 - Alunos do primeiro, segundo, terceiro e quarto ano de 1968 da Escola Modelo Afonso Pena.....	84
Tabela 13 - Alunos do primeiro, segundo, terceiro e quarto ano de 1970 da Escola Modelo Afonso Pena.....	86

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2- O CONTEXTO NACIONAL: AS POLÍTICAS QUE CONTRIBUÍRAM NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO (1920-1970).....</b>	<b>25</b>
2.1 ENSINO PRIMÁRIO NO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA: EDUCAÇÃO NA MÃO DOS ESTADOS (1920-1930).....	25
2.2 BRASIL NA ERA VARGAS E A EDUCAÇÃO: O ENSINO PRIMÁRIO (1930-1945).....	32
2.3 BRASIL: O PERÍODO DEMOCRÁTICO E A EDUCAÇÃO (1946-1964).....	39
2.4 BRASIL: O ÍNICIO DA DITADURA CÍVIL-MILITAR (1964-1970).....	44
<b>3 – CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO .....</b>	<b>49</b>
3.1 HISTÓRIA DE MATO GROSSO (1920-1970) .....	49
3.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO DE MATO GROSSO (1889-1970) .....	53
3.3 INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO .....	59
<b>4 – O ENSINO PRIMÁRIO NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS, SUL DE MATO GROSSO (1920-1970) .....</b>	<b>69</b>
4.1 HISTÓRIA DE TRÊS LAGOAS .....	69
4.2 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES PÚBLICAS EM TRÊS LAGOAS (1920-1970).....	73
4.3 GRUPO ESCOLAR AFONSO PENA – TRÊS LAGOAS .....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido na Linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e faz parte do Projeto de Pesquisa intitulada “Instrução pública: criação e expansão das instituições escolares de ensino primário e a formação de professores no sul de Mato Grosso (1920-1970)”, coordenado pela Professora Doutora Margarita Victoria Rodríguez. A dissertação tem como objeto o estudo da criação e expansão do ensino primário público de Três Lagoas no período de 1920-1970, com enfoque na escola modelo na época Afonso Pena.

Para que a pesquisa científica se aproxime de seus objetivos não se deve desassociar o universal e o singular, como explana Alves:

[...] a investigação científica deve gerar conhecimentos que evidenciem: a) a unidade cultural predominante entre os povos que vivem sob a égide do modo de produção capitalista, ele próprio a acabada expressão do universal, pois submeteu, sem exceção, as nações de todos os quadrantes do planeta; b) assim como as especificidades das diferentes nações e regiões. Essas especificidades, contudo, subordinam-se à unidade cultural, pois o singular é sempre uma forma de realização do universal. Logo, o singular refere-se, também, à escala adotada pelo pesquisador para a realização da abordagem da realidade humana: uma cidade, uma região, um país, um continente etc. O singular é a manifestação, no espaço convencionado, de como as leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis. Por isso, enquanto categorias científicas, devem estar presentes em todos os trabalhos de investigação, sob a pena de se negar teor de cientificidade a qualquer elaboração que omita uma ou outra e, principalmente a relação entre ambas. Se o singular é a forma singular de realização do universal, só iluminado pelo universal e através dele pode conter elementos que contribuam para cimentar a identidade entre os povos. A investigação científica, conduzida nessa perspectiva, tende a desempenhar um papel relevante não só no processo de integração latino-americano, mas da humanidade como um todo. (ALVES, 2003, p. 28).

O universal é então a sociedade capitalista. O singular é o local desse contexto, por exemplo: o país, a região, a escola, entre outros. Isso significa dizer que o pesquisador deve se comprometer com as múltiplas determinações que sintetizaram um objeto singular.

As categorias a serem abordadas são: a) “ensino primário” que é a primeira fase da aprendizagem escolar e que durante o período estudado se expandiu e no qual criaram-se diversas escolas para suprir a demanda; b) “obrigatoriedade” e “gratuidade” como princípios da educação pública do processo de expansão escolar; c) “totalidade” e “contradição” como categorias do método.

Mas o que são categorias? Para Marx (1983) categorias expressam aspectos fundamentais das relações dos homens entre si e com a natureza e são construídas por meio do desenvolvimento, do conhecimento e da prática social. A história da sociedade será examinada a fim de compreender a história da educação do período delimitado, partindo do pressuposto da totalidade. A História do Ensino Primário será ponderada para compreender a contradição de escola pública, gratuita e obrigatória para todos, mas com acesso a poucos.

Segundo Sant'Anna e Mizuta (2010) o ensino primário se desenvolveu de acordo com a necessidade da sociedade com a qual estava vinculada e passou a atender a nova classe emergente: a burguesia industrial. Apesar de considerada como um dever do Governo e um direito do cidadão apenas com a legislação não conseguiu com que fosse materializada, precisava que fosse considerada importante economicamente como quaisquer outras medidas que contribuíssem para o desenvolvimento do País.

A gratuidade do ensino público primário iniciou-se com a Constituição Imperial de 1824 e se manteve na Lei das Primeiras Letras de 1827. Porém, mesmo com a gratuidade, a educação não estava disponível para todos, apesar de que na legislação constatava-se a criação de escolas em vilas e lugares populosos, onde não existiam recursos financeiros para cumprir com a demanda. É importante dizer que educação era, em sua maior parte, oferecida para os meninos e pouco se discutia a respeito da educação para as meninas, naquele momento histórico.

Com o Ato Adicional de 1834, o poder central colocou a demanda do ensino nas mãos das Províncias, o que fez com que as diferenças educacionais da população do país aumentassem ainda mais. As Províncias com maiores recursos e mais preocupadas com a educação avançavam na oferta educacional mais do que as províncias com menores recursos. As diferenças se tornavam discrepantes.

De acordo com Oliveira (2009), por causa da miserável situação do ensino no País, sendo a sua difusão de grande relevância, uma vez que se constituía o grande problema nacional, para que o país avançasse, a educação deveria se tornar prioridade. Porém, cada região do País avançava à sua maneira já que maioria da população morava na zona rural, o que tornava mais difícil à instauração de escolas de qualidade nessas localidades e que abrangessem a todos os cidadãos.

Cada Estado da Federação começou a elaborar seus Regulamentos de Instrução Pública Primária. Em Mato Grosso, o primeiro regulamento aconteceu em 1873. Nele, o ensino primário público e gratuito conseguiria ser obrigatório nos lugares que poderiam

admitir esse sistema. Apenas com o Regulamento de 1910 instalou-se a obrigatoriedade dos sete aos dez anos.

Com a obrigatoriedade poder-se-ia inferir que todas as crianças frequentariam as escolas. No entanto, não foi assim. Existiam brechas para que as crianças oriundas da classe trabalhadora não estudassem - se os pais provassem, por exemplo, que moravam a mais de dois quilômetros de distância das escolas ou que as crianças tivessem alguma deficiência, os mesmos estavam impedidos de frequentar as aulas e ficavam “livres” dessas obrigações.

Assim, nem mesmo com a implantação da gratuidade e da obrigatoriedade para o ensino primário, foi possível materializar que a frequência dos alunos em idade escolar fosse de forma maciça. Os avanços ocorreram com as demandas da sociedade capitalista, todavia, existia a contradição<sup>1</sup>, pois cada estado da federação precisava de uma formação diferente da força de trabalho.

Em Mato Grosso, que apresentava uma economia com base na pecuária, os avanços foram lentos<sup>2</sup> já que não era necessário aos trabalhadores a escolarização. Na cidade de Três Lagoas iniciou-se a expansão do ensino primário com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste, quando o município começou a ter mais verbas e aumentar o número populacional<sup>3</sup>. Com efeito, nem todos os estados os avanços do ensino primário foram os mesmos, muito menos nas cidades de Mato Grosso. Por isso totalidade e contradição estão juntas na história e a história do ensino primário não seria diferente.

Para a compreensão da criação e da expansão do ensino primário na década de 1920 até a década de 1970 em Três Lagoas, é necessário compreender como ele se tornou obrigatório no Brasil e em Mato Grosso. Um dos motivos foi à questão econômica, ao passo que, o País começou a se industrializar e iniciou o êxodo urbano. Além disso, na década de 1930, ocorreu a demanda por trabalhadores qualificados e para atendê-la, a criação de instituições escolares seria fundamental.

Para compreender o desenvolvimento da pesquisa, mostraremos os passos que seguimos. O objetivo geral da pesquisa é analisar o movimento histórico que propiciou as condições materiais para a consolidação do ensino primário público em Três Lagoas.

---

<sup>1</sup>“A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura”. (CURY, 1985, p.30).

<sup>2</sup>Abordaremos esta questão no decorrer da dissertação, mais especificamente no próximo capítulo no qual se discute este processo em âmbito.

<sup>3</sup>Desenvolveremos no capítulo sobre o ensino primário na cidade de Três Lagoas, sul de Mato Grosso.

Os objetivos específicos são: 1) Compreender as relações da política educacional do ensino primário do País e do estado de Mato Grosso; 2) Identificar as determinações do período histórico para a política da criação e expansão do ensino público primário de Três Lagoas; e 3) Apresentar a organização da escola modelo Afonso Pena de Três Lagoas no período de sua criação até 1970, bem como buscar compreender as contribuições para a cidade naquele momento histórico.

Em relação a metodologia, o primeiro momento da pesquisa consistiu no levantamento das produções relacionadas com a temática escolhida. Para tanto, foram coletados e analisados, livros sobre história de Mato Grosso e história da educação de Mato Grosso, além do exame de dissertações e teses sobre história da educação, bem como artigos científicos relevantes à temática.

Num segundo momento, solicitamos por escrito autorização da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul para proceder com a pesquisa documental da Escola Estadual Afonso Pena. Num terceiro momento, realizaram-se duas viagens à cidade Cuiabá – Mato Grosso. A primeira em julho de 2017, com o propósito de levantar fontes documentais no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso, onde foram consultados e coletados nos arquivos os Regulamentos do Ensino Público Primário de Mato Grosso 1873 a 1944.

A segunda viagem foi em dezembro de 2017, com o levantamento no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso de legislações referentes à criação de escolas primárias em Mato Grosso e em Três Lagoas no Diário Oficial de Mato Grosso. Também foram consultados os arquivos do Palácio da Instrução, onde foram localizados os livros sobre o ensino primário em Mato Grosso e no acervo da Assembleia Legislativa-Instituto da Memória se coletaram as Legislações sobre a criação das escolas primárias em Mato Grosso e em Três Lagoas.

Ao longo dos levantamentos, foram realizadas três viagens para o município de Três Lagoas. A primeira em maio de 2017, quando tivemos o primeiro contato com a Escola Afonso Pena e a Biblioteca Municipal da cidade para realizar a coleta de fontes documentais. E a segunda em julho de 2017, quando ocorreu o término do levantamento documental da escola. Os documentos encontrados nessas ocasiões foram: Relatório Anual de 1968 e 1970; revista escolar; documento da criação da escola<sup>4</sup>.

Em maio de 2018, ocorreu à última viagem para a cidade de Três Lagoas. Nessa oportunidade a visita ocorreu na Câmara dos Vereadores, onde foi localizada a legislação a

---

<sup>4</sup> Os documentos disponíveis na Escola Afonso Pena datam a partir da década de 1960. Recebemos a informação que antes da divisão do Estado toda a documentação foi enviada para o Arquivo Público de Cuiabá, mas não foram encontrados nesse local.

partir de 1948 a 1970. No site da Câmara dos Vereadores de Três Lagoas, encontram-se a legislação sobre a educação a partir do ano de 1970 (pesquisa realizada em setembro de 2018).

Ressalta-se ainda que ocorreram dificuldades para encontrar fontes documentais e agentes diretamente relacionados ao processo educacional (diretores, professores e antigos alunos) para serem entrevistados. Na Secretaria Municipal de Educação recebemos a informação de que não dispunham de documentação do período pesquisado.

Na Biblioteca Municipal da cidade de Três Lagoas também não conseguimos nenhum documento relevante para a pesquisa. No Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul localizamos fontes documentais da Rede Escolar Urbana da cidade, porém no período de 1980. Outrossim, foi consultado o Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) e nele encontraram-se arquivos referentes a história de Três Lagoas.

Outra fonte de consulta foram os jornais da época. Analisou-se o primeiro Jornal de Três Lagoas intitulado: “Gazeta do Comercio” com circulação a partir do ano de 1925, localizado no site da Hemeroteca Digital Brasileira; mas sem sucesso em relação ao objeto de pesquisa. Contatou-se por telefone, o Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto, situado no município de Campo Grande e foi informado que o Centro só dispõe de dados sobre escolas de Campo Grande.

Em relação às pessoas para serem entrevistadas a dificuldade foi até maior, pois, tanto as que trabalharam quanto as que estudaram na escola naquele período, não apresentaram o desejo de conceder a entrevista. Mesmo utilizando como ferramenta para encontrar pessoas a rede social “Facebook”, não se obteve sucesso.

Entretanto, como instrumento alternativo foram consultados os depoimentos de pessoas que tiveram alguma atuação na educação durante o período, mediante as entrevistas registradas no livro: “Memória da Cultura e da Educação de Mato Grosso do Sul” de autoria de Sá Rosa (1990).

Com relação ao levantamento e a análise das produções, como resultados da pesquisa acadêmica, foram analisados diversos trabalhos mediante a utilização de descritores: “Ensino Primário”, “Mato Grosso”, “Escolarização Primária”, História da Educação” e “Reforma Educacional”. Para tanto, se consultou os seguintes arquivos virtuais: Banco de Teses e Dissertações da Capes; Banco Digital de Teses e Dissertações – BDTD; as revistas online da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Nacional de História (ANPUH) e no Grupo de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR).

A pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes (BTDC) ocorreu em abril de 2017, usando seguintes descritores “Ensino Primário” e “Sul de Mato Grosso” juntos, que obteve 626 resultados, sendo 436 dissertações e 172 teses. O critério de seleção dos trabalhos ocorreu pela escolha do título resultando no levantamento de dez dissertações e teses. A etapa seguinte perpassou pela leitura do resumo, com a escolha final de quatro trabalhos, como demonstra o quadro 1 que engloba as Instituições Universitárias e o programa de pós-graduação desses trabalhos<sup>5</sup>.

Quadro 1 - Instituições e Programas de Pós-Graduação dos Trabalhos do BTDC

Instituição	Programa de Pós-Graduação	Quantidades	Ano
Universidade Federal da Grande Dourados	Educação	4	2011
			2016
			2016
			2017

Fonte: Organizado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações da Capes

As dissertações encontradas foram concentradas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados e que dão ênfase a educação e ensino primário no Sul de Mato Grosso.

Monteiro (2011), buscou compreender a institucionalização do ensino primário no Sul de Mato Grosso, com ênfase o grupo escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS no período de 1950 a 1974. Com abordagens sobre a cultura escolar, o trabalho apresenta as seguintes problematizações: De que maneira o grupo escolar estudado influenciou na infância e na cultura urbana? Como atenderam a demanda dos alunos ali matriculados? Para a realização da pesquisa mencionada foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: fontes fotográficas, impressas, orais e arquivos particulares. Os descritores utilizados foram: cultura escolar, história da educação, grupos escolares, Caarapó, Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João.

Bobadilha (2016), teve como objeto de investigação a educação primária oferecida no Grupo Escolar de Bataiporã, Sul de Mato Grosso. O recorte temporal desta pesquisa é de 1955 a 1974. A primeira data marcou o início do funcionamento da instituição escolar, com sua criação oficial como Escola Rural Mista de Bataiporã, em seguida transformada em Grupo Escolar de Bataiporã. Em 1974 o Grupo Escolar foi integrado ao Ginásio Estadual de Bataiporã (criado em 1969), passando as duas instituições a funcionar com nova estrutura e

<sup>5</sup> Só foram escolhidas dissertações, pois os trabalhos eram ou no âmbito regional (Mato Grosso ou Sul de Mato Grosso), referentes ao ensino primário.

denominação: Escola Estadual de 1º Grau “Jan Antonin Bata”. Este trabalho orienta-se na perspectiva pós-crítica, aliada ao referencial teórico foucaultiano.

Cavalcante (2016), faz uma análise de imprensa tendo como objeto especificamente “O Douradense” e “O Progresso”. Ambos são jornais do município de Dourados, que está situado na região sul de Mato Grosso e suas abordagens versam sobre o ensino primário no período de 1948 a 1974. Seu referencial teórico é voltado à história e à história da educação e tem como perspectiva a nova história cultural. Sua pesquisa é de caráter documental.

Silva (2017) teve como foco de sua pesquisa a institucionalização da educação no sul de Mato Grosso: a primeira escola de Fátima do Sul. Seu recorte temporal é de 1950 a 1974 e o seu referencial teórico é foucaultiano.

A pesquisa no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) utilizou a palavra-chave: “ensino primário”, com 263 resultados, para a seleção das teses e dissertações realizou-se primeiro pelo título, selecionando três (duas dissertações e uma tese). Depois foi feita uma leitura dos resumos, selecionando assim apenas as duas dissertações.

A próxima tabela abarca as Instituições e programas de Pós-Graduação das pesquisas escolhidas.

Tabela 1 - Instituições e Programas de Pós-Graduação dos Trabalhos do BDTD

<b>Instituição</b>	<b>Programa de Pós-Graduação</b>	<b>Quantidades</b>	<b>Ano</b>
Universidade Federal da Grande Dourados	Educação	1	2011
Universidade Federal de Juiz de Fora	Educação	1	2015
			<b>Total: 2 trabalhos</b>

Fonte: Organizado pela autora com base no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Sobre as dissertações escolhidas, que enfatizam o ensino primário no âmbito regional e federativo, a dissertação da Universidade Federal da Grande Dourados destaca o âmbito regional, sendo ela a mesma encontrada no Banco de Teses e Dissertações da Capes (MONTEIRO, 2011).

O trabalho de Faria (2015) tem como objetivo geral o ensino primário no governo de Vargas (1930-1945), com análises diante do Projeto de Lei Orgânica do Ensino Primário em 1946. O recorte temporal é de 1938 a 1946, quando em 1938 Lourenço Filho toma posse como diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Suas palavras-chave são: Ensino Primário; Lei Orgânica do Ensino Primário; Lourenço Filho.

As dissertações foram escolhidas, pois, Monteiro (2011) aborda o contexto nacional até chegar no âmbito regional sobre o ensino primário no Sul de Mato Grosso. Faria (2015) traz em seu estudo o ensino primário no contexto Nacional, no Governo Vargas.

As revistas online pesquisadas no período de abril de 2017 foram: Revista Brasileira de Educação (RBE) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação (ANPED); Associação Nacional de História (ANPUH) e o Grupo de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR).

A Revista Brasileira em Educação (RBE) é publicada trimestralmente e a sua circulação iniciou em 1995, disponível no site até o Volume 22 e número 68. Porém as primeiras 13 revistas não constam no site, ao passo que, estão representadas somente pela sua capa. Foram encontrados três artigos relacionados à temática.

A Revista Brasileira de História da ANPUH encontrava-se no volume 36 e número 73, no qual, foi selecionado apenas um artigo.

A Revista HISTEDBR online disponibilizava no momento da pesquisa o volume 16 de número 69, no qual foram selecionados 5 artigos. O site encontra-se desde o número 33 até o número 69.

Para melhor visualização dos trabalhos coletados, a próxima tabela apresenta as principais palavras-chave dos artigos escolhidos das revistas online.

Tabela 2 - Palavras-chave dos Artigos selecionados das Revistas

<b>Palavras-Chave</b>	<b>Revista da ANPED</b>	<b>Revista da ANPUH</b>	<b>Revista do HISTEDBR</b>
<b>Reforma Educacional</b>			1
<b>Escolarização Primária</b>			1
<b>Anísio Teixeira</b>		1	1
<b>Ensino Primário</b>	2		
<b>História da Educação</b>	1		2
			<b>Total: 9 trabalhos</b>

Fonte: Organizado pela autora com base nos artigos selecionados na Revista Online da ANPED, ANPUH e HISTEDBR.

Os artigos selecionados da revista online do HISTEDBR foram: Lima (2014); Damasceno (2016); Lombardi (2016); Silva et al. (2015) e Schelbauer (2009).

Lima (2014) aborda a importância de se estudar Anísio Teixeira para os que estudam o ensino primário daquele período, pois o autor era um dos intelectuais que defendiam esse seguimento. Enfatiza as contribuições do mesmo na educação do Brasil e faz análise de seu livro: Educação não é privilégio.

Damasceno (2016) discute a planificação da educação brasileira no período de 1930 a 1960; as reformas educacionais presentes nos governos da época desde o Decreto 19.402, criando o Ministério da Educação e da Saúde Pública em 14 de novembro de 1930 até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Lombardi (2016) enfatiza o período denominado de “Nacional Desenvolvimentista” (1945-1964). Nas pesquisas sobre a educação desse momento histórico, levantou-se que ocorreram diversas mudanças educacionais como a criação de várias instituições escolares, a elaboração da Constituição Federal de 1946 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada em 1961, entre outros fatores que tornam importante o estudo desse momento histórico.

Silva et al. (2015) traz os elementos históricos a partir das instituições escolares, bem como o desafio do historiador em fazer as fontes falarem de homens e sociedades de determinadas épocas. Mostrou que as instituições escolares foram complexas ao longo do século XX.

Schelbauer (2009) apresenta algumas considerações iniciais a respeito das fontes documentais relativas ao sistema de escolarização primária e à organização do trabalho didático.

Na Revista Brasileira de Educação (RBE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação (ANPED) foram selecionados 3 artigos. São eles: Gotijo e Campos (2014), Faria Filho e Vidal (2000) e Mendonça et al. (2006).

Gotijo e Campos (2014) discutem as bases nacionais para o ensino de leitura e linguagem na escola primária no período de 1949. Analisam o documento: “Leitura e linguagem no ensino primário: sugestões para organização e desenvolvimento de programas” que em 1949 foi publicado pelo Ministério da Educação e Saúde e pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), para oferecer normas para a organização dos programas de ensino primário nacionais.

Faria Filho e Vidal (2000) analisam os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização do ensino primário no Brasil e mostram que a escola nunca foi neutra e que desde o século XVIII vem sendo necessária, uma vez que ela produz singularidade própria.

Mendonça et al. (2006) abordam a singularidade na relação dos ideários pragmatista e desenvolvimentista na conjuntura das políticas e práticas educacionais no período de 1950. Nesse sentido, foram analisadas as políticas do Ministério da Educação e da Cultura, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Da Revista Brasileira de História da ANPUH foi selecionado um trabalho do volume 14 n. 27. No décimo artigo deste volume, Freitas (2015) aborda as ideias educacionais de Anísio Teixeira e Vieira Pinto no período de 1954-1964. O objetivo do Estudo foi evidenciar na História das Ideias Educacionais um registro próprio das transformações do capitalismo brasileiro.

Ressalta-se que os trabalhos pesquisados foram a respeito do ensino primário, tanto no contexto nacional quando estadual no período analisado.

Essa dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro intitula-se: “Contexto nacional: as políticas que contribuíram na expansão do ensino primário (1920-1970)”; nele foram analisados os aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais, destacando-se a expansão do ensino primário no território brasileiro. No primeiro tópico do capítulo, a abordagem perpassa a Primeira República - momento que ficavam com os Estados o poder de legislar sobre o ensino primário. Dessa forma, cada Estado elaborava seus Regulamentos.

No segundo tópico discorreremos sobre o período que compreende a Era Vargas. Momento em que se inicia o movimento do Governo Central para elaborar políticas para o ensino primário. Destacam-se as legislações: o Decreto 19.851 de 1931, Decreto 19.890 de 1931, Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, a Constituição de 1934, a Constituição de 1937, o Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial) e Fundo Nacional do Ensino Primário de 1942 e a Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946.

No terceiro tópico abordamos o período democrático (1946-1964), com análise sobre a Constituição de 1946, o Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados em 1959 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 4.024/1961.

O quarto tópico explana sobre o início da Ditadura civil-militar (1964-1970) e suas medidas educacionais, como: A Constituição Federal de 1967 e o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral de 1967.

O segundo capítulo parte da criação e expansão do ensino primário em Mato Grosso no período de 1920 a 1970. Analisou-se, contudo, os aspectos políticos, econômicos e educacionais. Para tanto, subdividiu-se o capítulo em três tópicos.

O primeiro tópico do capítulo aborda a história de Mato Grosso no período de 1920 a 1970 diante de todos os governadores (até 1970), além da economia daquele período. O

segundo tópico apresenta ponderações sobre as legislações educacionais do ensino primário de 1920 a 1970. Por fim, o terceiro tópico versa sobre as instituições escolares de ensino primário de Mato Grosso no período de 1920 a 1970.

O terceiro capítulo, também dividido em três tópicos, pondera sobre os seguintes assuntos: o primeiro explana sobre a História de Três Lagoas, a política e a economia da cidade; o segundo tópico fala sobre a criação e expansão do ensino primário da cidade e analisa a criação das escolas do período de 1920 a 1970; já o terceiro tópico aborda o Grupo Escolar Afonso Pena, importante instituição escolar no período em questão, com análises sobre seus diretores, as matrículas ao longo dos anos e de quando se tornou Escola Modelo em 1957.

## **2- O CONTEXTO NACIONAL: AS POLÍTICAS QUE CONTRIBUÍRAM NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO (1920-1970)**

Nesse capítulo abordaremos o período de 1920 a 1970 no contexto nacional e seus aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais, com ênfase à expansão do ensino primário. Inicia-se com o final da Primeira República (1920-1930), discorre sobre a Era Vargas (1930-1945) e o Período Democrático (1946-1964) que também é conhecido como República Populista e finaliza com o início da Ditadura Civil-Militar (1964-1970), visto que ocorreu expansão do ensino público primário no período analisado.

### **2.1 ENSINO PRIMÁRIO NO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA: EDUCAÇÃO NA MÃO DOS ESTADOS (1920-1930)**

Para compreender a dinâmica educacional no período proposto, faremos um breve resumo político e econômico da Primeira República.

A Primeira República dividiu-se em duas fases: República da Espada (1889-1894) que teve dois presidentes militares: Deodoro da Fonseca (1889 a 1891) e Floriano Peixoto (1891 a 1894). O poder estava centrado com o objetivo de não dividir o País e conter a volta monárquica. A segunda fase denominada de República Oligárquica, trouxe civis para a presidência. Iniciou com Prudente de Moraes (1894-1898) e foi até a revolução de 1930<sup>6</sup>.

A economia durante a Primeira República no País (1889-1930), sustentava-se na agricultura tendo como principal produto de exportação o café, que era o item mais vendido para outros países. São Paulo era um dos estados mais ricos do Brasil, pois continha mais fazendas que exportavam café além de ter uma maior participação no cenário político naquele período.

Depois da Primeira Guerra Mundial<sup>7</sup> (1914-1918) chegaram ao Brasil muitos imigrantes, contribuindo com o aceleramento e crescimento da urbanização de grandes cidades, como São Paulo. Ampliaram-se as linhas férreas e também as fábricas que já se encontravam no País desde 1880 e se tornaram significativas a partir de 1910 e 1920, já que as principais estavam associadas aos setores de bebidas, alimentos e têxtil.

Historicamente não se poderia negar que o café foi o núcleo em torno do qual grande parte da economia brasileira esteve articulada (direta ou

---

<sup>6</sup> Em 3 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, encerrando a chamada República Velha. (LEITE; BICALHO, 2015, p. 81).

<sup>7</sup> “Entre 1914 e 1918 viveram-se quatro anos de guerra total, com cerca de 24 milhões de mortes, miséria generalizada e destruição total que mudou o mundo fundamentalmente. Na gestão de conflitos políticos e militares a Primeira Guerra Mundial foi a primeira guerra total, um conflito tecnológico-industrial em grande escala que desenvolveu e testou a utilização de armas novas, como tanques, aviões e submarinos e a arma química como a primeira arma de destruição maciça”. (DAEHNHARDT, 2014, p. 79-80).

indiretamente) e também o fulcro da política econômica daquele período histórico, pois a economia cafeeira era bastante complexa, indo além dos cafezais, incorporando atividades comerciais, de transporte, bancárias e outras de natureza urbana. (ALMEIDA; ENGEL, 2016, p. 585)

A economia cafeeira contribuiu no desenvolvimento capitalista do país, com a criação de bancos e comércios e também propiciou o crescimento da população urbana e o transporte.

A República Oligárquica teve os seguintes presidentes: Prudente de Moraes (1894-1898); Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), Affonso Penna (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910); Hermes da Fonseca (1910-1914), Wescelau Braz (1914-1918), Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922), Arthur Bernardes (1922-1926), Washington Luis (1926-1930), Julio Prestes de Albuquerque (eleito em 1930, porém, não empossado, pela revolução de 1930).

A Política nesse momento histórico era denominada como “café-com-leite”<sup>8</sup>, pois a economia baseava-se na agricultura, principalmente do café (os maiores produtores eram do Estado de São Paulo) e do leite (seus maiores produtores eram do Estado de Minas Gerais). Essas oligarquias intercalavam o domínio na política, ou seja, sempre um desses estados comandava o país.

Um forte indicador da queda dos fazendeiros foi a quebra da Bolsa de Nova York<sup>9</sup> em 1929, que prejudicou a venda do café e a economia brasileira.

O crack da Bolsa de Valores foi resultado de uma década de desenvolvimento econômico, onde as curvas da oferta e da demanda se afastavam cada vez mais, tentando ser aproximadas por vultosos financiamentos ao consumo” (REZENDE FILHO, 2008, p. 208).

Em relação à educação, com o Ato Adicional de 1834, ficou na incumbência das Províncias/Estados atuarem no ensino primário. Por conta disso, não ocorreram legislações no âmbito nacional e quando foram abordadas tais questões, as fizeram sobre sua expansão e

---

<sup>8</sup> Existia também uma oligarquia que dominava o poder federal, representada pelos políticos paulistas e mineiros. Essa aliança entre São Paulo e Minas, que eram os estados mais poderosos, ficou conhecida como a "política do café com leite". (LEITE; BICALHO, 2014, p. 9).

<sup>9</sup>“Havia uma alta concentração de renda sem redistribuição (apenas 5% da população recebia um terço do rendimento pessoal global). Isso gerava um problema estrutural profundo, pois a capacidade do mercado consumidor interno de absorver a produção industrial, que crescia assustadoramente, era reduzida gradual e significativamente. A ausência de leis trabalhistas e assistencialistas também diminuía a capacidade de consumo. Por outro lado, a produção era inflexível, ou seja, primeiro era feita a produção dos bens, sendo estes estocados e, apenas posteriormente, lançados no mercado. Unindo esses fatores, ocorre a superprodução (consistem em se produzir mais do que a real capacidade do mercado em absorver a produção). Para contornar a superprodução, a linha de créditos era ampliada, aumentando o consumo. O meio agrícola também enfrentava muitas dificuldades com as crises de superprodução, pois estas faziam os preços dos produtos primários baixarem”. (REZENDE, 2008 apud MARTINS, KRILOW, 2015, p. 4).

sobre o seu orçamento, como no caso da Reforma João Luiz Alves<sup>10</sup> (1925) no Governo de Artur Bernardes, Decreto nº 16.782 A de 13 de janeiro de 1925, que criou o Departamento Nacional do Ensino e deu outras providências.

Art. 1º – Fica criado o Departamento Nacional do Ensino, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2º – O Departamento terá a seu cargo os assuntos, que se refiram ao ensino nos termos dêste regulamento, assim como o estudo e a aplicação dos meios tendentes à difusão e ao progresso ciências, letras e artes no país [...].

Art. 8º – À Seção do Ensino cabe o estudo de todos os assuntos peculiares aos estabelecimentos federais de ensino superior e secundário e aos a êstes equiparados, às escolas e estabelecimentos de ensino científico, literário, artístico e profissional, subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, subvencionados, mantidos, ou fiscalizados pela União e aos institutos de ensino primário por esta subvencionados, assim como a fiscalização dos estabelecimentos de ensino particular, como fôr regulada [...]

Art. 24 – O Govêrno da União, com o intuito de animar e promovera difusão de ensino primário nos Estados, entrará em acôrdo com êstes para o estabelecimento e manutenção de escolas do referido ensino nos respectivos territórios.

Parágrafo único – Êstes acôrds serão celebrados nos limites das dotações consignadas pelo Congresso Nacional no orçamento das despesas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. (BRASIL, 1925).

Nessa reforma foi criado o Departamento Nacional do Ensino para promover a difusão do ensino primário em todos os Estados e aplicar 10% da receita na instrução primária e normal.

Segundo Paiva (1973), o surgimento do entusiasmo pela educação<sup>11</sup> exatamente no período de intensificação do processo de industrialização do País nos anos de 1910, parece sugerir sua vinculação com a questão do alargamento das bases eleitorais via ampliação dos eleitores, possibilitada pela difusão da oferta de instrução elementar para as massas.

O Estado de São Paulo nesse momento histórico ocupava um lugar preponderante no País, tanto economicamente (como produtor do café), quanto politicamente, pois, de acordo com Souza (2012):

Essa liderança econômica e política repercutiu também no campo educacional. O investimento público na difusão e modernização do ensino primário e normal tornou o “aparelho escolar de São Paulo” uma referência nacional. [...] Durante a Primeira República foram realizadas quatro reformas da instrução pública no estado de São Paulo, assim consideradas nos estatutos legais: em 1892 (Lei n. 88, de 8 de setembro), em 1920 (Lei

<sup>10</sup> João Luiz Alves foi ministro no Governo de Artur Bernardes, também político escritor e jurista.

<sup>11</sup> Entusiasmo pela Educação “[...] a supervalorização da educação como fator capaz de solucionar todos os demais problemas da nação”, ou seja, a educação passa a ser encarada como o principal problema nacional, cujo “[...] corolário era a atribuição de todos os problemas à ignorância de nossa população, [associando a esta] posição o preconceito contra o analfabeto, como elemento incapaz responsável pelo escasso progresso do país” (PAIVA, 1973, p. 27-28).

n.1.750, de 8 de dezembro), em 1925 (Lei n. 2.095, de 24 de dezembro) e em 1927 (Lei n. 2.269 de 31 de dezembro). (SOUZA, 2012, p. 28-29).

Com as reformas educacionais em São Paulo, houve uma reorganização e uma expansão do ensino primário no estado, como por exemplo a criação em 1892 dos grupos escolares<sup>12</sup> e a implantação da obrigatoriedade e gratuidade para crianças de sete a doze anos, em 1925. Segundo Souza (2012), desde o início os grupos escolares foram considerados instituições escolares de melhor qualidade e a modalidade de escola que mais adequava para a difusão da educação popular.

Os avanços educacionais ocorridos em São Paulo influenciaram as reformas elaboradas no estado de Mato Grosso e que serão analisadas detalhadamente no próximo capítulo. Para Jacomelli (1998), do ponto de vista político-administrativo, Pedro Celestino, então Presidente (de Mato Grosso), realizou mudanças educacionais essenciais tendo como parâmetro os moldes adotados por Estados mais desenvolvidos economicamente, como era o caso de São Paulo, pois a classe governante acreditava que caberia à educação sanar os “males” da população, ao mesmo tempo em que constituir-se-ia em fator de progresso.

Nem todos os estados se inspiraram com as reformas paulistas. Maranhão, por exemplo, mediante o Decreto estadual n. 94, de 1891 (anterior à reforma de São Paulo de 1892), instituiu a municipalização do ensino primário, porém, o estado continuava legislando a respeito do ensino primário, como aborda Motta *et al* (2012) quando diz que, com a promulgação da Lei n. 323, de 31 de março de 1903, autorizou-se a conversão, em grupos escolares, das escolas estaduais existentes no perímetro da cidade. O grupo escolar ficou na incumbência do poder estadual.

No dia 15 de fevereiro de 1923 foi promulgado o Regulamento para os Estabelecimentos da Instrução Pública primária do Estado do Maranhão, mediante o Decreto n. 616. De acordo com Motta *et al* (2012) o regulamento organizou o ensino primário em curso elementar (feito dos cinco aos sete anos de idade), curso médio (dos sete aos doze anos de idade) e curso complementar (dos doze aos treze anos). Dados do IBGE (*apud MOTTA et al*, 2012) mostram que em 1920 no estado do Maranhão, 138.431 pessoas sabiam ler e 735.906 pessoas não sabiam ler.

---

<sup>12</sup>“Cada grupo escolar poderia comportar de quatro a dez escolas isoladas e seria regida pela quantidade de professores referentes a agrupamentos de quarenta alunos, contando também com adjuntos necessários a diretoria. Os alunos seriam distribuídos em quatro classes para cada sexo, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar [...]. A implantação dos grupos escolares ratificou o princípio de igualdade na educação entre os sexos, ao estabelecer igual número de classes para meninas e meninos, princípio consignado na obrigatoriedade do ensino instituído na reforma de 1892”. (SOUZA, 2014, p.62).

No Piauí, no ano de 1910, foi promulgado o regulamento sobre a Reforma da Instrução Pública - Lei n. 548. Segundo Ferro (2012) o documento, no seu art. 5, fixou que o ensino público estadual seria ministrado em escolas isoladas e grupos escolares, distribuídos de acordo com as necessidades do ensino. De acordo com a autora, o Regulamento Geral da Instrução Pública, promulgado no dia 19 de abril de 1910, em seu art. 76, organizou o ensino primário no estado em escolas isoladas, grupos escolares e escolas modelo anexas à escola normal.

Em Goiás, a Lei n. 631 e o Decreto n. 5.930 de 24 de outubro de 1918 “[...] foram os instrumentos mobilizados para reformar a escola primária e centralizar a instrução primária nas mãos do governo estadual”. (PINTO, 2012, p. 313).

No decorrer da década seguinte (1920) a legislação educacional foi enriquecida com outras leis e decretos que aperfeiçoaram os mecanismos de implantação da modernidade pedagógica, mas não alteravam a face da educação do povo sertanejo. Entre outras leis, surgiram, em 1925, o Regulamento e o Programa dos Grupos Escolares do Estado de Goiaz (Decreto-lei 8.538 de 12/02/1925) e, no ano seguinte, o novo Regulamento para o Curso Normal da Escola Normal Oficial (Decreto-lei 8.929, de 25/11/1926). Ambos reforçavam a adesão a modernidade pedagógica e proporcionavam algumas condições para a expansão da escola primária. (PINTO, 2012, p. 314).

Isso mostra que São Paulo foi referência em relação aos grupos escolares. Todavia, cada estado trilhou o seu caminho já que seus recursos financeiros eram diferentes, bem como a sua demanda populacional. A Tabela 3 a seguir, mostra os dados referentes à difusão do ensino primário no Brasil no ano de 1922.

Tabela 3 - Dados relativos à difusão do ensino primário em 1922

Estados	Número de Grupos Escolares	Número de Escolas Isoladas	Número de Escolas Reunidas	Número de Escolas Municipais
<b>São Paulo</b>	194	1792	52	423
<b>Minas Gerais</b>	171	1566	Sem informação	571
<b>Rio de Janeiro</b>	50	463	Sem informação	Sem informação
<b>Rio Grande do Norte</b>	31	80	Sem informação	Sem informação
<b>Paraná</b>	26	654	12	35
<b>Pará</b>	24	347	01	Sem informação
<b>Amazonas</b>	14	74	Sem informação	Sem informação
<b>Santa Catarina</b>	11	455	06	07
<b>Maranhão</b>	10	159	Sem informação	Sem informação
<b>Ceará</b>	10	422	Sem informação	Sem informação
<b>Rio Grande do Sul</b>	09	1981	Sem informação	540
<b>Bahia</b>	07	607	Sem informação	185
<b>Paraíba</b>	06	195	03	56
<b>Sergipe</b>	05	266	Sem informação	02
<b>Mato Grosso</b>	04	154	Sem informação	11
<b>Piauí</b>	03	79	Sem informação	Sem informação
<b>Pernambuco</b>	03	230	04	600
<b>Alagoas</b>	02	275	Sem informação	Sem informação
<b>Espirito Santo</b>	02	259	Sem informação	29
<b>Goiás</b>	01	128	Sem informação	Sem informação
<b>Distrito Federal</b>	Sem informação	402	Sem informação	Sem informação
<b>Totalizações</b>	583	10.482	-	-

Fonte: ARAÚJO (2012).

A tabela demonstra que os grupos escolares, considerados os melhores tipos de escolas por terem mais recursos financeiros, estavam, em sua maior parte, concentrados na região sudeste. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tinham mais da metade dos grupos escolares do país. Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais tinham o maior número de escolas isoladas por ser o tipo de escola que menos custava aos cofres públicos, contrapondo-se ao número alto de grupos escolares existentes em São Paulo e Minas Gerais.

A tabela 4 apresenta a população infantil no país, sua frequência escolar e o número de analfabetos no ano de 1922.

Tabela 4 - População infantil, frequência escolar e o analfabetismo em 1922

Estados	% da população infantil sem escolas	% de frequência em relação à matrícula	População do estado	População escolar primária	População Infantil sem escolas
<b>Goiás</b>	95%	46,9%	526.370	63.164	60.015
<b>Piauí</b>	95%	28,8%	505.000	60.600	57.532
<b>Alagoas</b>	94%	76,7%	1.307.514	156.891	148.395
<b>Maranhão</b>	92,4%	64,5%	794.112	95.293	85.514
<b>Amazonas</b>	91%	75,9%	497.817	54.986	50.214
<b>Ceará</b>	89%	52,3%	1.396.181	167.541	148.181
<b>Bahia</b>	87%	79,3%	3.211.554	385.368	336.576
<b>Pará</b>	85%	61,9%	969.048	116.285	98.743
<b>Rio Grande do Norte</b>	85%	72,4%	520.147	62.517	53.057
<b>Rio de Janeiro</b>	84%	61,6%	1.549.202	185.904	155.033
<b>Sergipe</b>	83%	75,4%	490.648	58.977	48.776
<b>Espirito Santo</b>	78%	69,9%	476.464	57.175	44.347
<b>Pernambuco</b>	75%	77,4%	1.966.404	235.968	174.468
<b>Paraná</b>	74%	74,8%	727.630	Sem informação	63.853
<b>Paraíba</b>	74%	86,7%	725.630	87.075	71.775
<b>Mato Grosso</b>	71%	74,9%	225.065	27.007	18.921
<b>Minas Gerais</b>	64%	-	5.319.727	638.367	408.261
<b>São Paulo</b>	56%	75%	4.950.316	594.037	331.879
<b>Santa Catarina</b>	43%	80,6%	608.423	73.010	31.252
<b>Rio Grande do Sul</b>	44%	79,4%	1.961.973	225.435	98.095
<b>Distrito Federal</b>	41%	63,2%	1.157.873	138.944	56.241
<b>Totalizações médias</b>	71,1%	62%	-	-	-
<b>Totalizações Absolutas</b>	-	-	-	3.571.877	2.541.125

Fonte: ARAÚJO (2012).

Observa-se que os estados com maior porcentagem de população infantil sem escolas eram Goiás (95%), Piauí (95%) e Alagoas (94%). Piauí também se encontra com a menor porcentagem de frequência nas aulas. De todas as crianças matriculadas, apenas 28% frequentavam as aulas. Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal tinham o menor número de população infantil sem escolas. Quando comparado ao País, apresentavam 43%, 44% e 41% respectivamente.

Esses dados evidenciam que um País com grande extensão territorial como o Brasil, desde o início expressava suas diferenças por regiões. Os estados que conseguiam obter maior arrecadação e retratavam um desenvolvimento econômico e modernização de suas estruturas administrativas, apresentavam maior número de escolas, mostrando as contradições da sociedade capitalista que, para se manter, “permitem” que algumas regiões sejam prejudicadas para que outras possam lucrar. Mesmo que no final da Primeira República o ensino primário

estivesse longe de abranger toda a faixa etária das crianças com idade escolar, os estados mais ricos estavam mais avançados nessa questão.

A partir da análise de alguns marcos políticos e legais na história da educação, evidencia-se que ela seja produto de relações maiores, por isso, o objeto “história da educação” ou “história do ensino primário” não deve ser resvalado por reducionismos que a particularizam sem inserir no contexto da totalidade mediada pelas relações de produções e de classe explorada e exploradores.

## 2.2 BRASIL NA ERA VARGAS E A EDUCAÇÃO: O ENSINO PRIMÁRIO (1930-1945)

Com o fim da Primeira República, iniciou-se o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945 e 1951 a 1954) na presidência<sup>13</sup>, sendo ele o primeiro presidente a instrumentar políticas para a classe trabalhadora. Algumas de suas medidas foram: direito ao voto pelas mulheres, voto secreto, criação do tribunal eleitoral, criação do Ministério da Educação e da Saúde.

Em relação a educação, no início de seu governo foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930. Em 1931 com o Decreto 19.851, Reforma de Francisco Campos referente às Universidades Brasileiras:

Art. 1º O ensino universitario tem como finalidade: elevar o nivel da cultura geral, estimular a investigação scientifica em quaisquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. Art. 2º A organização das universidades brasileiras attenderá primordialmente, ao criterio dos reclamos e necessidades do paiz e, assim, será orientada pelos factores nacionaes de ordem psychica, social e economica e por quaisquer outras circumstancias que possam interferir na realização dos altos designios universitarios.

Art. 3º O regimen universitario no Brasil obedecerá aos preceitos gera esinstituidos no presente decreto, podendo, entretanto, admittir variantes regionaes no que respeita á administração e aos modelos didacticos. Art. 4º As universidades brasileiras desenvolverão acção conjuncta em beneficio da alta cultura nacional, e se esforçarão para ampliar cada vez mais as suas

---

<sup>13</sup> “Getúlio Vargas é um personagem ímpar na história do Brasil. Nascido na cidade de São Borja, no estado do Rio Grande do Sul, situado no extremo sul do país, foi deputado, ministro da Fazenda e presidente de seu estado antes de concorrer à presidência da República em 1930, como candidato de oposição. Derrotado nas eleições, liderou o movimento revolucionário deflagrado em 3 de outubro daquele ano, que acabou vitorioso e o levou à chefia do governo provisório do país. Quatro anos depois, foi eleito indiretamente presidente constitucional. Em 1937, fechou o Congresso e implantou uma ditadura que foi chamada de Estado Novo. No período ditatorial – que coincidiu em parte com os regimes de Hitler, Mussolini, Franco e Salazar –, deu continuidade à estruturação de um Estado nacionalista e intervencionista”. (FERREIRA, 2006. p. 01-02)

relações e o seu intercambio com as universidades estrangeiras. (BRASIL, 1931a).

A reforma visava elevar o nível da cultura geral e estimular as pesquisas científicas, sendo que a organização das universidades do País atenderia as suas necessidades, orientadas pelos fatores nacionais, de ordem física, social e econômica. Queriam ampliar as relações com as universidades estrangeiras e a estratégia utilizada foi intercâmbio.

O Decreto 19. 890 de 18 de abril de 1931 dispôs sobre a organização do ensino secundário, dividindo-o em dois seriados: fundamental e complementar e deu outras providências:

Art. 1.º O ensino secundario, oficialmente reconhecido será ministrado no Collegio Pedro II e em estabelecimentos sob regimen de inspecção official.

Art. 2.º O ensino secundario comprehendêrã dous cursos seriados: fundamental e complementar.

Art. 3.º Constituirão o curso fundamental as materias abaixo indicadas, distribuidas em cinco annos, de accôrdo com a seguinte seriação:

1º serie: Portuguez - Francez - Historia da civilização - Geographia - Mathematica - Sciencias physucas e naturaes - Desenho - Musica (canto orpheonico).

2º serie: Portuguez - Francez - Inglez - Historia da civilização - Geographia - Mathematica - Scienciasphysicas e matuares - Desenho - Musica (canto orpheonico).

3º serie: Portuguez - Francez - Inglez - Historia da civilização - Geographia - Mathematica - Phyica - Chimica - Historia natural - Desenho - Musica (canto orpheonico).

4º serie: Portuguez - Francez - Latim - Allemão (facultativo) - Historia da civilização - Geographia - Mathematica - Physica - Chimica - Historia natural - Desenho.

5º serie: Portuguez - Latim - Allemão (facultativo) - Historia da civilização - Geographia - Mathematica - Physica - Chimica - Historia natural Desenho.

Art. 4.º O curso complementar, obrigatorio para os candidatos á matricula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dous annos de estudo intensivo, com exercicios e trabalhos práticos individuaes, e comprehendêrã as seguintes materias: Allemão ou Inglez, Latim, Litteratura, Geographia, Geophysyca e Cosmographia, Historia da Civilização, Mathetatica, Physuca, Chimica, historia natural, Biologia geral, Hygiene, Phychologia e Logica, Sociologia, Noções de Economia e Estatistica, Historia da Philosophia e Desenho. (BRASIL, 1931b).

O Decreto estabelecia que o ensino secundário se dividisse em duas fases, o fundamental com duração de cinco anos, cujas disciplinas básicas seriam português, história da civilização, geografia e matemática e o complementar com duração de dois anos. O curso complementar era obrigatório para candidatos às instituições de ensino superior.

Em 1932 foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com 26 signatários, sendo o principal Fernando de Azevedo<sup>14</sup>. Esse manifesto propunha realizar a reconstrução social mediante a reconstrução educacional. Parte-se do pressuposto de que a educação era uma função essencialmente pública, baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unicidade da escola (SAVIANI, 2014). Ainda segundo o educador “A Educação Nova buscou organizar a escola como um meio propriamente social para tirá-la das abstrações e impregná-la da vida em todas as suas manifestações” (SAVIANI, 2013, p. 245).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova pode, pois, ser considerado um importante legado que nos é deixado pelo século XX. É um marco de referência que inspirou gerações seguintes, tendo influenciado, a partir do seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim, nas palavras de Libânia Nassif Xavier, representa um “divisor de águas” na história da educação brasileira (SAVIANI, 2014, p. 34).

Em 1934 foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Esta especificava que o presidente seria eleito por quatro anos e também criou, para a classe trabalhadora a justiça do trabalho, previdência social e voto das mulheres.

Os avanços incorporados pela Constituição de 1934, no campo dos direitos políticos, foram significativos. A incorporação do voto feminino, a institucionalização do voto direto e secreto e a sua obrigatoriedade, simbolizam com muita nitidez o avanço dos direitos políticos obtidos nessa Carta. Embora tivessem permanecido os impedimentos previstos no texto constitucional anterior, em relação ao exercício do sufrágio ativo por mendigos e analfabetos, ainda assim, há de se reconhecer o salto qualitativo dos direitos ali inscritos. (CAMPOS, 2007, p.49)

Em relação à educação, a Constituição adotou boa parte do Manifesto em sua Constituição:

Art 5º - Compete privativamente à União:

[...]

XIV - traçar as diretrizes da educação nacional; [...]

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art 150 - Compete à União:

<sup>14</sup> O autor principal do Manifesto dos pioneiros foi Fernando de Azevedo, os signatários foram: Júlio Afrânio Peixoto, Antonio de Sampaio Dória, Anísio Teixeira, Manoel B. Lourenço Filho, Edgar Roquette-Pinto, José Getúlio da Frota Pessoa, Júlio César Ferreira de Mesquita Filho, Raul Carlos Briquet, Mário Casasanta, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Antonio Ferreira de Almeida Júnior, J. P. Fontenelle, Carlos Roldão Lopes de Barros, Noemy Marques da Silveira Rufolfer, Hermes Lima, Attílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Benevides de Carvalho Meireles, Edigar Susseking de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Sezefredo Garcia de Rezende, Carlos Alberto Nóbrega da cunha, Paschoal Lemme, Raul Rodrigues Gomes.

[...]

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
- d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras; [...]. (BRASIL, 1934).

A referida Constituição apontou a educação como direito de todos. Dessa forma, estabeleceu: que o ensino primário fosse gratuito e de frequência obrigatória para todos, incluindo os adultos; a tendência da gratuidade para o ensino ulterior ao primário, para que se tornasse mais acessivo; além de liberdade de ensino em todos os graus. Porém não incluiu a laicidade no ensino, pois a Igreja Católica estava contra o Manifesto e o governo precisava do apoio da Igreja.

Em 1937, Getúlio Vargas consolidou as propostas em pauta desde outubro de 1930, quando, pelas armas, assumiu a presidência da República. Segundo Pandolfi (1999), o golpe de 10 de novembro de 1937 deu origem ao Estado Novo. Neste dia alegou-se que a Constituição promulgada em 1934 estava antedatada em relação ao espírito do tempo. Vargas apresentou à nação a nova Carta Constitucional baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade.

De acordo com a referida, haviam experiências semelhantes que estavam em curso na Europa no mesmo momento histórico: Adolf Hitler (1934-1945) estava no poder na Alemanha, Benito Mussolini (1922-1943) na Itália e António de Oliveira Salazar (1932-1968) em Portugal. Aliás, desde o final da I Guerra Mundial, o modelo liberal clássico de organização da sociedade vinha sendo questionado em detrimento de concepções totalitárias, autoritárias, nacionalistas, estatizantes e corporativistas.

Para Pandolfi (1999), com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido e os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime e a repressão policial instalou-se por toda parte. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi se transformando em uma nação urbana e industrial.

Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica. (PANDOLFI, 1999).

Foi implantada a Constituição de 1937, que na questão educacional regulamentou:

Art 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares.

É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público.

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência. (BRASIL, 1937).

O ensino primário continuava gratuito, porém, seria exigida no ato da matrícula a declaração de baixa renda, cabendo àqueles que não declarassem a obrigação de contribuir com o caixa da escola.

A educação física, ensino cívico e trabalhos manuais ficaram obrigatórios nas escolas (primárias, secundárias e normais). O ensino religioso não era componente obrigatório, o que prova uma luta desencadeada por forças contrárias à relação entre a Igreja e a escola.

Torna-se dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar escolas de aprendizes, destinadas aos filhos da classe trabalhadora. Incumbência da Nação, Estados e Municípios ofertarem às crianças e jovens que não tiverem recursos, instituições de ensino público em todos os graus.

Segundo Palma Filho (2005) a partir do ano de 1942, o Ministro da Educação Gustavo Capanema deu início à publicação de vários Decretos-Lei. Quatro decretos são editados durante o Estado Novo: a) Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b) Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial (SENAI), c) Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e d) Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial).

Essa Reforma ficou conhecida como Reforma Capanema e pode ser sumariada com as Leis Orgânicas do Ensino que atenderam necessidades sociais da época para consolidar um projeto educacional que contribuísse para o desenvolvimento da nação. Aos conjuntos de Decretos-Lei incluiu-se o de nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946 que regulamentou a formação de professores primários no Brasil. Por intermédio dessa determinação legal expandiram as Escolas Normais no Brasil.

Em 1942 instituiu-se o Fundo Nacional do Ensino Primário que visava a alfabetização da população adulta analfabeta. Com sua regulamentação em 1945, estabeleceu que 25% de seus recursos deveriam ser aplicados no Ensino Supletivo. Em 1947, foi instalado o Serviço de Educação de Adultos (SEA) que coordenou ações que vinham sendo desenvolvidas no sentido da alfabetização das massas.

O Estado brasileiro, a partir de 1940, aumentou suas atribuições e responsabilidades em relação à educação de adolescentes e adultos. [...] ganhou corpo uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação estratégica em todo o território nacional. Tal ação do Estado pode ser entendida no quadro de expansão dos direitos sociais de cidadania, em resposta à presença de amplas massas populares que se urbanizavam e pressionavam por mais e melhores condições de vida. Os direitos sociais, presentes anteriormente nas propostas liberais, concretizavam-se agora em políticas públicas, até como estratégia de incorporação dessas massas urbanas em mecanismos de sustentação política dos governos nacionais. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 111).

Evidencia-se a contradição nas ações estatais como ponto de equilíbrio entre as classes subalternas e a imediata necessidade de desenvolvimento econômico mediante a sustentação de um regime centralizador. Ao mesmo tempo em que educar as massas era resposta à sua própria exigência enquanto classe, esta era utilizada como estratégia do governo para sustentar a política de então.

A extensão das oportunidades educacionais por parte do Estado a um conjunto cada vez maior da população servia como mecanismo de acomodação de tensões que cresciam entre as classes sociais nos meios urbanos nacionais. Atendia também ao fim de prover qualificações mínimas à força de trabalho para o bom desempenho aos projetos nacionais de desenvolvimento propostos pelo governo federal. (HADDAD, PIERRO, 2000, p. 111)

No campo ideológico educacional foram propalados princípios articulados da Igreja Católica e do Movimento dos Renovadores. Na prática, um equilíbrio de projetos societários

antes contrapostos, como vistas que “[...] entre 1932 e 1947, as ideias pedagógicas no Brasil foram marcadas por um equilíbrio entre a pedagogia tradicional, representada predominantemente pelos católicos, e a pedagogia nova”. (SAVIANI, 2013, p. 271).

Em conformidade com o pensamento da época, os fundamentos da Lei Orgânica do Ensino Primário/1946 foram influenciados pelos princípios pedagógicos do movimento renovador com foco na criança:

a) desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo os interesses da infância; b) ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos; c) apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerça, para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização; d) desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social; e) revelar as tendências e aptidões dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido do bem-estar individual e coletivo; f) inspirar-se, em todos os momentos, no sentimento de unidade nacional e fraternidade humana. (BRASIL, 1946b).

Essa reforma dividiu o ensino primário em duas categorias: ensino primário fundamental para crianças de sete a doze anos e ensino primário supletivo, para adultos e adolescentes:

Art. 2º O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:  
a) o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos;  
b) o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.  
Art. 3º O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos; o elementar e o complementar.  
Art. 4º O ensino primário supletivo terá um só curso, o supletivo. (BRASIL, 1946b).

A Lei Orgânica do Ensino Primário de Mato Grosso de 1951 utilizou as mesmas categorias, como veremos no próximo capítulo.

Na política de formação de professores daquele momento histórico é evidenciado mediante a legislação, o caráter pragmático expresso pelos pedagogos da época, pois a Lei Orgânica do Ensino Normal fixava a regra de manterem escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino, no artigo 47:

§ 1º Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas. § 2º Cada escola normal manterá um grupo escolar. § 3º Cada instituto de educação manterá um grupo escolar e um jardim de infância. (BRASIL, 1946a).

As escolas anexas que permitiam a demonstração e a prática do ensino uniam a possibilidade de resolução de uma demanda por professores em algumas regiões. Muitas normalistas mesmo sem terminar a formação que as habilitava para dar aulas trabalhavam como professoras.

Segundo Pandolfi (1999) no campo político, a partir de 1942, deu-se o início o processo de desarticulação do Estado Novo. Certamente o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, quando se aliou, por razões de ordem econômica aos Estados Unidos e rompeu com a Alemanha nazista, contribuiu para o enfraquecimento do regime. A contradição durante o governo de Vargas se deu pelo fato do País adotar como regime uma ditadura com o Estado Novo e se aliou ao governo democrático como os Estados Unidos. Em novembro de 1945, Getúlio foi deposto da presidência da República.

Durante o longo período que esteve à frente do País, Vargas aprovou várias medidas para melhorar a educação. Na questão política foram elaboradas duas Constituições: a de 1934 e a de 1937, bem como a expansão da indústria no país que, como já mencionado, era economicamente baseada na cultura do café.

O governo central apresentou interesse em desenvolver o ensino primário num contexto onde se discutia esta etapa de ensino como instrumento de modernização e progresso do País. Um documento importante que contribuiu com este processo foi o Manifesto dos Pioneiros de 1932, cujos princípios constituíam a obrigatoriedade, gratuidade, coeducação e laicidade. A Constituição de 1934 incorporou parte de seus princípios enunciados anteriormente e a Constituição de 1937 manteve a gratuidade e a obrigatoriedade.

### 2.3 BRASIL: O PERÍODO DEMOCRÁTICO E A EDUCAÇÃO (1946-1964)

No período democrático (1946-1964), também é conhecido como República Populista, seus presidentes foram: General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950); Getúlio Vargas (1951-1954); João Fernandes Campos Café Filho (1954-1955) que era vice de Vargas e terminou o seu mandato; Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), Jânio Quadros (1961); João Goulart (1961-1964).

Com o fim do Estado Novo, assumiu a presidência Eurico Gaspar Dutra no período de 1946 a 1950. Sua política estava de acordo ao cenário mundial (a guerra fria)<sup>15</sup> e seu governo era repressor e impopular. Durante seu mandato foi promulgada a Constituição de 1946.

---

<sup>15</sup>“Começou-se a falar em Guerra Fria nos anos 1946-1947, pouco depois de terminada a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, começou-se a falar em fim da Guerra Fria entre 1989 e 1991, no período que vai da “queda” do muro de Berlim e o subsequente esfacelamento político dos regimes da Europa do Leste, até o momento em que a União Soviética passou para o capitalismo e aderiu ao modelo ocidental de democracia, abandonando o socialismo – ou seja, o modelo soviético de socialismo –, e perdendo inclusive a condição de União de Repúblicas. O final da Guerra Fria foi interpretado como a derrota do “socialismo real”, ou, ainda, como o triunfo do “mundo livre” capitalista e a vitória dos Estados Unidos sobre o colosso soviético.” (RIBERA, 2012, p. 88-89).

As principais medidas previstas na Constituição foram: dar autonomia aos municípios e estados, mandato para presidente com duração de cinco anos, permanência da república federativa e presidencialista, direito a greve. Porém a política nacional estava marcada pela contradição, pois era conservadora e não se aceitavam as reivindicações da classe trabalhadora, além de não dar aumento ao salário mínimo. Em relação à educação, abordava a Constituição/1946:

Art 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; [...]. (BRASIL, 1946)

Estabeleceu como princípio que a educação era um direito de todos e tinha como princípios a liberdade e solidariedade humana. Continuou sendo o ensino primário obrigatório e o ensino ulterior, só deveria ser gratuito àqueles que provassem falta de recurso. O ensino ministrado pelo poder público, também seria livre à iniciativa privada.

Em 1951, Vargas ganha à eleição e volta à presidência. Suas principais políticas foram: Criação da Petrobrás (1953), criação do Banco Nacional e Desenvolvimento Econômico – BNDE (1952). O presidente eleito atuou para industrializar o País, tornou-se uma de suas marcas no seu segundo governo.

Nesse sentido, o plano de desenvolvimento econômico e social de Vargas pretendia consolidar o salto para a industrialização, criando novos blocos industriais e constituindo o setor pesado dos bens de produção. A questão principal reside no fato de que a estratégia foi pensada sob a liderança da empresa pública, minimizando a participação da empresa estrangeira. O Plano evidenciava um conteúdo nacionalista, que não deixou de despertar resistência por parte do capital estrangeiro e das agências internacionais de financiamento. (AREND, 2009, p. 120).

O Ministério da Educação e da Saúde foi dividido em 1953, passou a ser denominado Ministério da Educação e da Cultura e o outro Ministério da Saúde. Também se criou Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes<sup>16</sup> (1951).

<sup>16</sup>“A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país. Era o início do segundo governo Vargas, e a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente era palavra de ordem. A industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais”. (CAPES, 2018).

Durante o Governo de Vargas, ocorreram diversas críticas, dos partidos e também da classe dominante, sobre a viabilidade do regime democrático e por Vargas ser um ex-ditador, por causa do Estado Novo (1937-1945).

[...] no período 1950-54, observa-se que as lideranças, particularmente as vinculadas ao sistema partidário, carecem de posições muito rígidas sobre as grandes questões que envolvem as regras do jogo político. Pode-se afirmar que, do ponto de vista do sistema partidário, a flexibilidade de posições e a indefinição nas relações intra-elites foram tão grandes que criaram terreno propício à instabilidade. A posição predominante foi a de não apoiar diretamente o Governo, mas também, à exceção da UDN, de não vetá-lo por completo. Todas as questões eram, em princípio, negociáveis, embora, na prática, esbarrassem na intransigência de alguns setores ou em condições efetivamente inegociáveis. Essa tática de não apoiar nem vetar o Governo, se sugeria um leque muito grande de possibilidades, criava também grandes brechas para atacá-lo. Muitas vezes as críticas transcendiam o Governo, chegando mesmo a questionar a viabilidade do próprio regime e sua oportunidade, principalmente quando consideravam estar novamente no poder a figura carismática de um ex-ditador. A nível do sistema partidário, nessa fase de consolidação da chamada democracia ampliada, a posição não era, e nem poderia ser, de neutralidade em relação ao regime e ao Governo, mas antes de expectativa sobre o desenrolar dos acontecimentos. (D'ARAUJO, 1992, p. 188).

Suas políticas visavam atender algumas demandas da classe trabalhadora, o que preocupava a burguesia. Houve um atentado contra um de seus opositores e as investigações colocavam Vargas como o principal suspeito, sendo um dos principais motivos para o seu suicídio<sup>17</sup> que ocorreu no dia 24 de agosto de 1954. Seu vice João Fernandes Campos Café Filho tornou-se presidente no período de 1954 a 1955.

Com as eleições, chegou ao poder Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), que ficou conhecido pelos seus planos de metas “50 anos em 5”. Uma de suas principais políticas foi à construção de Brasília, que passou a ser a nova capital do País (1960). Os setores de indústria de base, transporte e energia receberam mais recursos financeiros em seu governo, sobrou pouco recurso para a educação e saúde.

---

<sup>17</sup>“O atentado contra Lacerda levaria o governo Vargas ao fim. [...] O brigadeiro Eduardo Gomes interferiu junto às autoridades e conseguiu que a investigação do crime fosse conduzida pela Aeronáutica, por meio de inquérito policial-militar que se instalou na base aérea do Galeão [...]. De início, descobriu-se que o táxi que havia conduzido o atirador fazia ponto nas proximidades do Palácio do Catete. Logo depois, um integrante da guarda pessoal do presidente foi acusado. Ademais, as investigações comprovaram atividades de corrupção e troca de favores patrocinadas pelo chefe da guarda cujos arquivos foram apreendidos, o que levou Getúlio Vargas a dizer que estava em um “mar de lama” – expressão que Lacerda e outros oposicionistas usaram para criticar ainda mais seu governo. As pressões contra Getúlio Vargas se intensificaram. [...] No dia 23 de agosto, o Exército estava de prontidão. Marinha e Aeronáutica declararam-se em estado de alerta. Previa-se a derrubada de Vargas. Os militares exigiram sua renúncia. Depois de conturbada reunião ministerial no Catete, o país foi informado, na madrugada de 23 para 24, de que o presidente aceitara licenciar-se do cargo até a conclusão das investigações. Vargas, entretanto, após a reunião, retirou-se para seus aposentos e matou-se com um tiro no coração.” (FICO, 2015, p. 15-17)

Com o slogan cinquenta anos em cinco, Juscelino Kubitschek elegeu-se Presidente da República nas eleições de 3 de outubro de 1955, tomando posse em 31 de janeiro do ano seguinte. O seu governo tinha como objetivo transformar e aprofundar a industrialização brasileira, através da implementação da indústria pesada. Para tanto, foi articulado o chamado Plano de Metas, o qual continha trinta metas agrupadas em cinco áreas e uma meta que considerava especial. Algumas metas foram modificadas durante a execução do plano e outras, nem chegaram perto do que se propôs, mas, em termos gerais, o programa conseguiu atingir seus objetivos, provocando um forte crescimento do PIB e um razoável aumento da renda per capita, tornando o Brasil da época o país 15 em desenvolvimento mais industrializado do mundo. Para pôr em prática o Plano de Metas, o nacional-desenvolvimentismo foi substituído pelo desenvolvimentismo internacionalista. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 14-15)

Com relação à educação básica, em 1959, foi publicado o manifesto de educadores, intitulado Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados. Escrito por Fernando de Azevedo, autor do Manifesto dos Pioneiros de 1932, o documento foi assinado por 189 pessoas importantes para a educação, entre elas Anísio Teixeira.

O professorado de ensino primário (e mesmo o do grau médio), além de, geralmente, mal preparado, quer sob o aspecto cultural quer do ponto de vista pedagógico, é constituído, na sua maioria, por leigos (2/3 ou 3/4 conforme os Estados); não tem salário condizente com a alta responsabilidade de seu papel social nem dispõe de quaisquer meios para a revisão periódica de seus conhecimentos. Com a proliferação desordenada, sem planejamento e sem critério algum (a não ser o eleitoral), de escolas superiores e, particularmente, de Faculdades de Filosofia, já se podem calcular as ameaças que pesam sobre esse nível de ensino, outrora com as poucas escolas tradicionais que o constituíam, e apesar de suas deficiências, um dos raros motivos de desvenecimento da educação nacional. Se se considerar ainda que ultrapassa de 50% da população geral o número de analfabetos no país e que, de uma população em idade escolar (isto é, de 7 a 14 anos) de 12 milhões de crianças, não frequentam escola senão menos da metade ou, mais precisamente, 5.775.246, nada será preciso acrescentar, pois já se terá, com isso, um quadro sombrio demais para lhe carregarmos as côres e desolador demais para nos determos na indagação melancólica de outros fatos e detalhes. (MANIFESTO DOS EDUCADORES, 1959, p. 2)

O manifesto criticava a remuneração dos professores, o alto número de docentes leigos, a metade da população ser de analfabetos e o alto índice de analfabetos no País com idade escolar que não frequentava a escola. Sua bandeira consistia na escola pública, gratuita, laica e obrigatória.

Para Vieira (1985, p.100-101 *apud* CUNHA, 1991, p. 182) em 1956, grande ênfase era colocada sobre as escolas técnico-profissionais no governo de Juscelino Kubitschek, onde se formariam trabalhadores qualificados que se destinariam aos inúmeros setores da produção econômica. Segundo o autor, a educação profissionalizante serviria para integrar o homem na almejada civilização industrial.

Juscelino visualizava um ensino secundário com maiores possibilidades de opções, além da tradicional via de acesso ao ensino superior. Assim, "reconhecia a premente necessidade de aprimorar professores, técnicos, administradores e inspetores daquele nível de ensino" (VIEIRA, 1985, p.100-101 *apud* CUNHA, 1991, p. 182).

De acordo com Vieira (*apud* CUNHA, 1991), em 1958, o governo valorizava a preparação de trabalhadores técnicos de nível médio, para irem trabalhar na indústria, no comércio, na agricultura e mesmo no magistério primário. Segundo o referido, para Kubitschek os "estudos predominantemente intelectuais" deveriam ser reservados apenas aqueles jovens que demonstrassem possuir "vocação", para tal caminho. Assim, salienta que entre os anos de 1957 e 1959, os recursos federais destinados aos cursos industriais de nível médios quadruplicaram.

O governo de João Goulart (1961-1964) se fundamentou o ideário de democracia social para o País, o que não foi bem aceito pelos conservadores da época. Segundo Delgado (2012) a sua posse aconteceu em um contexto de crise, deflagrada pela ação de seus adversários políticos. Sob a égide da crise, governou por três anos, a princípio, sob a vigência de um sistema de governo parlamentarista que limitava seus poderes. Em seguida, em sua plena capacidade governamental, recuperou o sistema de governo presidencialista, em um contexto marcado por inegável polarização política, nacional e internacional.

Em relação à educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 4.024/1961 promulgada pelo presidente Goulart, sobre o ensino primário explanou:

Art. 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social.

Art. 26. O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais.

*Parágrafo único.* Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.

Art. 27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.

Art. 28. A administração do ensino nos Estados, Distrito Federal e Territórios promoverá:

- a) o levantamento anual do registro das crianças em idade escolar;
- b) o incentivo e a fiscalização da frequência às aulas (BRASIL, 1961).

O ensino primário na LDB/1961 passou a ser obrigatório a partir dos sete anos, formou-se classes especiais para pessoas mais velhas com duração de quatro anos e poder-se-ia prolongar a duração para seis.

O governo defendia a reforma agrária, urbana e tributária, os direitos trabalhistas e a dependência das relações com outros países, contrariando os interesses da classe dominante do País.

O governo norte-americano, que lucrava no governo de Juscelino Kubitschek, deixou de ter lucros no governo de João Goulart, pois a política brasileira adotada naquele período era de caráter nacionalista desenvolvimentista, ou seja, queria ampliar a industrialização nacional e importar de outros países apenas os produtos necessários, com vistas a fortalecer a economia. Dessa forma, o governo norte-americano deu apoio aos militares para que dessem o golpe<sup>18</sup> ocorrido entre os dias 31 de março e dia 01 de abril de 1964.

Segundo Pasinato (2013, p. 07), o ensino superior foi mais contemplado que o ensino primário. A alfabetização no segundo governo Vargas cresceu apenas 1,79%. As mazelas da educação pública continuaram evidentes e a exclusão permaneceu regra básica do sistema escolar. De acordo com Ghiraldelli Júnior (1991, p. 132 *apud* PASINATO, 2013, p. 08),

[...] em 1960, JK entregou ao seu sucessor um sistema de ensino tão elitista e antidemocrático quanto fora com Dutra e Vargas. Apenas 23% dos alunos que ingressavam no curso primário chegavam ao quarto ano, e somente 3,5% usufruíam o último ano do curso médio.

Durante o período democrático o ensino primário avançou pouco e chegou ao fim do período Juscelino Kubitschek e apenas 23% dos alunos que se matriculavam no ensino primário conseguiam terminar o quarto ano. Os governos estavam com outras preocupações como o avanço da economia e a pouca verba destinada à educação, principalmente a educação básica, pois a educação superior foi mais contemplada nesse período.

#### 2.4 BRASIL: O ÍNICIO DA DITADURA CÍVIL-MILITAR (1964-1970)

Com o golpe civil-militar o primeiro presidente foi o Marechal Castelo Branco no período de 1964 a 1967.

Ao tomar posse, o ditador marechal Castelo Branco estabeleceu um regime de completa arbitrariedade. Só nos dois primeiros meses de presidência, com base nos poderes que lhe conferia o artigo 10 do Ato Institucional n. 1, “ele

---

<sup>18</sup>“Os direitos trabalhistas e sociais sofreram retrocessos com a implantação da ditadura civil-militar no Brasil em 1964. O golpe de 1º de abril, apoiado pelo imperialismo norte-americano, pelos setores conservadores da alta hierarquia da Igreja Católica, pela burguesia internacional e nacional (industrial e financeira, os grandes proprietários de terras) conteve o avanço das forças populares que vinham num crescente nível de organização e mobilização em torno das lutas pelas reformas de base. [...] O golpe civil-militar foi a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais. Por meio da violência, os setores reacionários atuaram com prisões de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção em sindicatos”. (LARA; SILVA, 2015, 277-278).

cassou os direitos políticos de 37 pessoas, entre as quais três ex-presidentes, seis governadores estaduais e 55 membros do Congresso Nacional. Dez mil funcionários públicos foram demitidos e cerca de 5 mil inquéritos sumários que envolveram 40 mil pessoas foram abertos” (GUISONI, 2014, p. 28 apud LARA; SILVA, 2015, p. 278).

Uma das primeiras medidas implementadas no governo de Castelo Branco foi anular a Lei de Remessas e Lucros de 1962, que legislava sobre a restrição das empresas estrangeiras de realizar a retirada grande de seus lucros para outros países. Segundo Lara e Silva (2015) ele estabeleceu o arrocho salarial, revogou o decreto nº 53 700 de 1964 que desapropriava terra às margens das estradas para a reforma agrária, revogou a nacionalização das refinarias particulares, restringiu o crédito às pequenas e médias empresas, deu as mais amplas garantias ao capital estadunidense que foram estabelecidas pelo Acordo de Garantia dos Investimentos Norte-Americanos no Brasil.

No campo trabalhista houve grande retrocesso com o fim do Decreto-Lei n. 5.452 de 1943, que garantia estabilidade aos trabalhadores após dez anos de trabalho na mesma empresa. Ela foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei n. 5.107 de 1966, que estimulava a rotatividade da força de trabalho. O trabalhador, ao ser demitido sem justa causa, passava a receber uma indenização sobre o saldo do fundo que é composto por depósitos mensais efetivados pelo empregador, equivalentes a 8% do salário pago ao empregado, acrescido de correção monetária e juros.

Em 1967 foi outorgada a Constituição Federal, no governo de Castelo Branco, o artigo 168 da Carta Magna que explicita nos incisos II e III sobre o ensino:

- II - o ensino dos sete aos quatorze anos è obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais;
- III - o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior; [...] (BRASIL, 1967).

A Constituição de 1967 estabelecia o ensino obrigatório e gratuito para crianças de 7 a 14 anos e o ensino ulterior ao primário continuou sendo gratuito apenas àqueles que provassem ter pouca renda igual a Constituição de 1946. O que se verifica são leis de âmbito geral, pouco específicas quanto a educação nacional. Apenas a Lei das Diretrizes e Bases da Educação de 1961 foi uma legislação sobre educação em esfera federal. Determinava o ensino primário obrigatório a partir dos sete anos e, para os que o iniciavam depois dessa idade,

poderiam ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.

O governo de Arthur Costa e Silva (1967 a 1969) foi mais repressivo e na questão educacional teve como ministro da Educação e da Cultura Tarso de Moraes Dutra e Favorino Mércio como interino.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - surgiu no dia 15 de dezembro de 1967, de acordo com a Lei nº 5.379, quando o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos voltando-a para a faixa etária de 15 a 30 anos. Meses depois, foi designada a comissão que seria encarregada de elaborar os estatutos da instituição. Neste mesmo ano, no dia 29 de março os estatutos do Mobral foram aprovados, segundo o Decreto de nº 62.484 (RANGEL, 2011, p. 14 *apud* BELUZO; TONIOSSO, 2015, p. 200).

Na visão da ditadura civil-militar, a área educacional tinha como principais propósitos: acabar com o analfabetismo, adaptar os analfabetos a sociedade, dar possibilidades por meio da educação. Por isso criou em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização conhecido como Mobral.

Segundo Macarini (2006, p. 463), o ano de 1968 fora, de vários pontos de vista, extremamente satisfatório. O setor industrial, segundo apontavam as primeiras estimativas da época, desfrutava de um excelente desempenho, ao passo que sua taxa de crescimento se aproximava dos 14% enquanto os níveis alcançados pelo emprego industrial revelavam um quadro muito promissor, tendo superado em todos os meses desse ano quaisquer outras marcas verificadas desde 1964.

No dia 13 de dezembro de 1968 foi promulgado o Ato Institucional n. 5 ou o AI-5 dando ao governo plenos poderes por tempo indeterminado.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República. [...]

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais.

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares; (BRASIL, 1968)

Com o AI-5 muitos políticos foram presos ou perderam seus mandatos, professores foram expulsos das universidades em que davam aulas e o rádio, a televisão e o jornal foram censurados.

Com o fim do governo Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) toma o poder. O ato ficou denominado como “anos de chumbo”, pois foi o período com maior índice de torturas, exílios, prisões e desaparecimento de pessoas. Vale ressaltar que o início da ditadura civil-militar, foi um período marcado pela Constituição de 1967 e por uma economia satisfatória, porém por grande repressão e com alto índice de exilados e prisões.

O notável desempenho do setor industrial já desvelava o essencial do novo padrão de crescimento: a indústria automobilística inicia em 1968 o seu ciclo de recordes sucessivos de produção (mais de 270 mil unidades produzidas, contra 225 mil em 1967) e a indústria da construção civil experimenta substancial ativação (expressão do incremento da demanda habitacional ou da maior expansão do gasto público).

Todavia, no final do período militar o País encontrava-se endividado e de acordo com Bellingieri (2005, p. 07), a gestão do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) foi caracterizada pela desaceleração do crescimento econômico, pelo aumento da inflação, pelos efeitos dos choques do petróleo de 1973 e de 1979, e por um processo de aprofundamento do endividamento externo.

A preocupação maior estava na educação superior com a criação da pós-graduação pelo Parecer n. 977 de 1965. Em relação ao ensino primário, destaca-se a constituição de 1967 e a obrigatoriedade do ensino primário a todas as crianças de 7 a 14 anos, além da criação do Mobral para diminuir o número de analfabetos jovens e adultos.

O período analisado mostra que o aumento da instrução pública primária no Brasil ocorreu com o desenvolvimento da população urbana, da criação das indústrias e comércios. Como a economia do País não era mais baseada apenas na agropecuária, tornou-se necessária uma força de trabalho<sup>19</sup> qualificada. A expansão da escola primária se torna importante para os filhos da classe trabalhadora, porque os preparava para o trabalho e também para a economia do país.

Mas a expansão das escolas não ocorrera da mesma forma em todas as regiões brasileiras. Em Mato Grosso, por ter um território muito extenso, a expansão não ocorreu de maneira linear em todo território e um dos motivos foi por ter a maioria da população na área rural e o estado ter a base econômica na pecuária – que não exigia força de trabalho

---

<sup>19</sup> “Força de trabalho é a capacidade de realizar um trabalho útil que aumenta o valor das mercadorias. É a sua força de trabalho que os operários vendem aos capitalistas em troca de um salário em dinheiro. A força de trabalho deve ser diferenciada do trabalho, que é o próprio exercício efetivo da capacidade produtiva humana de alterar o valor de uso das mercadorias e de acrescentar-lhes valor. Os produtos do trabalho podem ser comprados e vendidos como mercadorias. É impossível, porém, dar um sentido exato à ideia de compra e venda do próprio trabalho enquanto atividade produtiva. O produtor que não pode vender o seu produto de trabalho deve vender a sua capacidade de trabalhar, comprometendo-se a exercer o trabalho no interesse e sob a direção do comprador, em troca de uma soma de dinheiro, ou seja, do salário” (BOTTOMORE, 2001, p. 253).

qualificada. No próximo capítulo abordaremos a expansão do ensino primário em Mato Grosso no período de 1920 a 1970.

### 3 – CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO

Nesse capítulo abordaremos a história do Estado de Mato Grosso (MT), dando ênfase ao período de 1920 a 1970, com foco nas políticas educacionais de MT a partir de 1910 até o início do Regime Militar. Além disso, iremos discutir sobre as instituições escolares do estado.

#### 3.1 HISTÓRIA DE MATO GROSSO (1920-1970)

A partir do período Republicano no estado de Mato Grosso, as mudanças aconteceram lentamente. Segundo Monteiro (2011), o poder político se manteve sob o domínio e o poderio de pequenos grupos - os coronéis. No estado, a política local e vários setores da sociedade – incluindo o da educação – eram intimamente influenciados pelo coronelismo que ditava desde a abertura e fechamento de escolas até a contratação dos profissionais do ensino.

De acordo com Jacomeli (1998, p. 55) grandes empreendimentos relacionados às empresas ligadas ao capital financeiro começaram a atuar em Mato Grosso, como o caso da Companhia Mate Laranjeira (1891). O próximo quadro mostra os governadores no período da Primeira República.

Quadro 2 - Lista de Governadores do Estado de Mato Grosso (MT) na Primeira República

Governadores de MT na Primeira na República			
Nome	Período	Nome	Período
Antônio Maria Coelho	1889-1891	Generoso Pais Leme de Souza Ponce	1907-1908
Frederico Solon de Sampaio Ribeiro	1891	Pedro Celestino Correia da Costa	1908-1911
José da Silva Rondon	1891	Joaquim Augusto da Costa Marques	1911-1915
João Nepomuceno de Medeiros Mallet	1891	Caetano Manuel de Faria Albuquerque	1915-1917
Manuel José Murтинho	1891-1895	Camilo Soares de Moura	1917
Antônio Correia da Costa	1895-1898	Cipriano da Costa Ferreira	1917-1918
Antônio Cesário de Figueiredo	1898-1899	Francisco de Aquino Correia	1918-1922
João Pedro Xavier Câmara	1899	Pedro Celestino Correia da Costa	1922-1924
Antônio Leite de Figueiredo	1899	Estêvão Alves Correia	1924-1926
Antônio Pedro Alves de Barros	1899-1903	Mário Correia da Costa	1926-1930
Antônio País de Barros	1903-1906	Anibal Benício de Toledo	1930
Pedro Leite Osório	1906-1907		

FONTE: CAVALCANTE, Else. História de Mato Grosso. 2013. Tabela elaborada pela autora.

Com a república, Mato Grosso ficou dividido em dois grupos oligárquicos: a região sul que era composta por comerciantes e pecuaristas e a região norte constituída pelos senhores de engenho e depois usineiros de açúcar. As contendas pelo poder trouxeram lutas armadas em alguns momentos, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 3 - Lutas Armadas pelo Poder

Período	Região	Causa	Observações
1900	Nioaque	Crise partidária local	-
1900/nov	Santana do Paranaíba	-	Os coronéis Benites e Castro invadem a cidade com seus homens.
1901	Santana do Paranaíba, Nioaque e Miranda	Contra o Governo de Antonio Paes de Barros	Os coronéis Jango Mascarenhas e Dionísio Benites comandam bandos armados.
1901	Diamantino, Paconé e São Manoel	A favor do governo estadual	O governo utiliza-se de tropas comandadas por coronéis.
1901	Baia do Garcez	A favor do governo estadual	Massacre de inimigos políticos do governo estadual.
1902	Santana do Paranaíba	Contra o governo estadual	A cidade é invadida duas vezes (inclusive por mercenários paraguaios).
1903	Santana do Paranaíba	-	Delegado é expulso por coronéis com homens armados.
1904	Santana do Paranaíba	-	Ação de grupos armados
1906	Corumbá e Cuiabá	Contra o governo estadual	Revolução liderada pelo cel. Generoso Ponce. O presidente Antonio Paes de Barros é deposto e assassinado.
1906	Bela Vista	Contra o governo estadual	O cel. Bento Xavier apoia a revolução e é derrotado pela força pública.
1907	Sul do Estado	Contra o governo estadual	O cel. Bento Xavier ataca a cidade de Bela Vista.
1908	Sul do Estado	Contra o governo estadual	Invasão de forças armadas sob o comando do cel. Bento Xavier.

Fonte: Sá, 2007, p. 80.

A economia era diversificada, contudo, nota-se que entre as principais atividades econômicas que se desenvolveram no Estado do Mato Grosso no início do século XX, estavam à produção de borracha e a poaia na região norte da região, além da presença de usinas de açúcar em sua parte central enquanto que na parte sul do Estado predominou a criação de gado e o cultivo da erva-mate (LOBATO *et al*, 2010). Observa-se que eram

vendidos seus produtos a outros países em troca de capital (dinheiro), para que o estado pudesse crescer e cada vez mais ter lucro.

Tendo conhecido uma alta na exportação entre 1927 e 1928, a arrecadação com a pecuária sofreu um decréscimo no ano de 1929, refletindo o movimento de queda nas vendas neste último ano da década de 20. O mesmo se passou com a borracha que, além dos efeitos da crise mundial, vinha sendo abalada pela concorrência do *látex* asiático, chegando ao mercado internacional com preços mais competitivos em relação àquela produzida no Brasil. Apenas a erva-mate manteve-se em alta, embora sua produção também vá decrescer nos anos seguintes, motivada tanto pelas transformações impostas pelos governos pós-30 à ação exploradora da Companhia Mate Laranjeira. (BRITO, 2001, p. 29).

Na Era Vargas, no Estado de MT quem governava eram os interventores federais denominados pelo presidente, que deveriam estar sempre de acordo com a política nacional, conforme observa-se no quadro abaixo:

Quadro 4 - Governadores/interventores federal de Mato Grosso na Era Vargas (1930-1945)

Governadores do Estado de MT na Era Vargas (1930-1945)			
Nome	Período	Nome	Período
Sebastião Rabelo Leite	1930	Fenelon Muller	1935
Antônio Mena Gonçalves	1930-1931	Newton Deschamps Cavalcanti	1935
Artur Antunes Maciel	1931-1932	Mário Correia da Costa	1935-1937
Leônidas Antero de Matos	1932-1934	Manuel Ari da Silva Pires	1937
César de Mesquita Serva	1934-1935	Júlio Strubing Muller	1937-1945

Fonte: CAVALCANTE, Else. História de Mato Grosso. 2013. Tabela elaborada pela autora

Vargas em 1932 nomeou como interventor federal Arthur Antunes Maciel que tinha como objetivo conquistar a população de Mato Grosso em relação ao governo de Vargas. Pois a população do Sul do Estado queria separar-se da parte norte. De acordo com Cavalcante (2013), foi um período conturbado. Em julho de 1932, os paulistas iniciaram a Revolução Constitucionalista<sup>20</sup> que contou com a adesão do Sul de Mato Grosso; os dirigentes desta região defendiam a divisão do Estado.

No decorrer da Revolução o Sul de Mato Grosso se separou do território de MT, dando ao novo estado o nome de Maracaju. Vespasiano Martins governou no curto período

<sup>20</sup> “Os rebeldes paulistas desejavam na verdade recuperar o poder perdido com a “Revolução de 1930”, embora afirmassem à população paulista que o movimento era necessário, pois Vargas governava o país inconstitucionalmente. Assim, a bandeira levantada pela elite paulista para conseguir a adesão dos setores populares era que a revolução tinha como objetivo dar ao Brasil uma constituição. São Paulo rompeu o movimento esperando adesão das elites mineiras e gaúchas, mas estas acabaram se reconciliando com o presidente. Na realidade, São Paulo somente contou com a participação de um pequeno destacamento proveniente do Sul de Mato Grosso e comandado pelo general Bertoldo Klinger”. (CAVALCANTE, 2013, p. 98-99).

existente desse estado, uma vez que Vargas conseguiu combater a Revolução em três meses e o Estado de Maracaju foi dissolvido.

No período do Estado Novo do governo Vargas, segundo Silva (2017) a economia do sul de Mato Grosso não se adequava a política de modernização promovida pela União. Tal situação provocou o lançamento do plano de colonização para ocupar os “espaços vazios” da região Centro-Oeste, para assim alcançar o ideário de País moderno.

Vargas anunciou no final de 1937 o projeto Marcha para Oeste, que estimulou a criação de colônias agrícolas subordinadas ao Ministério da Agricultura. Essas eram formadas por pequenas propriedades e deveriam cultivar produtos de largo consumo. Por exemplo, o governo federal criou em Mato Grosso a colônia de Dourados. (CAVALCANTE, 2013).

Em 1943, Getúlio Vargas criou o território federal de Ponta Porã, segundo Ponciano (2007), tal medida colocaria essa vasta região sob a tutela direta do governo federal, o que representava parte do processo de ocupação dos ‘espaços vazios’ e facilitaria sua ação em relação a qualquer problema que viesse prejudicar sua política de desenvolvimento.

Participaram do território os municípios Ponta Porã, Dourados, Nioaque, Bela Vista, Miranda, Porto Murtinho, Maracaju e Bonito. Entretanto, o mesmo foi dissolvido em 1946 com o fim do Estado Novo. O próximo quadro demonstra os governadores de Mato Grosso na República Democrática.

Quadro 5 - Governadores de Mato Grosso na República Democrática

Governadores de MT na República Democrática (1946-1964)			
Nome	Período	Nome	Período
Olegário Moreira de Barros	1945-1946	Fernando Corrêa da Costa	1951-1956
José Marcelo Moreira	1946-1947	João Ponce de Arruda	1956-1961
Arnaldo Estevão de Figueiredo	1947-1950	Fernando Corrêa da Costa	1961-1966
Jary Gomes	1950-1951		

FONTE: CAVALCANTE, Else. História de Mato Grosso. 2013. Tabela elaborada pela autora.

Após o fim da Era Vargas, com o início da República Democrática, a economia agrária do estado de Mato Grosso passou a ser influenciada pela situação nacional. As Oligarquias do estado continuavam a persuadir na política por meio do clientelismo e coronelismo.

De acordo com Cavalcante (2013), com a implantação da Ditadura Militar em 1964, os separatistas tiveram suas vozes silenciadas. Para a autora, apenas no início da década de 1970, os sulistas encontraram espaço político para defender a divisão por causa dos interesses militares em integrar a região Amazônica ao capitalismo. Assim, na década de 1970, Mato Grosso foi desmembrado e com isso, criou-se o estado de Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso, que era o segundo maior estado do Brasil, foi desmembrado na década de 1970 com a criação do estado de Mato Grosso do Sul. Após a divisão, o Pará tomou a posição de segundo maior estado, mas, mesmo após ter perdido mais de 350 mil quilômetros quadrados, Mato Grosso ainda ocupa a terceira posição. O principal argumento utilizado para a divisão do estado foi a dificuldade em desenvolver a região diante da grande extensão e diversidade. A assinatura do decreto que estabeleceu a divisão aconteceu em 11 de outubro de 1977. No entanto, a criação do novo Estado ocorreu, efetivamente, em 1º de janeiro de 1979. Foi o presidente Ernesto Geisel quem decidiu pela divisão e assinou a Lei Complementar número 31. (MATO GROSSO, 2011).

O estado de Mato Grosso foi dividido pela Lei complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, promulgada pelo então Presidente da República Ernesto Geisel (1974-1979). Ocupou ainda a terceira posição de maior estado do País. Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas tornaram-se parte de Mato Grosso do Sul com a divisão.

### 3.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO DE MATO GROSSO (1889-1970)

A instrução pública primária na Primeira República era para fornecer conhecimentos básicos para a classe trabalhadora gerar a mais-valia<sup>21</sup>. Como aborda Mészáros (2008) a educação institucionalizada serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também para gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses da classe.

Essas escolas primárias eram de caráter público, mas, na verdade, preservavam as diferenças sociais. Gramsci (1982) assevera que a escola tradicional era oligárquica, pois estava destinada à nova geração de grupos dirigentes, designada por sua vez a tornar-se dirigente.

O Regulamento da Instrução Pública Primária de 1910, inspirado na reforma Paulista de 1892, foi elaborado com 215 artigos que explanavam sobre o ensino leigo, gratuito e para ambos os sexos, além de dar outras providências:

Art. 1º – O ensino primário no Estado de Mato – Grosso será leigo e administrado à custa dos cofres estaduais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem.

---

<sup>21</sup>“Mais-Valia: A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *differentiaspecifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. Mas o lucro e o salário são, ambos, DINHEIRO e, portanto, uma forma objetificada do trabalho que só se torna possível em função de um conjunto de mediações historicamente específicas em que o conceito de mais-valia é crucial”. (BOTTOMORE, 2001, p. 361).

Art. 2º – Haverá para esse fim escolas primárias em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado; entendendo-se por povoados qualquer grupo de habitantes que não residem em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de freqüentar a escola. [...]

Art. 5º – A instrução primária é obrigatória para todas as crianças de sete a dez anos de idade. Para isentarem os filhos e tutelados da freqüência da escola deverão os pais e tutores provar.

[...]

Art. 12º – O ensino nas escolas primárias será tão intuitivo e prático quanto possível, devendo nele o professor partir sempre em suas preleções do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, e abstendo-se outrossim de perturbar a inteligência da criança com o estudo do prematuro de regras e definições, mas antes, esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigarem tomem interesse pelos assuntos de que houver de tratar em cada lição. (MATO GROSSO, 1910)

O Regulamento abordou a questão da obrigatoriedade da escolarização para crianças de sete a dez anos e enfatizou o método de ensino intuitivo, que se originou na Alemanha no final do século XVIII. Segundo Valdemarin (2004), o método abrange três acepções: levar o aluno a adquirir uma ideia abstrata (colocando um objeto concreto diante dele); educar por meio dos cinco sentidos (fazer o aluno ver, observar, tocar e discernir as qualidades de alguns objetos) e mostrar o conhecimento e fatos da natureza e da indústria, apreendendo uma coisa e o seu nome, um fato e a sua expressão, um fenômeno e o seu termo designante.

Segundo Paes (2012), a partir do Regulamento de 1910 desencadeou-se a criação e a instalação dos chamados Grupos Escolares – cuja implantação remonta à Lei n. 508 de 1908, que criou os Grupos Escolares na capital e na cidade de Corumbá – da qual diretriz e modelo foram similares aos implantados no estado de São Paulo (a partir de 1890).

A reforma feita pelo Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927 que aprovou o Regulamento da Instrução Pública Primária no Estado de Mato Grosso, dividia o ensino em primário e secundário e dava outras providências.

Art. 1 – Divide-se o ensino, no Estado de Mato Grosso, quanto à natureza do curso, em:

- a) primário;
- b) secundário.

Art. 2 – Em ambos os graus, o ensino é ministrado em estabelecimentos públicos e pode ser ministrado em estabelecimentos particulares, sujeitos à fiscalização.

Art. 3 – O ensino público primário é gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até 2 quilômetros de escola pública.

Art. 4 – Ministra-se o ensino público primário em escolas das seguintes categorias:

- a) escolas isoladas rurais;
- b) escolas isoladas urbanas;
- c) escolas isoladas noturnas

d) escolas reunidas

e) grupos escolares.

Art. 5 – São rurais as escolas isoladas localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município [...].

Art. 12 – A escola isolada é urbana, quando localizada num raio de até três quilômetros da sede do município. [...]

Art. 17 – Os cursos noturnos, em tudo semelhantes às escolas isoladas urbanas, destinam-se aos meninos de 12 para mais, que forem impossibilitados de freqüentar as aulas diurnas [...].

Art. 19 – Quando num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento, que receberá a denominação de “Escolas Reunidas [...]”.

Art. 34 – Os grupos escolares terão, no mínimo, oito classes, e serão criados onde houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar. (MATO GROSSO, 1927).

O ensino primário obrigatório foi expandido dos 7 a 12 anos, mas apenas para os que morassem até dois quilômetros da escola, além de ser reservado às crianças ditas “normais”, pois ainda pouco se discutia a respeito das crianças com deficiência nas instituições. As escolas eram divididas em cinco categorias, sendo elas: escolas isoladas rurais; escolas isoladas urbanas; escolas isoladas noturnas; escolas reunidas e grupos escolares.

O período da Primeira República se encerra em 1930 com a expansão das escolas no Brasil e também no Estado de Mato Grosso do Sul, com a criação de vários tipos de escola (isolada rural, isolada urbana, noturna, reunida e grupos escolares) e com a expansão para a idade de 7 a 12 anos da obrigatoriedade escolar. Na Era Vargas (período de 1930-1945), segundo Alves (1996), o Estado de Mato Grosso contava com 11 grupos escolares, 4 escolas reunidas e 175 escolas isoladas (32 urbanas, 130 rurais e 13 ambulantes).

Havia um predomínio de escolas isoladas, mas não eram eficientes como os grupos escolares e as escolas reunidas da época.

Em 1.932, todas as Escolas Primárias de ensino fundamental comum, públicas e particulares de Mato Grosso, eram apenas 238, com a matrícula geral de 16.407 alunos. Em 1.941, o número desses estabelecimentos havia crescido para 336, e o de alunos para 28.223. o acréscimo de número de escolas se deu em 41 %, e o de alunos mais de 70 %. Deve-se observar ainda que o ensino municipal, quase inexistente, em 1.932, pois contava, então, com oito escolas apenas, apresentava, no último ano referido, 64 estabelecimentos, com aumento relativo de 700 %. (BRASIL, 1942).

De 1932 a 1941 houve aumento de 41% de escolas primárias, de 70% de alunos matriculados e de 700% dos estabelecimentos municipais. Mesmo não sendo o bastante para o número de crianças em idade escolar, pois não era suficiente para suprir a demanda, deve-se reconhecer que havia o esforço do governo para a criação das escolas.

Em 1941, no governo interventorial de Júlio Strubing Muller (1937-1945), foi aprovado o Decreto 53, que estabeleceu a criação de 100 escolas rurais com dezenove escolas denominadas Getúlio Vargas, que se encontravam nos municípios de Campo Grande, Três Lagoas, Cáceres, Porto Murtinho, Poconé, Ponta Porã, entre outros.

Em 1942, segundo o documento publicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas sobre a Organização do Ensino Primário e Normal, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, explanou o ensino primário gratuito, leigo e obrigatório para as crianças de 7 a 12 anos, porém apenas as que residiam até 2 km da instituição escolar pública.

Aqueles que morassem mais distantes das escolas não tinham a obrigação de frequentar as mesmas. As instituições escolares eram divididas em: escolas isoladas urbanas; isoladas rurais; isoladas noturnas; reunidas e grupos escolares, pois o regulamento de 1927 ainda vigorava.

Em 1951 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário de Mato Grosso, que regulamentou o oferecimento de um modo especial de ensino primário, o supletivo, destinado a adolescentes e adultos e o ensino primário para as crianças de sete a doze anos, para elevar o nível de conhecimento útil em defesa à iniciativa do trabalho e dava outras providências.

Das categorias do ensino primário e de seus cursos:

Artigo 2º - O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

a) O ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos;

b) O ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.

Artigo 3º - O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar.

Artigo 4º - O ensino primário supletivo terá um só curso: o supletivo.

Capítulo III – Da ligação do ensino com outras modalidades do ensino:

Artigo 5º - O ensino primário manterá da seguinte forma articulação com as outras modalidades de ensino:

1 – O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial agrícola.

2 – O curso primário complementar com os cursos ginásial, industrial, agrícola e de formação de ensino elementar.

3 – O curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e com os de artesanato, em geral. (MATO GROSSO, 1951).

A Lei Orgânica do Ensino Primário (1951), fixou a divisão do ensino primário em duas categorias de ensino. A primeira, para crianças de sete a doze anos de idade (ensino primário fundamental) e a segunda para adolescentes e adultos denominado supletivo. Manteve também o vínculo com as outras modalidades de ensino que seriam ministrados em dois cursos: o elementar e o completar. O primeiro com cursos de artesanato e aprendizagem industrial e agrícola e o segundo dando continuidade com esses cursos além de ginásial.

Observa-se que a legislação nesse momento histórico, já compreendia a educação como uma estratégia para colocar as crianças, filhos de trabalhadores, no mercado de trabalho, preparando a força de trabalho das mesmas. Já que a economia do estado não estava mais só na pecuária, ansiava-se pelo preparo desde cedo seus futuros trabalhadores.

No decorrer dos anos a educação no estado encontrou outros problemas. A exemplo temos a baixa qualificação dos docentes – a educação primária em Mato Grosso nos anos 1960 apresentava um quadro de complexidade em relação à eficiência do ensino nas escolas primárias bem como na qualidade dos professores que estavam ministrando aulas nessas instituições escolares, como aponta Amorim (2016).

Nesse sentido, as dificuldades enfrentadas pelo governo do estado estavam relacionadas a pouca oferta do ensino normal no estado, bem como a grande quantidade de professores leigos exercendo o magistério em Mato Grosso.

A situação do ensino em Mato Grosso, nos anos 1960, retratava uma grande quantidade de professores leigos exercendo o magistério primário, pois mais de 60 % de professores do estado eram leigos (MARCÍLIO, 1963 *apud* AMORIM 2016, p. 8429).

Por conta dos investimentos escassos faltavam professores preparados para trabalhar no ensino primário.

Em 1962 foi promulgado o Decreto n. 319, no então Governo de Fernando Corrêa da Costa. Segundo Bobadilha (2016), esse Decreto regulamentou as diretrizes básicas para o ensino de cada disciplina e estabeleceu os deveres e direitos dos alunos e professores nas instituições de ensino primário de Mato Grosso.

Artigo 1º- Ficam Aprovados os Programas de Ensino Primário, elaborados pelo Departamento de Educação e Cultura do Estado, aos Grupos Escolares e Escolas Reunidas; Escolas Isoladas e Rurais, Mistas, do Estado (MATO GROSSO, 1962).

O decreto dividia o que cada tipo de escola daria nas disciplinas, em cada ano do ensino primário; as escolas reunidas e grupos escolares continham o mesmo conteúdo. Nesse decreto estavam orientações e metodologia geral para o professor.

Em 1963, o Secretário de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso, Hermes Rodrigues de Alcântara, ressaltava em seu relatório que o ensino do Estado tinha um problema a resolver: o exercício do magistério realizado por uma enorme quantidade de professores leigos efetivados por concurso. O secretário manifestou a preocupação pela incapacidade profissional desses professores, já que acreditava que seus conhecimentos

pedagógicos não eram suficientes para oferecer um melhor nível de ensino nas escolas (ALCÂNTARA, 1964 *apud* AMORIM; FERREIRA, 2015).

O governo de Mato Grosso procurou se articular com o planejamento educacional elaborado pelo governo federal, no começo dos anos 1960, com o intuito de enfrentar as dificuldades que a educação estadual apresentava nessa época. Deste modo, a gestão estadual, em parceria com o Ministério da Educação, criou o Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá (CTM–Cuiabá) e enviou professores normalistas para realizarem cursos de especialização em educação em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. (AMORIM; FERREIRA, 2015 p. 66).

Com o alto índice de professores leigos concursados, criou-se o Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá (CTM–Cuiabá). Dessa forma houve o crescimento do número de professores preparados a exercer o cargo que ocupavam, pois acreditava-se que, com oferecimento dos cursos no Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, o nível de ensino nas escolas iria progredir.

Em 1970, foi promulgada a Lei n. 2.993, de 9 de junho, que dispôs sobre a criação de centros educacionais integrados nas cidades de Coxim, Campo Grande, Três Lagoas, Cáceres, Aquidauana, Ponta Porã e Corumbá e dá outras providências.

Artigo 1º - Ficam criados na Secretaria de Educação e Cultura do Estado, os Centros Educacionais, estabelecimentos de ensino integrado, com estrutura administrativa e didático-pedagógica específicas, nas cidades de Coxim, Cáceres, Aquidauana, Ponta Porã, Três Lagoas, Cuiabá Corumbá e Campo Grande.

Artigo 2º - Os centros Educacionais têm por objetivo ministrar cursos pré-primário, primário, médio, ginásial e colegial.

Parágrafo único – O Curso Ginásial terá a forma pluricurricular ou vocacional e o Curso Colegial terá a forma profissionalizante, além do secundário puro e do curso normal.

Artigo 3º - Os centros Educacionais obedecerão à seguinte classificação:

Categoria I – Coxim;

Categoria II – Aquidauana, Cáceres, Ponta Porã e Três Lagoas;

Categoria III – Cuiabá, Corumbá e Campo Grande.

Artigo 4º - Os Centros Educacionais, funcionarão com os seguintes cursos:

Categoria I – a) Pré-Primário; b) Primário.

Categoria II – a) Pré Primário; b) Primário; c) Ginásio Pluricurricular; d) Colégio Normal.

Categoria III – a) Pré-Primário; b) Primário; C) Ginásio Pluricurricular; d) Colégio Normal; e) Colégio Técnico. (MATO GROSSO, 1970).

Os Centros Educacionais tinham como objetivo ministrar cursos pré-primário, primário, médio, ginásial e colegial. Com a criação dos centros educacionais, ocorreu nos mesmos estabelecimentos, diferentes cursos como: primário, ginásio e normal por exemplo. A preocupação começa a tornar-se importante em Mato Grosso, pois aumentava a necessidade

de força de trabalho qualificada para a sociedade capitalista. Assim, ampliaram as legislações referentes ao ensino primário no período histórico analisado.

### 3.3 INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO

Na Primeira República a educação progredia a passos lentos. Em Mato Grosso especificamente, faltavam professores, verbas, prédios escolares, materiais educacionais e alunos.

A educação pública primária era composta por escolas isoladas. Para Poebel Silva (2006), mesmo as escolas isoladas receberam duras e constantes críticas dos reformadores e governantes. Essa modalidade era responsável pela educação de um número expressivo de crianças pobres em idade escolar, devido ao seu caráter gratuito.

Sua abertura se dava a partir de 20 alunos e comportava até 60 estudantes sob a regência de um único professor. De acordo com autora, essas características favoreciam a abertura dessas instituições em diversas cidades, vilas, povoados do estado de Mato Grosso. Os alunos também podiam ser matriculados em qualquer época do ano letivo.

Segundo Faria Filho (2000 apud MONTEIRO, 2011), o processo de criação e estabelecimento de uma escola isolada de instrução pública era bastante simples, apesar de trabalhoso. Bastava que um professor (titulado ou não) ou um grupo de moradores de determinada localidade fizesse o levantamento do número de crianças em idade escolar residentes na região, verificando se havia número suficiente de meninos e meninas para poder solicitar a criação de uma cadeira de instrução primária no local.

Para o autor, na maioria das vezes, a efetiva criação da escola dependia tanto do interesse das autoridades em prestigiar uma dada região ou pessoa, quanto da pressão exercida pelos interessados, principalmente pelas famílias. De acordo com Faria Filho (2000 apud MONTEIRO, 2011), estes, para reforçar seus argumentos, lembravam em seus abaixo-assinados a importância da instrução e o compromisso, sempre reiterado, dos republicanos com a causa da educação pública.

Para Sá e Sá (2011, p. 29) em 1910, atenuadas as agitações políticas e melhoradas as condições financeiras do Estado, o governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa pôde cuidar do ensino e propôs investir na reformulação da instrução pública primária e na habilitação docente.

O regulamento da Instrução Pública Primária de Mato Grosso, promulgado pelo Decreto n. 258, de 1910, que iniciou a oferta de grupos escolares, que tinham a incumbência

de ser instalado “[...] nas sedes de distritos em que houver pelo menos seis escolas primárias, no perímetro fixado para obrigatoriedade de ensino, o governo poderá, reunindo-as, fazê-las funcionar em um só prédio.” (MATO GROSSO, 1910). Com isso o número de escolas deu um relativo aumento desde o início da Primeira República, como aponta o quadro.

Quadro 6 - Número de unidades escolares de ensino primário em Mato Grosso (1889-1913)

Ano	Grupos Escolares	Escolas Isoladas
1889	--	32
1913	05	123

FONTE: Virgílio Corrêa Filho, 1932 e Mato Grosso, RJ., 1939 apud ALVES (1998).

A população em 1912 era de 160.000 e o número de alunos de ensino primário era de 5.291. Segundo Corrêa Filho (1932, *apud* Alves 1998), no ano de 1913 havia um número alto de escolas isoladas (123) comparadas ao número de grupos escolares (05). A seguir o quadro quantitativo de escolas da Rede pública e particular do ensino primário (1912-1921).

Quadro 7 - Escolas públicas e privadas em Mato Grosso (1912-1921)

Ano	Rede Pública		Rede Particular
	Escolas Isoladas	Grupos Escolares	Escolas primárias
1912	121 unidades	02 unidades	22 unidades
1913	123 unidades	05 unidades	20 unidades
1914	126 unidades	05 unidades	19 unidades
1915	144 unidades	05 unidades	35 unidades
1916	177 unidades	05 unidades	05 unidades
1918	-	05 unidades	22 unidades
1919	164 unidades	05 unidades	76 unidades
1920	235 unidades	05 unidades	87 unidades
1921	241 unidades	05 unidades	-

Fonte: Mensagens de Presidentes do Estado de Mato Grosso (1912 e 1921) *apud* SANTOS, (2014).

Observa-se que o número de escolas públicas isoladas teve um contínuo aumento de 1912 a 1916, apresentou uma queda em 1919 e voltou a evoluir seu número em 1920. Os grupos escolares em 1912 contavam 02 unidades, cresceu para 05 unidades em 1913 e manteve o número até 1921. Em relação à rede particular o aumento nunca foi linear, sendo inconstante durante esses anos com aumento e diminuição das mesmas.

Mesmo com a criação dos grupos escolares, as escolas isoladas eram de maior número, pois ou a maior parte da população se encontrava na zona rural e não existia um número alto de crianças para a criação de grupos escolares ou o grupo escolar ficava muito caro aos cofres públicos. A tabela a seguir mostra o número de matrículas nos grupos escolares nas cidades do interior do Estado em 1912 a 1927.

Tabela 5- Movimento de matrícula de alunos nos Grupos Escolares nas cidades do interior do Estado de Mato Grosso (1912 – 1927)

Grupo Escolar	Localização	Ano de Criação	Ano	Nº de alunos matriculados		
				Masculinos	Feminino	Total
<b>General Caetano</b>	Poconé	1912	1912	98	68	162
			1916	57	51	108
			1920	55	55	110
			1927	61	98	159
			1912	68	63	131
<b>Presidente Marques</b>	Rosário Oeste	1912	1913	91	70	161
			1914	93	72	165
			1915	86	69	155
			1916	82	53	135
			1917	100	64	164
			1918	97	58	155
			1919	90	55	145
			1920	90	51	151
			1921	84	54	138
			1922	104	78	182
			1923	129	91	220
			1924	118	114	204
			1927	68	68	136
<b>Joaquim Murtinho</b>	Campo Grande	1912	1922	168	151	319
			1923	200	211	411
			1924	173	214	387
			1927	148	128	276
<b>Espiridão Marques</b>	São Luiz de Cáceres	1912	1912	140	77	217
			1915	109	67	176
			1919	–	–	219
			1920	96	18	114
<b>Caetano Pinto Luiz Albuquerque</b>	Miranda	1924	1923	111	86	197
			1927	59	62	121
			1924	140	104	244
<b>Antônio Corrêa</b>	Corumbá	1924	1927	77	45	112
			1924	103	189	292
	Aquidauana	1924	1927	78	171	249

Fonte: Relatórios da Diretoria da Instrução Pública, Relatórios do Movimento dos Grupos Escolares, Mensagem dos Presidentes dos Estados, *Apud* SÁ, 2007.

A tabela 5 mostra que o número de matrículas não ocorreu de forma linear e não houve aumento a cada ano. Os Grupos Escolares Presidente Marques e Espiridão Marques foram os que sempre tiveram o maior número de meninos. Nos outros grupos escolares a matrícula em sua maioria, eram referentes às meninas. O Grupo Escolar Joaquim Murtinho foi criado em 1912, porém só foi instalado na cidade de Campo Grande no ano de 1922.

Tabela 6 - Matrículas do 1º ao 4º dos grupos escolares (1925)

Grupos Escolares	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
<b>Grupo Escolar Senador Azeredo</b>	169	70	56	19	314
<b>Grupo Escolar Espiridão Marques</b>	49	44	30	16	139
<b>Grupo Escolar Rosário Oeste</b>	96	31	24	15	166
<b>Grupo Escolar Caetano Pinto</b>	76	36	17	6	135
<b>Grupo Escolar Luiz Albuquerque</b>	103	91	70	38	302
<b>Grupo Escolar Antonio Corrêa</b>	150	47	22	14	233
<b>Grupo Escolar Joaquim Murinho</b>	157	41	36	4	238
<b>TOTAL</b>	800	360	255	112	1527

FONTE: APMT: Mensagem do Presidente Mário Corrêa da Costa, em 13 de maio de 1926 *apud* AMÂNCIO, 2008.

A tabela 6 mostra que o primeiro ano sempre teve um alto número de matrícula, que diminuí gradativamente até chegar ao quarto ano. No Grupo Escolar Luiz de Albuquerque houve a menor diferença quantitativa de alunos entre do primeiro ao quarto ano e no Grupo Escolar Joaquim Murinho a maior diferença no ano de 1925.

Tabela 7 - Grupos escolares em Mato Grosso (1919-1926)

Ano	Grupos Escolares				Número de Matrículas
	G. E. Senador Azeredo	G. E. Cáceres	G. E. Rosário	G. E. Paconé	
1919	64	219	171	127	581
1920	126	171	122	109	528
1921	137	186	114	110	547
1922	139	-	94	-	233
1923	-	212	180	-	392
1924	-	197	220	-	417
1925	-	219	232	-	451
1926	314	139	166	-	619

FONTE: Mensagens de Presidentes de Mato Grosso, entre os anos de 1919 e 1926 *apud* SANTOS, 2014.

A tabela 7 evidencia que o Grupo Escolar Senador Azeredo (localizado em Cuiabá), foi o único em que o número de matrícula cresceu de forma constante. Em outros grupos escolares o aumento das matrículas não foi linear.

Como no início da Primeira República a maioria dos professores eram leigos ou tinham somente o ensino primário, o Governador Cel. Pedro Celestino contratou normalistas paulistas, para garantir as mudanças que estavam propostas no Regulamento de 1910, criando assim, uma Escola Normal em Cuiabá. Logo, as vagas de docentes nos grupos escolares começaram a ser ocupadas por normalistas e em 1927 o número de professores normalistas já dominava o quadro de professores no Grupo, como mostra a próxima tabela:

Tabela 8 - Formação de Professores dos Grupos escolares – 1927

<b>Grupo Escolar</b>	<b>Professores leigos</b>	<b>Normalistas</b>	<b>Concursados</b>
<b>Joaquim Murtinho</b>	3	5	2
<b>Caetano Pinto</b>	3	3	1
<b>Antonio Corrêa</b>	-	7	1
<b>Luiz Albuquerque</b>	-	10	-
<b>Espiridão</b>	-	7	1
<b>Marques</b>			
<b>Presidente</b>	-	8	-
<b>Marques</b>			
<b>Total</b>	6	40	5

FONTE: SÁ, 2007.

Segundo Santos (2014) em 1930 havia em Mato Grosso 11 grupos escolares, sendo 2 na capital e 1 em cada um dos municípios de Rosário Oeste, Cáceres, Corumbá, Aquidauana, Miranda, Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã. Em 1929 ocorreu 3.391 matrículas de alunos, sendo Cuiabá, Campo Grande e Corumbá com o maior número de matrículas, 480 alunos cada um respectivamente e o menor foi São Luiz de Cáceres com 143 matrículas.

Com o Regulamento de 1927, o método de ensino passou a ser intuitivo, para ser mais ativo, que consistia “[...] do concreto para o abstrato, do simples para o composto e complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido” (MATO GROSSO, 1927).

No Regulamento de 1927, foi instituído um novo tipo escolar no estado: as Escolas Reunidas. Para Santos (2013) esse modelo educacional tinha como objetivo principal o melhoramento das condições pedagógicas, de higiene dos ambientes escolares, da classificação dos alunos por nível de desenvolvimento e também de facilitar a inspeção escolar.

Segundo Santos (2014,) a escola reunida obedeceria a quantidade não inferior a 15 e nunca superior a 45 alunos por classe. Era permitida a fusão numa só classe de dois ou mais anos de curso ou a formação de classes mistas quando o número de alunos matriculados fosse insuficiente para a separação por sexo e graduação de curso em salas distintas. A primeira escola reunida foi autorizada em 1929, quando foram agrupadas três escolas isoladas em Santo Antônio do Rio Abaixo que abriu em 1930 para o início das aulas.

De acordo com Alves (1998) em 1941, o estado de Mato Grosso contava com 450.295 habitantes, dentre os quais 228.741 estavam em idade escolar. Constata-se assim, que somente 13,2% foram matriculados no curso primário. Destes, apenas 1,2% conseguiram concluir o curso. Uns dos principais motivos da dificuldade de escolarização dos habitantes

eram os precários meios de comunicação e a falta de condições financeiras. A seguir, a tabela de escolas reunidas em 1943.

Tabela 9 - Professores das Escolas Reunidas em 1943

<b>Localidade</b>	<b>Escolas Reunidas</b>	<b>Interinas</b>	<b>Efetivas</b>
<b>Cuiabá</b>	Escola Reunida José Magno	6	2
“	Escola Reunida Leovegildo Melo	6	3
“	Escola Reunida Pedro Gardés	5	2
<b>4º ano</b>	03	3º ano	11
-	-	4º ano	04
<b>Total de Alunos</b>	69	Total de alunos	85
“	Escola Reunida Souza Bandeira	3	1
“	Escola Reunida José Estevão	2	3
<b>Livramento</b>	Escola Reunida de Livramento	5	1
<b>Corumbá</b>	Escola Reunida de Ladário	3	1
<b>Aquidauana</b>	Escola Reunida Teodoro Rondon	2	1
<b>Porto Murtinho</b>	Escola Reunida Cláudio Oliveira	4	1
<b>Miranda</b>	Escola Reunida Caetano Pinto	4	0
<b>Nioaque</b>	Escola Reunida Antônio João	5	0
<b>Bela Vista</b>	Escola Reunida Generoso Ponce	3	0
<b>Campo Grande</b>	Escola Reunida de Rio Pardo	4	0
<b>Ribas do Rio Pardo</b>	Escola Reunida de Jaraguari	3	0
	Escola Reunida de Entre Rios	3	0
<b>Maracaju</b>	Escola Reunida de Maracaju	5	0
	Escola Reunida de Vista Alegre	3	0
<b>Paranaíba</b>	Escola Reunida Paranaíba	5	0
	Escola Reunida de Aparecida do Taboado	4	0
<b>Dourados</b>	Escola Reunida de Dourados	4	0
<b>Guiratinga</b>	Escola Reunida Cel. Júlio Muller	4	0
<b>Poxoréu</b>	Escola Reunida Bel. Júlio Muller	4	0
<b>Guajará Mirim</b>	Escola Reunida de Guajará Mirim	3	0

Fonte: Relatório Do interventor Federal de Mato Grosso, 1943 *apud* Santos, 2014.

Observa-se que o número de professores interinos é muito maior do que de professores efetivos em consequência da falta de recursos financeiros do estado. Muitas vezes as escolas reunidas eram o primeiro passo para a criação de grupos escolares.

Nota-se que os grupos escolares, ao longo dos anos, passaram por problemas relativos ao número de matrículas, prédios e materiais pedagógicos, principalmente nas cidades do interior do estado de Mato Grosso.

Com relação à expansão dos grupos escolares foi observado que em 1947 existiam 24 grupos, em 1948 houve o aumento de uma unidade passando para 25 no total e que em 1949 existiam 28 grupos, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 8 - Expansão dos grupos escolares em Mato Grosso (1910 -1949)

<b>Ano</b>	<b>Número de Grupos Escolares</b>
1910	02
1913	05
1916	05
1919	05
1920	05
1921	05
1930	11
1937	12
1939	13
1940	15
1943	11
1947	24
1948	25
1949	28

Fonte: Mensagens e Relatórios de Presidente De Estado entre os anos de 1910 E 1950, apud SANTOS, 2014.

Os dados mostram de 1913 a 1921 não houve aumento de grupos escolares e a partir de 1930 há um constante aumento até chegar em 1943, quando ocorreu um declínio quanto ao número de Grupos que voltaram a aumentar chegando ao número de 28 grupos escolares em 1949.

Segundo Santos (2014), em 1953 apresenta-se número de 38 grupos escolares no Estado de Mato Grosso. No entanto, os grupos escolares tinham problemas. Os prédios escolares são exemplos destes, pois não eram construções grandes e, por vezes, eram alugados e adaptados para o cotidiano escolar.

Para o autor, por esse motivo não haviam significativas mudanças na estrutura organizacional e pedagógica quando um grupo escolar perdia essa classificação e passava a pertencer à categoria de escolas reunidas que eram de menor custeio por parte do estado e se

assemelhavam à organização dos grupos escolares, podendo ser implantadas em localidades distintas dos centros urbanos.

Em relação às escolas reunidas, entre 1949 e 1954, houve uma diminuição da quantidade passando de 37 para 32 escolas. Isto porque se tornaram grupos escolares. A seguir o quadro com as escolas reunidas em 1954.

Quadro 9 - Escolas Reunidas e sua localidade (1954)

<b>Escolas Reunidas</b>	<b>Localidade</b>
São José	Capital (Cuiabá)
Filogonio Corrêa	Distrito Guia
Leovegildo de Melo	Capital (Cuiabá)
Engenho	Distrito de Engenho
Acorizal	Distrito de Acorizal
D. Vunibaldo de Fátima	Chapada dos Guimarães
José Estevão Corrêa	Capital
Santa Rita	Congregação Salesiana
Primária	Corumbá
De Ladário	Corumbá
Bonfim	Campo Grande
Sidrolândia	Campo Grande
Jaraguari	Campo Grande
Santa Claudina	Santo Natônio de Leveger
Cel. Antônio Paes de Barros	Distrito de Melgaço
Bairro Alto	Aquidauana
De Itiquira	Alto Araguaia
De Araguainha	Alto Araguaia
Vila Iguatemi	Amambai
De Bonito	Bonito
De Vila Caracol	-
Bela Vista	-
Caarapó	Dourados
Juti	Dourados
Caetano Dias	Diamantino
Coronel Lima Figueiredo	Maracaju
Ervania	Maracaju
Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo
Corguinho	Rochedo
Rio Brilhante	Rio Brilhante
Alto Coité	Poxoréu

Fonte: Mensagem de Presidente do Estado de Mato Grosso, 1954, p. 27-28 *apud* SANTOS, 2014.

Observa-se que as escolas reunidas foram criadas como passageiras para depois serem implantados os grupos escolares, considerados como escolas modelos no período, porém pela falta de recursos no estado, as escolas reunidas existiram por mais tempo do previsto. Os

grupos escolares tinham problemas devido à falta de prédios, materiais pedagógicos, além de dificuldades em manter os alunos matriculados durante todo o ensino primário.

Em 1970, as instituições escolares de ensino primário em Mato Grosso eram compostas por 2.872 unidades, e o número de crianças matriculadas chegou 193.154 alunos.

Em suma, o capítulo mostrou que a expansão do ensino primário em Mato Grosso ocorreu por conta dos avanços do capitalismo, a economia era baseada na pecuária. Como consequências das transformações econômicas no país torna-se necessária uma força de trabalho qualificada, assim, houve um significativo aumento do número de instituições escolares públicas primárias também em Mato Grosso, com o objetivo de dar a instrução para a classe trabalhadora, com o objetivo na mais-valia.

Para Mato Grosso, as mudanças educacionais e a institucionalização das escolas primárias ocorreu aos poucos, e apesar dos governos estaduais quererem esse desenvolvimento, faltavam recursos financeiros, professores qualificados, prédios para a criação das instituições escolares. A maioria das crianças se encontrava na zona rural, o que para o governo se tornava mais difícil propiciar a educação para eles. Muitas escolas se encontravam em fazendas, eram escolas isoladas, tipo de escola que menos custava aos cofres públicos, porém ainda assim poucas crianças usufruíram, pois moravam longe e não conseguiam chegar à escola.

Assim o próximo capítulo aborda a expansão das instituições escolares na cidade de Três Lagoas, que é o foco da pesquisa. Para isso será analisados a história da cidade, as legislações que criaram as escolas e o Grupo Escolar Afonso Pena.

Observa-se que as escolas reunidas foram criadas como passageiras para depois serem implantados os grupos escolares que eram considerados como escolas modelos no período. Porém, pela falta de recursos no estado, as escolas reunidas existiram por mais tempo do que foi previsto. Os grupos escolares tinham problemas devido à falta de prédios, materiais pedagógicos, além de dificuldades em manter os alunos matriculados durante todo o ensino primário.

Em 1970, as instituições escolares de ensino primário em Mato Grosso eram compostas por 2.872 unidades e o número de crianças matriculadas chegou 193.154 alunos.

Em suma, o capítulo mostrou que a expansão do ensino primário em Mato Grosso ocorreu por conta dos avanços do capitalismo - a economia era baseada na pecuária. Como consequências das transformações econômicas no país, torna-se necessária uma força de trabalho qualificada gerando significativo aumento do número de instituições escolares

públicas primárias também em Mato Grosso com o objetivo de dar instrução para a classe trabalhadora com vistas à mais-valia.

Para o Mato Grosso, as mudanças educacionais e a institucionalização das escolas primárias ocorreram aos poucos. Apesar de os governos estaduais quererem esse desenvolvimento faltavam recursos financeiros, professores qualificados e prédios para a criação das instituições escolares. A maioria das crianças se encontrava na zona rural, o que gerou para o governo, grande dificuldade de propiciar a educação para eles. Muitas escolas se encontravam em fazendas, isoladas. Essas eram o tipo de escola que menos custava aos cofres públicos e mesmo assim, poucas crianças usufruíam, pois moravam longe e não conseguiam chegar à escola.

Assim o próximo capítulo aborda a expansão das instituições escolares na cidade de Três Lagoas, que é o foco da pesquisa, com uma análise da história da cidade, e das legislações que criaram as escolas e o Grupo Escolar Afonso Pena.

## **4 – O ENSINO PRIMÁRIO NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS, SUL DE MATO GROSSO (1920-1970)**

Nesse capítulo abordaremos os aspectos principais sobre a cidade de Três Lagoas, bem como a criação e a expansão do ensino primário público no ano de 1920 a 1970. Para finalizar analisaremos a instalação no município do Grupo Escolar Afonso Pena.

### **4.1 HISTÓRIA DE TRÊS LAGOAS**

A Cidade de Três Lagoas é atualmente a terceira maior cidade de Mato Grosso do Sul. Surgiu antes da divisão do estado e foi denominada distrito pela Lei estadual nº 656, de 12 de junho de 1914, dependente do município de Santana do Paranaíba. Tornou-se vila pela Lei estadual nº 706, de 15 de junho de 1915 e foi elevada à cidade pela resolução estadual nº 820, de 19 de outubro de 1920.

O povoamento da região rural de Três Lagoas deu-se timidamente motivado pela pecuária e pela agricultura, que trouxe, para a localidade, trabalhadores e suas respectivas famílias que fixaram raízes no município. A grande mobilização demográfica surgiu com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que não contribuiu somente para o povoamento da cidade, mas também para o desenvolvimento econômico e a formação cultural dos habitantes. Mais tarde, às margens da linha férrea, trabalhadores foram fixando residência e aos poucos os primeiros estabelecimentos comerciais se instalando. (BITTENCOURT, 2015, p. 27).

O surgimento da população na região se deu principalmente por causa da pecuária. Segundo o Jornal do Povo (2015), foram seus extensos campos planos e de capim nativo que atraíram os primeiros colonizadores, dando início a produção de gado.

Do período de 1915 a 1970, o total de 26 prefeitos administraram a cidade. O primeiro foi Afonso Garcia Prado no período de 8 de agosto de 1915 a 31 de dezembro de 1920 e Michel Thomé, termina o momento histórico sendo prefeito no período de fevereiro de 1967 a janeiro de 1970.

Quadro 10 - Prefeitos de Três Lagoas (1920-1970)

Prefeito	Período	Prefeito	Período
Afonso Garcia Prado	08 de agosto de 1915 a 31 de dezembro de 1920	Octavio Sigefredo Roriz	20 de janeiro de 1935 a dezembro de 1936
Generoso Alves de Siqueira	01 de janeiro de 1921 a 31 de dezembro de 1923	Ten. Cel Manoel Pereira da Silva	Mai de 1938 a Julho de 1941
1º Vice Intendente João Gonçalves de Oliveira	05 de abril de 1921 a 08 de junho de 1921	Rosário Congro	Agosto de 1941 a outubro de 1945
Fenelon Muller	Janeiro de 1924 a Dezembro de 1926	JulioAbott de Castro Pinto	Novembro a dezembro de 1945
PelopidasBenedicto de Souza Gouveia	Janeiro de 1927 a março de 1927	Rosário Congro	Janeiro de 1946 a outubro de 1947
João Miguel Speridião	Abril de 1927 a 12 de novembro de 1929	Marcolino Carlos de Souza	Novembro de 1947 a janeiro de 1951
Bruno Garcia	Janeiro de 1930 a 28 de outubro de 1930	Miguel Nunes	Fevereiro de 1951 a dezembro de 1954
Benevenuto Garcia Leal	08 de novembro de 1930 a dezembro de 1931	Dulcindo da Costa Dias	Janeiro de 1955
Henrique Arduine	Dezembro de 1931 a julho de 1932	Ranulpho Marques Leal	Fevereiro de 1955 a Janeiro de 1959
Demétrio Ramos	Agosto de 1932	Francisco Leal de Queiroz	Fevereiro de 1959 a janeiro de 1963
Braulino Garcia	Setembro de 1932 a outubro de 1932	João Dantas Filgueiras	Fevereiro de 1963 a meio de 1964
Cel. Antonio de Souza Queiroz	Novembro de 1932 a novembro de 1934	Patrocínio de Souza Marinho	Mai a agosto de 1964
José Lopes Barbosa	Novembro de 1934 a janeiro de 1935	Michel Thomé	Fevereiro de 1967 a janeiro de 1970

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Quadro elaborado pela autora.

A Estação Ferroviária Três Lagoas iniciou no ano de 1912, apenas para o transporte de pessoas e depois também para o transporte de carga, em 1917 foi consolidada com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, trouxe para a cidade muitos migrantes e imigrantes vindos de outros estados como aborda Oliveira (2009 *apud* BITTENCOURT, 2015)

A instalação da estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi importante para o planejamento da cidade, e as construções das avenidas, jardins e coretos conforme aponta Natera (2006, p. 02):

Foi ao redor dela que foram planejadas e construídas as principais avenidas, ruas, o jardim publico, o coreto, o relógio publico, que representavam o progresso e o moderno. A estação, o principal ponto de intersecção dos deslocamentos de pessoas, fez com que todo o comercio e locais de prestações de serviços como, barbearia, padarias, drogarias, hotéis, cinemas, bares, bordeis, alfaiataria estivessem em proximidade com ela.

De acordo com o Jornal do Povo (2015), a ferrovia foi construída de forma ímpar, pois não se destinava prioritariamente ao incremento de atividades econômicas, como de regra, mas sim ao guarnecimento das fronteiras internacionais, ainda assim propiciou o florescimento do comércio nas suas principais estações, sendo o mais intenso montadas para atender à ferrovia, chegou aos anos de 1950 a contar com mais de mil operários.

Em 1936, o município de Três Lagoas era composto por seis Distritos, quais sejam: Água Clara, Xavantina, Três Lagoas, Alto Sucuriú, Vila dos Garcias e Véstia. Segundo Aranha-Silva (1992) o primeiro momento de separação dos distritos ocorreu em 1943, quando Três Lagoas perdeu parte dos distritos de Água Clara e Xavantina, numa área total de 8.820km<sup>2</sup>, que constituiu o município de Ribas do Rio Pardo. “Este momento coincidiu com o populismo de Getúlio Vargas, que governava visando acalmar as massas, e com essas demarcações de terra, alivia as tensões acerca da questão agrária na região” (ARANHA-SILVA, 1992, p. 37).

Em 1951 ocorreu um convênio entre os Governos de Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para a Construção da Usina Hidrelétrica de Jupιά, que ajudou no desenvolvimento econômico da cidade.

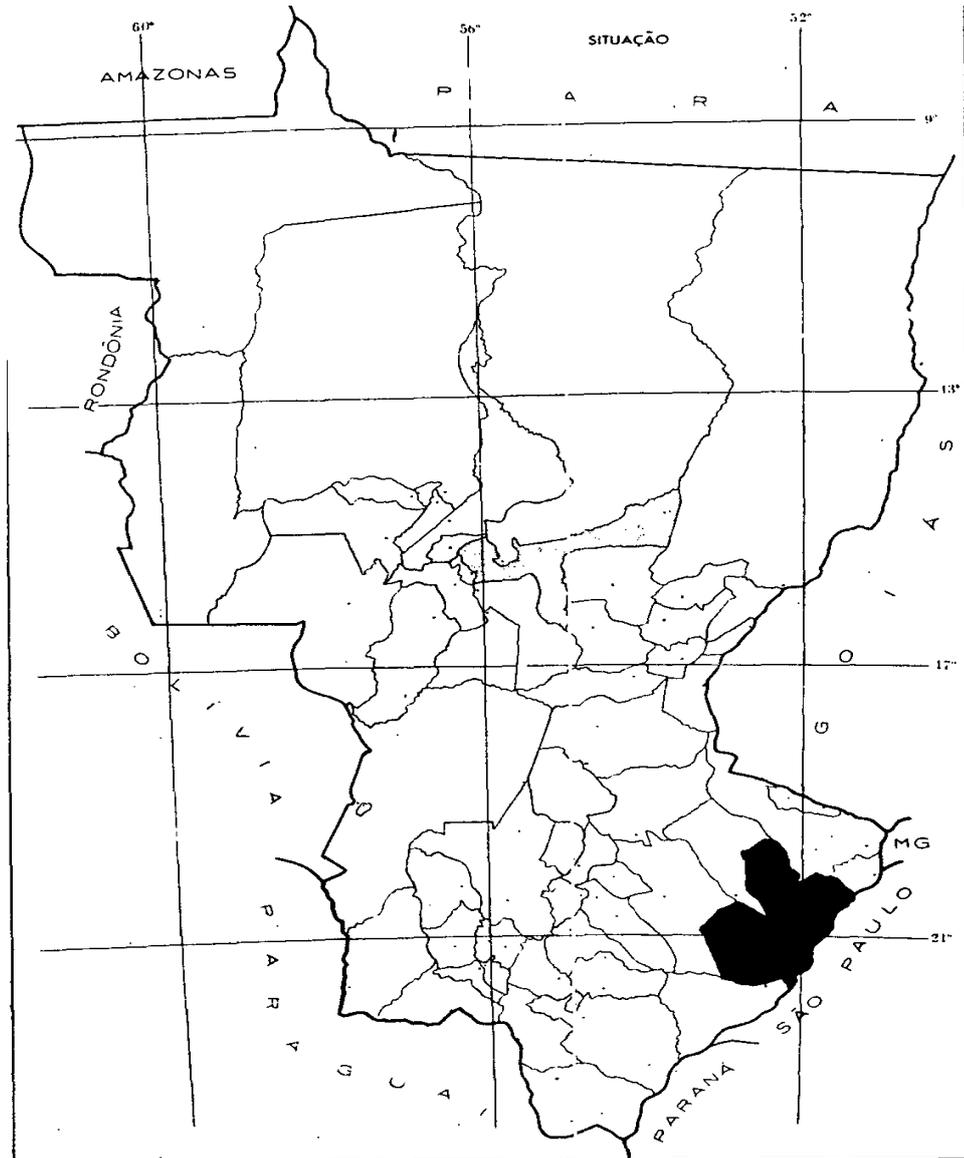
O Complexo Hidrelétrico de Urubupungá passou a ser explorado após um convênio estabelecido, em 1951, entre os governos de São Paulo, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A Bacia Paraná-Uruguaí possuía grande potencial hidrelétrico, relativamente próximo aos centros da região centro-sul do País. A energia elétrica era necessária para que continuasse a fase de desenvolvimento econômico e industrial. Em 1952 o convênio deu origem então à CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí). Próximo ao local onde o Rio Tietê desagua no Rio Paraná situava-se o salto do Paraná. Em 1957, depois de alguns estudos, foi apresentado um projeto de construção de duas usinas, a de Jupιά e a de Ilha Solteira. Conhecido como complexo de Urubupungá, é formado pela união de três grandes usinas hidrelétricas, a de Jupιά, de Ilha Solteira e de Três Irmãos. Construída no início dos anos 60, a Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupιά) corresponde ao segundo momento histórico/ econômico de destaque no desenvolvimento de Três Lagoas. (BITTENCOURT, 2015, 31-32).

Em 1952, o convênio entre os estados deu origem a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. E em 1957 foi proposto o projeto da construção da Usina de Jupιά e da Ilha Solteira. Era localizado próximo onde o Rio Tietê desagua no Rio Paraná. A Usina de Jupιά foi construída no início dos anos de 1960, e se tornou importante para o desenvolvimento econômico da cidade de Três Lagoas.

Em 1953 Água Clara e Alto Sucuriú se desmembrou de Três Lagoas e foi criado o município de Água Clara, pela Lei Estadual n. 676. Em 1959 Véstia mudou sua denominação,

passou a se chamar Guadalupe do Alto Paraná. Em 1963 Xavantina passou a pertencer ao município de Brasilândia, e nasceram dois novos Distritos: Arapuá e Ilha Comprida que tornam parte do município de Três Lagoas. Em 1968, o Município se encontrava com cinco Distritos, Três Lagoas, Ilha Comprida, Guadalupe do Alto Paraná, Arapuá e Garcias.

Figura 1 - Mapa de Três Lagoas (1958)



**Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 1958.

Segundo Monteiro (2018) a construção da usina de Jupiá na década de 1960, atraiu trabalhadores como engenheiros, mecânicos, eletricitas, técnicos e outros, havia movimentado uma considerável população trabalhadora, demandou uma educação pública para atender a necessidade educacional de seus filhos.

Em relação à evolução população da cidade de Três Lagoas, a tabela a seguir mostra alguns dados quantitativos:

Tabela 10 - População da cidade de Três Lagoas (1920, 1940, 1950, 1960 e 1970)

População de Três Lagoas					
Ano	1920	1940	1950	1960	1970
<b>Número de Habitantes</b>	9044	15378	18803	32023	43.732

Fonte: Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE); Cattanio (1978); Jornal do Povo (2015).

Observa-se o aumento da população, segundo a tabela, porém nem sempre foi assim, segundo Cattanio (1978), no período de 1920 e 1940 ocorreu à diminuição do efetivo populacional, por 3 razões: 1) por causada inauguração da Ponte Francisco de Sá, que retirou da cidade a relevante função de servir de pousada para os passageiros; 2) Com a expansão das vilas e municípios, tendo como consequência o fracionamento do território; 3) a intervenção de políticos que atendiam a interesses regionais, nem sempre justificados. Sobre esse aspecto, a autora declara que os antigos distritos não tiveram maiores notoriedades enquanto Três Lagoas firmou-se como importante núcleo regional.

Com a criação da Usina Hidrelétrica de Jupia a população da cidade aumentou, na década de 1960, pois muitos trabalhadores de diversos ramos se mudaram para Três Lagoas. No período de 1970 a economia de Três Lagoas baseou-se na exploração do cultivo do Eucalipto e pecuária.

Em síntese, com a urbanização da cidade e a chegada da estrada de Ferro Noroeste do Brasil e, mais tarde, a criação de usina hidrelétrica ocorreu à necessidade de trabalhadores qualificados. Por isso, sucedeu a expansão do ensino primário na região, como será analisado no próximo tópico.

#### 4.2 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES PÚBLICAS EM TRÊS LAGOAS (1920-1970)

Durante o período de 1920 a 1970 houve um aumento na expansão das escolas públicas no Brasil, no Sul de Mato Grosso, especificamente em Três Lagoas, também ocorreu à instalação de novas instituições de ensino primário. Com a expansão industrial do País, que deixou apenas de ser economicamente agropecuário ocorreu à necessidade de força de trabalho qualificada, e para isso surge à expansão das instituições escolares de ensino primário, para atender a demanda dos filhos da classe trabalhadora no País. E no caso da

cidade de Três Lagoas, a partir da chegada da Estrada Noroeste ocorre a expansão das instituições. O quadro 11 mostra os Decretos a respeito dos grupos escolares:

Quadro 11- Grupos Escolares em Três Lagoas

Espécie	Assunto	Localização	Dependência Administrativa
Resolução n. 846, de 3 de novembro de 1921.	Cria 3 grupos escolares na cidade de Campo Grande, Aquidauana, Três Lagoas, devendo ser inaugurados no começo do ano do centenário da independência, se as respectivas contribuírem com os necessários prédios.	Área Urbana	Estadual
Decreto n. 669, de 5 de junho de 1924.	Dá às denominações de Barão de Melgaço, Espiridião Marques, Luiz de Albuquerque, Caetano Pinto, Antonio Corrêa, Joaquim Murinho e Affonso Penna, aos grupos escolares, respectivamente, de Cuiabá (Escola Modelo), Cáceres, Corumbá, Miranda, Aquidauana, Campo Grande e Três Lagoas a partir do dia 13 do mesmo mês	Área Urbana	Estadual
Decreto 452, de 10 de março de 1958.	Eleva a Grupo Escolar “João Ponce” a escola isolada urbana homônima de Três Lagoas.	Área Urbana	Estadual

Fonte: Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Instituto da Memória. Indicadores De Leis e Decretos de Mato Grosso (1890-1935); Legislativos. 1956 A 1963.

Em 1921, com a Resolução n. 846 o governo estadual de Francisco de Aquino Correia (1918-1922) criou o grupo escolar na cidade e com o Decreto n. 669, de 1924 no governo estadual de Pedro Celestino Correia da Costa (1922-1924) o denominou de Affonso Penna.

Observa-se que a localização do grupo escolar era na área urbana, pois na área rural não tinha a demanda suficiente de alunos para a construção dos grupos escolares. Pois as áreas eram distantes uma da outra. O quadro 12 explana sobre a expansão das escolas isoladas rurais.

Quadro 12- Escolas Rurais de Três Lagoas

Espécie	Assunto	Localização	Dependência Administrativa
Decreto n. 53, de 18 de abril de 1941.	Cria Cem escolas Rurais de Instrução Primária. 19 denominadas Getúlio Vargas.	Área Rural.	Estadual.
Decreto n. 438, de 18 de março de 1948.	Desdobra no corrente ano letivo escolas rurais mista de vila Garcia, município de Três Lagoas.	Área Rural.	Estadual.
Decreto n. 447, de 05 de abril de 1948.	Cria na Fazenda “Miguel Cunha”, município de Três Lagoas, uma escola rural mista de instrução primária.	Área Rural.	Estadual
Decreto n. 451, de 06 de abril de 1948.	Cria no lugar denominado Sta. Virgínia, município de Três Lagoas, uma escola rural mista de Instrução Primária.	Área Rural.	Estadual.
Decreto n. 456, de 07 de abril de 1948.	Desdobra no ano letivo, a escola rural mista, de Garcias, mun. de Três Lagoas.	Área Rural.	Estadual.
Decreto 1600, de 23 de maio de 1953.	Cria uma escola rural mista em Ilha Comprida, Três Lagoas.	Área Rural.	Estadual.
Decreto 1.859, de 07 de maio de 1954	Cria escolas rurais mistas em Fazenda Santo Antônio, Canta Galo e Boa Esperança, Distrito de Xavantina, Município de Três Lagoas.	Área Rural.	Estadual.
Decreto 2072, de 19 de abril de 1955.	Cria uma escola rural mista em Pontal da Ilha Comprida, município de Três Lagoas.	Área Rural.	Estadual.
Decreto 344, de 24 de outubro de 1957.	Transfere a escola rural mista de Pedra Bonita, município de Três Lagoas, para Fazenda Cachoeirinha, no mesmo.	Área Rural.	Estadual.
Decreto 449, de 16 de maio de 1958.	Cria uma escola rural mista em Fazenda Olímpia, Três Lagoas.	Área Rural.	Estadual.
Decreto 458, de 22 de maio de 1958.	Cria uma escola rural mista em Barranca do Paraná, Três Lagoas.	Área Rural.	Estadual.
Decreto 585, de 19 de fevereiro de 1959.	Cria uma escola rural mista em Beleza do Rio Verde, Distrito de Xavantina, Três Lagoas.	Área Rural.	Estadual.

Fonte: Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Instituto da Memória. Diário Oficial de Mato Grosso, 18 de abril de 1941; Assembleia Legislativa; Instituto de Memória, Câmara Municipal de Três Lagoas. (1947 a 1949); Ementário de Decretos Legislativos. 1956 a 1963.

Em 1941, mediante o Decreto n. 53, o interventor federal Júlio Strubing Muller (1937-1945) criou 100 escolas rurais (uma localizada em Três Lagoas - Ferreiros). Observa-se que a população localizada nas áreas rurais morava distante uma das outras, por isso, as escolas eram isoladas.

Quadro 13- Escolas Noturnas de Três Lagoas

Espécie	Assunto	Localização	Dependência Administrativa
Decreto- Lei n. 874 de 03 de julho de 1947.	O Governador do Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o acordo especial celebrado, no Rio de Janeiro a 29 de maio último, entre o Estado de Mato Grosso, representado no ato pelo Doutor Virgílio Alves Corrêa Filho e a União pelo Ministério da Educação e Saúde, para a intensificação da Alfabetização de adultos e adolescentes, resolve criar (100) escolas noturnas, primárias, de ensino supletivo, as quais serão distribuídas pelos diferentes municípios do Estado.	Área Urbana	Estadual.
Lei 120, 10 de novembro de 1958.	Criação de curso noturno de alfabetização.	Área Urbana	Municipal

Fonte: Assembleia Legislativa; Instituto de Memória, Câmara Municipal de Três Lagoas. (1947 a 1949); Ementário de Decretos Legislativos. 1956 A 1963.

Observa-se que a partir de 1947 o governo estadual começa-se a pensar na criação de escolas noturnas, principalmente para a alfabetização de jovens e adultos e criaram-se escolas noturnas, e assim foi incluída a cidade Três Lagoas. E em 1958 é a vez do município criar curso noturno. O quadro 14 mostra as Escolas Reunidas.

Quadro 14 - Escolas Reunidas de Três Lagoas

Espécie	Assunto	Localização	Dependência Administrativa
Decreto n. 453, de 06 de abril de 1948.	Desdobra uma das classes do 1º ano masculino das Escolas reunidas de Água Clara, mun. de Três Lagoas.	Área Urbana	Estadual
Decreto 452, de 16 de maio de 1958.	Eleva a Escolas Reunidas, “Philadelfo Garcia”, a escola rural mista de Jupia, Três Lagoas.	Área Urbana	Estadual

Fonte: Assembleia Legislativa; Instituto de Memória, Ementário de Decretos Legislativos. 1956 a 1963.

Em relação às escolas reunidas, observa-se que poucas foram criadas. Não se conhece os verdadeiros motivos, pois as escolas reunidas era um “meio-termo” entre escolas isoladas e grupos escolares, pois não custava aos cofres públicos o mesmo que os grupos, e comportava mais alunos que as escolas isoladas.

Quadro 15 - Escolas Urbanas em Três Lagoas

Espécie	Assunto	Localização	Dependência Administrativa
Decreto n. 36, de 25 de março de 1931.	Cria escola mista da povoação do Rio Branco, mun. de Três Lagoas.	Área Urbana	Estadual
Decreto n. 299, de 16 de agosto de 1933.	Cria uma escola mista na povoação de Água Clara, mun. de Três Lagoas.	Área Urbana	Estadual
Decreto n. 300, de 16 de agosto de 1933.	Cria uma escola mista na povoação de Alto Sucuriú, mun. de Três Lagoas.	Área Urbana	Estadual
Decreto n. 378, de 28 de junho de 1934.	Cria uma escola mista na povoação denominada Vestia, mun. de Três Lagoas.	Área Urbana	Estadual
Resolução 13, 21 de julho de 1948.	Doação de terreno ao Estado de MT para construção de escola em Xavantina	Área Urbana	Municipal
Resolução 16, 27 de julho de 1948.	Criação de Escola Pública municipal no Bairro da Aviação.	Área Urbana	Municipal
Resolução 48, 13 de dezembro de 1949	Autoriza a dispor de 15.000,00 para aquisição de Terreno da Escola “Alfredo Castilho”.	Área Urbana	Municipal
Decreto 1082, de 13 de abril de 1951.	Converte a escola Rural Mista de Véstia, Município de Três Lagoas, em escola masculina e feminina.	Área Urbana	Estadual
Decreto 1392, de 7 de agosto de 1952.	Cria a escola feminina e masculina primária “General Dutra”, na cidade de Três Lagoas.	Área Urbana	Estadual
Decreto 1.576, de 19 de maio de 1953.	Cria uma escola primária feminina em Rio Branco, município de Três Lagoas; e converte a mista existente em masculina.	Área Urbana	Estadual
Resolução 127, 30 de setembro de 1954.	Escola Aviação passa a denominar-se Escola Eufrosina Pinto.	Área Urbana	Municipal
Lei 111, 04 de março de 1958.	Criação de Escola Mista Primária “Marechal Rondon”.	Área Urbana	Municipal
Lei 141, 29 de setembro de 1959.	Criação de escola mista em Arapuá.	Área Urbana	Municipal
Decreto 372, de 1960.	Autoriza o Poder Executivo a dispender CR\$700.000,00 na construção de prédios para escola primária na Ilha Comprida, município de Três Lagoas.	Área Urbana	Estadual
Decreto 386, de 1960.	Autoriza o Poder Executivo a dispender CR\$700.000,00 na construção de dois prédios para escola primária no Distrito de Xavantina, Município de Três Lagoas.	Área Urbana	Estadual
Lei 182, 16 de julho de 1963.	Dispõe sobre a criação e manutenção de escola primária em Arapuá.	Área Urbana	Municipal
Lei 204, 05 de novembro de 1963.	Autoriza construção de escola em Xavantina.	Área Urbana	Municipal

Fonte: Assembleia Legislativa; Instituto de Memória, Câmara Municipal de Três Lagoas. (1947 A 1949); Câmara Municipal de Três Lagoas (1954-1958); Câmara Municipal de Três Lagoas (1959-1963); Ementário de Decretos Legislativos. 1956 A 1963; Câmara Municipal de Três Lagoas (1959-1963).

Ocorreu uma expansão das escolas isoladas urbanas, por causa do crescimento populacional, principalmente pela Estrada de Ferro Noroeste e posteriormente com a criação

da usina hidrelétrica de Jupiá, sendo assim, ocorreu a criação de escolas tanto estadual quanto municipais.

Segundo dados do Censo Demográfico realizado em 1950, o município de Três Lagoas possuía 15.757 habitantes de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 8.351 pessoas, sendo 4.797 homens e 3.554 mulheres. Não o sabiam 7.406, dos quais 3.568 homens e 3.838 mulheres, ou seja, 53% para o primeiro grupo e 47% para o segundo (IBGE, 1958). Mostrando que 52,99% da população maior de 5 anos era alfabetizada, 30,44% do sexo masculino e 22,55% do sexo feminino, alguns dos principais motivos para que a alfabetização de mulheres fosse inferior as dos homens era que a sociedade ainda via o casamento como mais importante que a formação educacional ou por vir da classe trabalhadora dificultava sua inclusão na escola.

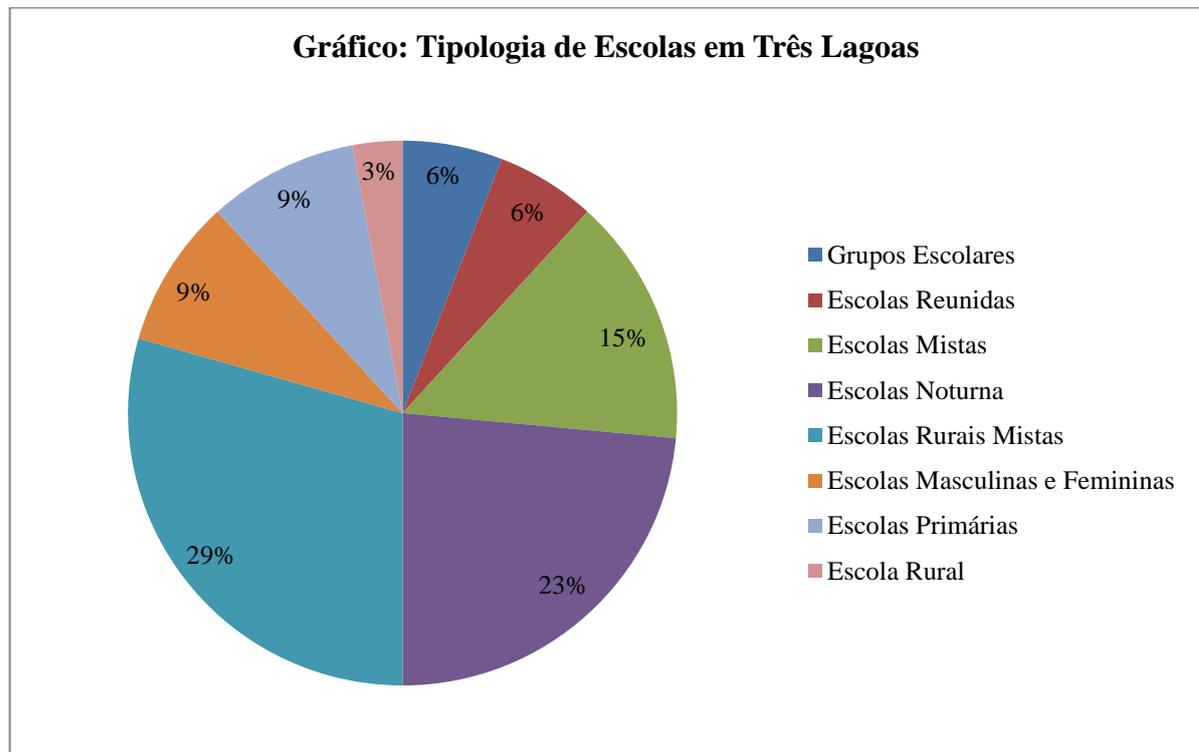
Naquele tempo, parece que era mais acentuada a distinção entre a figura masculina e a figura feminina. A mulher era preparada apenas para ser dona-de-casa, o homem para sustenta-la, o que levava a um enaltecimento do aluno e colocava a aluna num plano secundário. Quando a menina terminava o primário, a família ficava satisfeita, os estudos eram suficientes para quem ia ficar à espera do casamento, enquanto o rapaz tinha que fazer, pelo menos, o ginásio e depois tentar o curso superior, porque a ele ia caber à chefia, a responsabilidade do lar. (THOMÉ, 1990, p. 141).

De acordo com apurações dos dados disponíveis no primeiro mês letivo de 1956, do Departamento Estadual de Estatística, funcionaram em Três Lagoas, em 1956, 13 escolas do ensino fundamental comum, sendo nove estaduais, três municipais e uma particular. O registro de matrículas gerais foi o seguinte: nas escolas estaduais, 1.085 alunos; nas municipais, 436 e na particular, 773 alunos, num total de 2.294 matrículas (IBGE, 1958).

Segundo o Anuário Matogrossense (1957), o ensino primário no município de Três Lagoas estava sendo difundido pelo Grupo Escolar Afonso Pena, e por várias escolas isoladas, tendo como exemplo a Eurico Dutra, na zona urbana da cidade e as demais nas sedes dos Distritos de Véstia, Garcias e Xavantina, com várias outras em fazendas e ponto onde tinha aglomerados populacionais.

O próximo gráfico mostra os “Tipologia das Escola”, observa-se que os tipos considerados são os que estão escritos nos decretos de criação.

Figura 2 - Tipologia de Escola em Três Lagoas (1920-1963)



Fonte: Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Instituto da Memória. Indicadores De Leis e Decretos de Mato Grosso (1890-1935); Diário Oficial de Mato Grosso, 18 de abril de 1941; Diário Oficial de Mato Grosso, 05 De julho De 1947, Assembleia Legislativa; Instituto de Memória, Câmara Municipal de Três Lagoas. (1947 A 1949); Câmara Municipal de Três Lagoas (1954-1958); Câmara Municipal de Três Lagoas (1959-1963); Ementário de Decretos Legislativos. 1956 A 1963; Câmara Municipal de Três Lagoas (1959-1963).

O gráfico mostra que o número das Escolas Rurais mistas no município era maior em relação à quantidade de Escolas Rurais. Grupos Escolares e Escolas reunidas também se encontravam em poucas quantidades, um dos motivos a ser considerado é que a manutenção desses tipos de escolas demandava um custo mais alto aos cofres públicos, por serem consideradas escolas mais avançadas, necessitava de prédios, mais professores, materiais pedagógicos entre outros.

De acordo com Thomé (1990) os cargos de confiança eram relacionados com a alternância política. “Assim que mudava o governo, mudavam todos os que ocupavam cargos de confiança” (THOMÉ, 1990. p. 140).

Durante a época do regime militar, quando o governo de Mato Grosso estava nas mãos de Pedro Pedrossian, Thomé explicou como era o cotidiano do docente na cidade, esse era indicado pelo político de turno e devia atender os interesses do mesmo:

O professor era realmente um porta-voz do poder. Rezava a cartilha da situação. O governador era o senhor todo poderoso, o mandão, cabendo ao professor cumprir à risca toda a orientação que vinha de Cuiabá. Até mesmo a liberdade de comentar qualquer coisa não existia, porque o professor se sentia ameaçado, vigiado pelos próprios funcionários da escola. Havia uma

eterna ameaça a todos aqueles que dependiam de padrinho político, cujos sentimentos, oscilavam entre a inquietação, o medo, a depressão, na defesa de um governo que não correspondia às suas necessidades. Nesse regime totalmente arbitrário, fechado, autoritário, manifestações como greves, passeatas não eram sequer cogitadas. Vivia-se a lei do mais forte. (THOMÉ, 1990, p. 140)

Em 1970, foi promulgada a Lei n. 343, de 02 de dezembro, que estabeleceu concurso para o preenchimento de vagas no magistério municipal.

Faço Saber que a Câmara Municipal de Três Lagoas, aprova e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Três Lagoas, fará realizar todo mês de Janeiro, concurso públicos de títulos e provas para o preenchimento de vagas no magistério municipal: pré-primário, primário e secundário.

Do Concurso para o Magistério pré- Primário e Secundário.

Art. 2º Para o concurso do magistério pré-primário e secundário exigir-se à do concorrente a apresentação do diploma do curso normal ou equivalente, e na falta destes, de certificado de conclusão de tais cursos.

Parágrafo Único - Independentemente de concurso terá preferência aos demais o concorrente que apresentar diploma de curso superior em filosofia; desde que o diploma de grau médio seja do curso normal ou equivalente. (Redação dada pela Lei nº 364/1971). (TRÊS LAGOAS, 1970).

A implantação do concurso municipal para professores se explicava porque existia uma considerada quantidade de escolas, para Monteiro (2018) um dado importante é que a maioria das instituições da cidade era municipal, ou seja, mantidas com recursos do município, 22 escolas entre os anos 1927 e 1971, do total de 32 escolas nesse período.

Em síntese, a expansão das escolas públicas primárias em Três Lagoas ocorreu conforme a necessidade da economia e o aumento populacional durante o período analisado. Mesmo sendo escolas mais baratas para suprir a demanda, o fato é que ocorreu um intenso aumento de número de escolas no período.

O próximo tópico explana sobre o primeiro grupo escolar de Três Lagoas, o Grupo Escolar Afonso Pena, o primeiro grupo escolar do município, esta modalidade institucional era considerada o que havia de mais avançados em termos pedagógicos e organizacionais. Apesar de que o interesse da pesquisa foi abordar profundamente a institucionalização da referida escola no município pesquisado, enfrentou-se limitações para sua materialização dado que foram encontrados poucos documentos a respeito.

#### 4.3 GRUPO ESCOLAR AFONSO PENA – TRÊS LAGOAS

O Grupo Escolar Afonso Pena teve sua gênese por meio da Resolução n. 846, de 1921, de acordo com artigo 1º, foi criado em comemoração ao centenário da Independência: “Art. 1º

em comemoração ao centenário da nossa Independência, ficam criadas, com a mesma organização das atuais, três grupos escolares com sedes na cidade de Campo Grande, Três Lagoas e Aquidauana”. (MATO GROSSO, 1921). O Decreto n. 669, de 5 de junho de 1924, deu a denominação de Grupo Escolar Afonso Penna, que situava-se na cidade de Três Lagoas.

O referido Grupo Escolar durante o período de 1928 até 1970 teve onze diretores, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 16 - Diretores do Grupo Escolar Afonso Pena

Nome dos Diretores	Período
Aristides Osório	09 de junho de 1928 a 10 de novembro de 1930
Maria Eulália Costa Vieira	10 de novembro de 1930 – novembro de 1934 – 27 de agosto de 1947
Augusto Corrêa da Costa	26 de novembro de 1934 – 02 de abril de 1935
Elícia Couto Lima	08 de maio de 1935 – 08 de outubro de 1935; 27 de março de 1937 a 12 de dezembro de 1940.
Antônio Olyntho Mancini	29 de outubro de 1935 – 01 de dezembro de 1936.
Jayme Joaquim Carvalho Filho	1942-1947
Izenaide Ferreira Botelho	19 de julho de 1949 - 08 de novembro de 1950 – fevereiro de 1951.
Esther Viegas Muniz	10 de março de 1951 – fevereiro de 1956
Andrelina Corrêa Castro	15 de fevereiro de 1956 a 24 de fevereiro de 1956
Amélia Jorge Geraldi	Março de 1956 a junho de 1956
Ana Rosa Marques Oliveira	29 de junho de 1956 – agosto de 1957 – outubro de 1960 – 1966 a 1971

FONTE: Escola Afonso Pena. Projeto Comunic@ção. Três Lagoas, MS, Dezembro de 2001.

O Grupo Escolar Afonso Pena foi inaugurado em 1922, nesse ano o número de matrículas foi de 409, nos anos seguintes diminuiu o número de matrículas, voltou a aumentar em 1927, com 263 alunos matriculados.

Tabela 11 - Número de alunos matriculados no Grupo Escolar Affonso Penna (1922-1927)

Grupo Escolar	Localização	Ano de Criação	Ano	Nº de Alunos Matriculados		
				Masculino	Feminino	Total
Afonso Penna	Três Lagoas	1922	1922	-	-	409
			1923	115	86	201
			1924	96	108	204
			1927	123	140	263

Fonte: Relatório da Diretoria da Instrução Pública; Relatório dos Grupos Escolares, Mensagem dos Presidentes do Estado, apud SÁ, 2007.

O número de meninas matriculadas começou a aumentar a partir de 1924, que se tornou superior ao número de alunos do sexo masculino.

Em relação ao número de matrículas em 1925 do Grupo Escolar, observa-se que o primeiro ano era onde concentrava mais da metade das matrículas, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 17 - Matrículas do 1º ao 4º ano do Grupo Escolar Afonso Pena – 1925

Grupo Escolar	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
Affonso Penna	103	20	15	09	147

FONTE: APMT. Mensagem do Presidente Mário Corrêa da Costa, em 13 de maio de 1926; apud AMÂNCIO, 2008, p. 194.

O quadro mostra que havia um número elevado de alunos matriculados no primeiro ano, mas terminava o quarto ano menos de 10% das crianças matriculadas.

Em relação à formação de professores, de acordo com Sá (2007) em 1927, o grupo escolar Affonso Penna encontrava com cinco normalistas e dois concursados, no total de sete professores.

Segundo o Anuário Matogrossense (1957), o Grupo Escolar Afonso Pena, teve a construção de sua sede realizada em 1938, pelo Interventor Júlio Muller, que veio especialmente para presidir a cerimônia de inauguração.

Segundo Santos (2014) o grupo Escolar Afonso Pena teve sua instalação datada de 1922, na cidade de Três Lagoas, então Sul de Mato Grosso, em prédio moderno para o momento histórico, se constituiu, por isso, em um dos melhores estabelecimentos no gênero, dispondo de ótimas salas de aula, perfeitas instalações e moderno aparelhamento. Seu corpo docente era composto por 8 efetivos e 3 interinos, tendo a matrícula em 1943, de 315 alunos. O número de matrícula só não foi maior porque existiam dois estabelecimentos primários, um de iniciativa privada, “Colégio 2 de Julho”, e outro mantido pelo 33º batalhão de caçadores, a Escola General Eurico Dutra. (SANTOS, 2014, p. 47).

O Decreto n. 1067, de 15 de janeiro de 1951, retificou o Decreto n. 891, de 15 de março de 1950, que desdobrou diversas classes do Grupo Escolar Afonso Pena.

Artigo 1º - São consideradas desdobradas a partir de 1 de março do ano próximo passado, as classes do 2º ano; 1º ano C; 1º ano A masculino e 1º ano A feminino, do grupo escolar “Afonso Pena”, da cidade de Três Lagoas.  
Artigo 2º - Fica, assim, retificado o Decreto n. 891, de 15 de março de 1950. (MATO GROSSO, 1951).

O Decreto desdobrou as classes do segundo ano e primeiro ano C, primeiro ano A masculino e feminino do Grupo Escolar Afonso Pena.

Em 1957, com o Decreto n.187, elevou o Grupo Escolar Afonso Pena em Escola Modelo Afonso Pena.

Artigo 1º - São elevados a Categoria ESCOLA MODELO os grupos Escolares AFONSO PENA e ANTÔNIO CORREA, das cidades de Três Lagoas e Aquidauana, respectivamente.  
Artigo 2º - Ficam criados cursos de Admissão anexos aos estabelecimentos de Ensino, a que se refere o artigo anterior (MATO GROSSO, 1957).

Em relação aos arquivos da escola, foram encontrados poucos documentos, pois as fontes documentais da instituição referentes ao período anterior à da divisão do estado não se encontravam lá, só foram detectados alguns dados perdidos no meio dos outros documentos, como mostra a figura.

A próxima tabela mostra as matrículas de alunos do primeiro ao quarto ano da Escola Modelo Afonso Pena.

Tabela 12 - Alunos do primeiro, segundo, terceiro e quarto ano de 1968 da Escola Modelo Afonso Pena

<b>Turmas</b>	<b>Meninas</b>	<b>Meninos</b>	<b>Total</b>
<b>Primeiro Ano A (mista)</b>	8	8	16
<b>Primeiro Ano B (mista)</b>	8	21	29
<b>Primeiro Ano C (mista)</b>	12	22	34
<b>Primeiro Ano D (mista)</b>	9	8	17
<b>Primeiro Ano E (mista)</b>	10	14	24
<b>Primeiro Ano F (mista)</b>	10	7	17
<b>Primeiro Ano G (mista)</b>	5	14	19
<b>Primeiro Ano H (mista)</b>	11	9	20
<b>Primeiro Ano I (mista)</b>	8	15	23
<b>Primeiro Ano J (mista)</b>	10	11	21
<b>Primeiro Ano K (mista)</b>	13	4	17
<b>Primeiro Ano L (mista)</b>	8	15	23
<b>Primeiro Ano M (mista)</b>	11	20	31
<b>Total de Alunos do Primeiro ano</b>	123	168	291
<b>Segundo ano A (feminino)</b>	24	-	24
<b>Segundo ano B (feminino)</b>	17	-	17
<b>Segundo ano C (feminino)</b>	21	-	21
<b>Segundo ano A (masculino)</b>	-	22	22
<b>Segundo ano B (masculino)</b>	-	20	20
<b>Segundo ano A (mista)</b>	16	10	26
<b>Segundo ano B (mista)</b>	15	8	23
<b>Segundo ano C (mista)</b>	8	14	22
<b>Segundo ano D (mista)</b>	8	22	30
<b>Total de Alunos do Segundo Ano</b>	109	96	205
<b>Terceiro Ano A (feminina)</b>	34	-	34
<b>Terceiro Ano B (feminina)</b>	29	-	29
<b>Terceiro Ano A (masculina)</b>	-	32	32
<b>Terceiro Ano B (masculina)</b>	-	30	30
<b>Total de Alunos do Terceiro Ano</b>	63	62	125
<b>Quarto Ano A (feminina)</b>	30	-	30
<b>Quarto Ano B (feminina)</b>	33	-	33
<b>Quarto Ano A (mista)</b>	15	13	28
<b>Quarto Ano B (mista)</b>	10	24	34
<b>Quarto Ano C (mista)</b>	14	10	24
<b>Alfabetização de Adultos</b>	16	10	26
<b>Total de Alunos do Quarto Ano</b>	118	57	175

Fonte: Ata dos Resultados Finais 1968. Escola Modelo Afonso Pena. Tabela produzida pela autora.

Observa-se que as letras correspondentes às salas são só para diferenciar sua denominação, pois não se encontra na Ata nenhum dado que indique alguma diferença das turmas, apenas se diferencia pelos nomes das professoras.

Em 1968, teve 13 salas do primeiro ano mistas, a maioria das matrículas era de meninos. Ocorre um número distinto por salas, como por exemplo, sala com 16 alunos e outra com 34 alunos.

Em relação ao segundo ano tinha três salas femininas, duas masculinas e quatro salas mistas. Observa-se que teve diversidade, pois existia uma sala feminina, uma masculina e outra mista. E o número de meninas foi um pouco maior se comparados com a matrícula masculina: 109 meninas matriculadas e 96 meninos matriculados.

O terceiro ano foi dividido em quatro turmas, duas femininas e duas masculinas. O quarto ano, do ano 1968, teve 3 salas mistas, duas salas femininas e uma de alfabetização de adultos. Observa-se um número elevado de meninas matriculadas, e também a preocupação em alfabetização de adultos, tendo uma sala especial para eles.

A próxima tabela mostra as matrículas dos alunos do primeiro ao quarto ano da Escola Modelo Afonso Pena em 1970.

Tabela 13 - Alunos do primeiro, segundo, terceiro e quarto ano de 1970 da Escola Modelo Afonso Pena

<b>Turmas</b>	<b>Meninas</b>	<b>Meninos</b>	<b>Total</b>
<b>Primeiro Ano A (mista)</b>	15	11	26
<b>Primeiro Ano B (mista)</b>	7	3	10
<b>Primeiro Ano C (mista)</b>	14	6	20
<b>Primeiro Ano D (mista)</b>	11	14	25
<b>Primeiro Ano E (mista)</b>	10	8	18
<b>Primeiro Ano F (mista)</b>	11	9	20
<b>Primeiro Ano G (mista)</b>	8	14	22
<b>Total de Alunos do Primeiro Ano</b>	76	65	141
<b>Segundo Ano A (mista)</b>	14	19	33
<b>Segundo Ano B (mista)</b>	17	23	40
<b>Segundo Ano C (mista)</b>	13	16	29
<b>Segundo Ano D (mista)</b>	14	18	32
<b>Segundo Ano E (mista)</b>	15	20	35
<b>Total de Alunos do Segundo Ano</b>	73	96	169
<b>Terceiro Ano A (mista)</b>	16	12	28
<b>Terceiro Ano B (mista)</b>	20	15	35
<b>Terceiro Ano C (mista)</b>	18	18	36
<b>Total de Alunos do Terceiro Ano</b>	54	45	99
<b>Quarto Ano A (mista)</b>	19	14	33
<b>Quarto Ano B (mista)</b>	17	13	30
<b>Quarto Ano C (mista)</b>	22	18	40
<b>Total de Alunos do Quarto Ano</b>	58	45	103

Fonte: Ata dos Resultados Finais 1970 –Escola Modelo Afonso Pena. Tabela produzida pela Autora.

A Ata dos Resultados Finais do ano 1970, da Escola Modelo Afonso Pena dividia as salas pelo nome das professoras, a divisão com letras na tabela é para diferenciar as salas. Dos alunos no primeiro ano matriculados, 76 meninas e 65 meninos, chegou ao total de 141 alunos. Nota-se uma diferença de alunos por classe, como por exemplo, uma sala com 26 alunos e outra com 10.

No segundo ano foram abertas cinco salas mistas, o resultado mostra 73 alunas matriculadas e 96 alunos matriculados no segundo ano, chegando o total de 169 alunos.

Em relação ao terceiro ano, em 1970, contou com 03 salas mistas, o número de matrículas de meninas para o terceiro ano foi maior que o de meninos, e o total de 99 crianças matriculadas.

O quarto ano de 1970, abriu três turmas mistas, com maior número de alunas chegando o total de 103 alunos.

Em 1957, com o Decreto n.187, por ser considerada uma boa escola pública “São elevados a Categoria escola modelo os grupos Escolares Afonso Pena e Antônio Correa, das cidades de Três Lagoas e Aquidauana, respectivamente”. (MATO GROSSO, 1957).

O Grupo Escolar Afonso Pena foi significativo para a educação primária da cidade, pois os grupos escolares eram o tipo escolar mais importante da época (ensino primário), que continham os maiores investimentos. Os professores que não eram leigos preferiam trabalhar nos grupos escolares, o que contribuíam para o bom desempenho da escola, que em 1957 elevou a categoria de Escola Modelo.

A cidade de Três Lagoas foi importante no desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso, a pecuária, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a Usina Hidrelétrica de Júpia, além de fazer divisa com o estado de São Paulo, mostram que contribuíram no desenvolvimento da cidade e do estado. Com isso, ocorreu a necessidade da expansão escolar do ensino primário, para as crianças da classe trabalhadora, para que depois pudessem contribuir de maneira mais satisfatória as necessidades do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação pretendeu captar a totalidade da sociedade capitalista, no período de 1920 a 1970 para entender a complexidade do processo de criação e expansão das instituições escolares de ensino primário. Sendo assim, para abordar aspectos que permitissem compreender e apreender de forma coerente o objeto de pesquisa que é a expansão do ensino primário público na cidade de Três Lagoas, Sul de Mato Grosso diante do referido momento histórico. As categorias utilizadas foram: “ensino primário”, “obrigatoriedade”, “gratuidade”, “contradição” e “totalidade”.

O Ensino Primário, primeira fase da educação, era a etapa de ensino que permitia que as crianças oriundas da classe trabalhadora aprendessem a ler, a escrever e a fazer as quatro operações matemáticas. Porém no início do século XX terminar o ensino primário público era o máximo que as crianças podiam ter acesso, quando conseguiam, pois a falta de recursos, professores e de instituições escolares estavam entre os principais motivos para o alto índice de analfabetos com idade escolar.

Entretanto, apesar da gratuidade do ensino primário previsto pela primeira vez na Constituição de 1824, foi observado que durante o século XIX não houve grandes avanços com relação ao acesso e permanência das crianças já que o número de alunos que frequentavam as escolas era mínimo. Apesar de a obrigatoriedade estar prevista na legislação para que as crianças com idade escolar fossem obrigadas por lei a frequentar a escola, existiam brechas que eximiam as famílias desta obrigação (alunos que morassem mais que dois quilômetros longe da escola não precisavam se matricular nela, por exemplo).

Além disso, o poder público não dispunha de verbas suficientes para manter escolas que atendessem toda aquela demanda de alunos, corroborando para que a implantação e expansão do ensino primário não acontecesse de forma maciça.

Com efeito, ocorreu a contradição, pois apesar das políticas colocarem o ensino primário como gratuito e obrigatório, faltavam recursos financeiros para efetivar tais propostas e nem todas as regiões do País tinham as mesmas condições econômicas ou interesse por parte de seus governantes no que tange à educação da população. Por isso, em cada região a expansão ensino se materializou de maneira diferente.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o movimento histórico que propiciou as condições materiais para a consolidação do ensino primário público em Três Lagoas. Para tanto, foi desenhada essa dissertação em âmbitos: nacional, estadual e municipal, verificando

as diferenças econômicas no país e o que isso influenciou no estado de Mato Grosso e na Cidade de Três Lagoas.

Com o Ato Adicional de 1834, ficou na incumbência das províncias legislarem e financiarem o ensino primário no país, porém, cada região tinha sua própria economia e as províncias mais ricas tinham maiores recursos financeiros para elaborarem as reformas educacionais com objetivo de suprir a demanda das escolas.

Mato Grosso no início do século XX, foi influenciado pelas reformas educacionais implantadas em São Paulo (1892, 1920, 1925 e em 1927), porém, as crianças na faixa etária para cursar o ensino primário, em sua maioria, moravam na zona rural e o maior montante dos recursos ficava para financiar os investimentos educacionais nas zonas urbanas e este foi um dos motivos que contribuíram para que a escolarização não ocorresse como os governos regionais haviam previsto.

Em relação ao Ensino Primário no contexto Nacional, a educação começou a ser vista no início da industrialização do país como algo importante para a classe trabalhadora e para a economia, já que precisavam de força de trabalho qualificada, porém, não existiam escolas para todos e os recursos eram limitados. Necessitando de Políticas Educacionais que estivessem de acordo com esse viés, a expansão foi gradativa com políticas iniciais para as crianças de 7 a 10 anos, elevando para crianças de 7 a 12 anos e para jovens e adultos.

Mato Grosso não era um dos estados mais ricos do país. A economia na Primeira República baseava-se na pecuária. O Sul de Mato Grosso desejava a separação com o estado. Em 1932, com a Revolução Constitucionalista, ocorreu a separação e a criação do Estado de Maracaju com duração de três meses até ser dissolvido por Vargas. Em 1943, o mesmo presidente criou o Território Federal de Ponta Porã - extinto em 1946 quando ele deixou o poder.

Durante a Era Vargas (1930-1945), Mato Grosso contou com 175 escolas isoladas, 4 escolas reunidas e 11 grupos escolares. Em seu governo, apenas com o Decreto 53, de 1941, estabeleceu a criação de 100 escolas rurais em Mato Grosso. No entanto, essas escolas não tinham eficiência, faltavam professores ou os professores existentes, em sua grande maioria, eram leigos.

Em 1941, o estado contava com 228.741 crianças em idade escolar com apenas 13,2% matriculadas no ensino primário. Em 1970 as instituições escolares de ensino primário em Mato Grosso eram compostas por 2.872 unidades e o número de crianças matriculadas chegou 193.154 alunos.

A cidade de Três Lagoas tornou-se importante economicamente para o estado de Mato Grosso inicialmente pela pecuária e a chegada da estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Mais tarde a criação de usina hidrelétrica fez com que houvesse a necessidade de trabalhadores qualificados, culminando no aumento do número de instituições escolares.

Porém, o número de meninos alfabetizados era maior que o número de meninas sob alegação de que era importante a escolarização para os meninos, já que estes precisavam ter bons empregos e serem chefes de família competentes ao contrário das meninas que, para muitas famílias, tinham somente a função de casar e criar os filhos.

O estudo sobre a implantação e a expansão do ensino primário nos permite afirmar que, apesar das legislações educacionais abordarem a gratuidade e a obrigatoriedade no período estudado, poucas crianças oriundas da classe trabalhadora completavam o ensino primário.

A demanda aumentou com o processo da industrialização, tornando necessária uma força de trabalho qualificada. Como nem todas as regiões do País a expansão foi à mesma – e o Estado de Mato Grosso, por ter um território muito extenso é um exemplo disso - ocorreu um grande aumento no número de escolas isoladas, pois a população, em sua maioria, encontrava-se na área rural.

Para aqueles que moravam na área urbana foram criados os grupos escolares, principalmente nas cidades com maiores recursos financeiros, pois era o tipo de escola que mais demandava recurso público e a educação pública nacional visava atender ao capitalismo, desde quando se deu a sua origem.

As buscas para encontrar documentos foram grandes, como as três viagens para Três Lagoas, onde procuramos na Escola Afonso Pena, Câmara dos Vereadores do município, Biblioteca da cidade, Secretaria de Educação. As duas viagens para Cuiabá, onde fomos ao Arquivo Público Estadual de Mato Grosso, no Instituto da Memória, no Palácio da Instrução. Em Campo Grande ocorreu a visita ao Arquivo Público Estadual e ao Arquivo Histórico de Campo Grande.

Os documentos encontrados e que foram relevantes para a pesquisa foram: a) Escola Afonso Pena: Relatórios anuais da década de 1960, Revista escolar, decreto da criação da escola; b) Câmara dos Vereadores de Três Lagoas: escolas municipais de ensino primário, criadas a partir de 1948 a 1970; c) Instituto da Memória de MT e Arquivo Público de MT: Decretos e Leis sobre criações de escolas do Estado e do município de Três Lagoas; d) Palácio da Instrução: Livros referentes às escolas de Mato Grosso, com dados relevantes a

pesquisa; e) Arquivo Público de Mato Grosso do Sul e Arquivo Histórico de Campo Grande: fontes a respeito da história de Três Lagoas.

A dificuldade de encontrar pessoas que estudaram ou trabalharam como professores do Grupo Escolar Afonso Pena para serem entrevistados, de conseguir documentos da escola que foi importante para o processo de desenvolvimento educacional da cidade e de encontrar documentos de todas as escolas públicas criadas no município de Três Lagoas, principalmente escolas municipais do período de 1920 a 1946, foram as lacunas existentes durante a pesquisa.

Seria de grande relevância, para próximas pesquisas, encontrar antigos professores e alunos com o intuito de saber como era o ensino e também como foi a sua formação no período em questão. Quanto aos alunos daquela cidade, a importância de saber se eles deram continuidade aos estudos ou se os mesmos permaneceram no ensino primário, serviria como material para futuras pesquisas, já que pouco se tem escrito sobre a História da Educação do Estado.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. B. de. **Desenvolvimentismo no governo de Vargas e JK**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. 11, 2015, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015, p. 1-28. 2015. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_alexandre\\_black\\_albuquerque\\_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf). Acesso em: 30 de jan. de 2018.
- ALMEIDA, G. G. F. de; ENGEL, V. **A Influência da Economia Cafeeira no Processo de Industrialização do Brasil na República Velha**. Salvador, v. 2, n. 34, p. 581-592, ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4124>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- ALVES, G. L. **Mato Grosso do Sul: do Universal ao Singular**. Campo Grande: Uniderp, 2003.
- ALVES, L. M. A. **Breve ensaio sobre o processo de expansão escolar em Mato Grosso**. Coletâneas do nosso tempo, Cuiabá-EdUFMT, 1996.
- ALVES, L. M. A.. **Nas trilhas do ensino: Educação em Mato Grosso 1910-1946**. Cuiabá: EdUFMT. 1998.
- AMÂNCIO, L. N. de. **Ensino de Leitura e Grupo Escolares: Mato Grosso 1910-1930**. Cuiabá, EDUFMT, 2008.
- AMORIM, R. P. de. **A Influência do Pabae na Prática de Ensino em Mato Grosso nos anos 1960**. Disponível em: [http://www.ufmt.br/endipe2016/downloads/233\\_10198\\_36309.pdf](http://www.ufmt.br/endipe2016/downloads/233_10198_36309.pdf). Acesso 03 ago. 2017.
- AMORIM, R. P. de; FERREIRA, M. dos. S. **Intelectuais e Educação em Mato Grosso nos anos de 1960**. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/5532/2857>>. Acesso 03 ago. 2017.
- ANUÁRIO MATOGROSSENSE 1957. **Uma obra dedicada ao progresso do Oeste Brasileiro**. Gráfica Olímpia Editora. Rio de Janeiro. Brasil.
- ARANHA-SILVA, E. **Três Lagoas: uma interpenetração do rural com o urbano**. Presidente Prudente – SP. UNESP, 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- ARAUJO, J. C. **Republicanism e Escola Primária nas Mensagens dos Presidentes de Estado de Minas Gerais (1891-1930)**. In: Araújo, J. C. S.; Souza, R. F. de. PINTO, R. N. **Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara-SP. JUNQUEIRAeMARIN editores. 2012. p. 100-150.
- AREND, M.. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise 28 evolucionária**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Tese de Doutorado em Economia da UFRGS).
- ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO. **Ementário 1951 a 1960**. Eliane Fernandes.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MT; INSTITUTO MÉMORIA. **Indicador das Leis e Decretos do Estado de Matto Grosso (1890 a 1935)**. Livraria e Papelaria “UNIÃO”. Cuiabá, Matto Grosso.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MT; INSTITUTO MÉMORIA. **Ementário de Leis e Decretos (1948)**. Livraria e Papelaria “UNIÃO”. Cuiabá, Matto Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MT; INSTITUTO MÉMORIA. **Ementário de Decretos Legislativos 1956 a 1963**. Livraria e Papelaria “UNIÃO”. Cuiabá, Matto Grosso.

BELLINGIERI, J. C. **A Economia no Período Militar: crescimento com endividamento (1964-1984)**. Revista FAFIBE Online ,Bebedouro-SP, v. 1, p. 1, 2005.

BELUZO, M. F.; TONIOSSO, J. P. **O Mobral e a Alfabetização de Adultos: Considerações históricas**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200716.pdf>. Acesso 30 jan. de 2018.

BITTENCOURT, K. P.. **Toponímia Urbana da Cidade de Três Lagoas – MS: Interfaces Entre Léxico, Cultural e História**. 2015. 227 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

BOBADILHA, T. R. **Educação Primária no Sul de Mato Grosso: o Grupo Escolar de Bataiporã - MT (1955-1974)**. 2016. 114 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/THIERRY%20ROJAS%20BOBADILHA.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Disponível em: [http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO\\_DO\\_PENSAMENTO\\_MARXISTA\\_TOM\\_BOTTOMORE.pdf](http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf). Acesso em: 01 ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 16.782 de 13 de Janeiro de 1925**. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29024/pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017.

BRASIL a. **Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 01 out. 2017.

BRASIL b. **Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso: 01 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso: 01 out. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso: 01 out. 2017.

BRASIL. **Organização do Ensino Primário e Normal XVIII Estado de Mato Grosso. Ministério da Educação e Saúde**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Boletim n.º 22 – 1942.

BRASIL a. **Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de Janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 out. 2017

BRASIL b. **Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de Janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 out. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 18 de setembro de 1946.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa Do Brasil de 1967.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. **Ato Institucional n. 5. De 13 de dezembro de 1968.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 30 jan. 2018.

BRITO, S. H. A. de. **Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954).** Campinas: 2001. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP.

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **Leis 1947, 1948 e 1949.** Ata das Legislações.

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **Leis 1954, 1955, 1956, 1957 e 1958.** Ata das Legislações.

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **Leis 1959, 1960, 1961, 1962 e 1963.** Ata das Legislações.

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **Lei n. 343, de 02 de dezembro de 1970.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ms/t/tres-lagoas/lei-ordinaria/1970/35/343/lei-ordinaria-n-343-1970-estabelece-concurso-para-preenchimento-de-vagas-no-magisterio-municipal-1971-11-10-versao-consolidada>. Acesso: 01 de set. 2018.

CAMPOS, A. M. **Os Direitos Políticos nas Constituições de 1891 e 1934.** Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/10110/direitos\\_politicos\\_campos.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/10110/direitos_politicos_campos.pdf?sequence=3). Acesso em: 20 maio 2018.

CAPES. **História e Missão.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso: 20 maio 2018.

CATTANIO, M. B. **A dinâmica urbana e a estruturação espacial de Três Lagoas.** 1976. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus, Bauru, 1978.

CAVALCANTE, E. **História de Mato Grosso.** 3 ed. Cuiabá-Mato Grosso. Carlini e Caniato, 2013.

CAVALCANTE, A. do N. **Imprensa e Educação: o ensino primário rural nas páginas de jornais do município de dourados (1948-1974)**. 2016. 111 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados.

CUNHA, M. V. da. **A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do INEP**. R. bras. Est. pedag. Brasília, 175-195, maio/ago. 1991.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

DAEHNHARDT, P. **As Origens da Grande Guerra e o Estatuto de Grande Potência: O caso da Alemanha**. Disponível em:

[http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri42/n42a06.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri42/n42a06.pdf). Acesso em: 10jan. 2018.

DAMASCENO, A. **A planificação da Educação dos Anos 30 a 60: Pioneirismo, Reformas, Submissão e Tecnocracia**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 68, p. 125-137, jun2016 – ISSN: 1676-2584. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643788>. Acesso em: 28 mar. 2017.

D'ARAÚJO, M. C. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p.

DELGADO, L. de A. M. **O Governo de João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas**. Revista Grafia Vol. 9 - enero-diciembre 2012 - pp. 175-191 - ISSN 1692-6250. Disponível em:

[http://www.fuac.edu.co/recursos\\_web/descargas/grafia/grafia9/175-191.pdf](http://www.fuac.edu.co/recursos_web/descargas/grafia/grafia9/175-191.pdf). Acesso em 30 jan. 2018.

ESCOLA AFONSO PENA. **Projeto Comunic@ção**. Três Lagoas, MS, Dezembro de 2001.

ESCOLA MODELO AFONSO PENA. **Ata dos Resultados Finais 1968**. Mato Grosso, Três Lagoas.

ESCOLA MODELO AFONSO PENA. **Ata dos Resultados Finais 1970**. Mato Grosso, Três Lagoas.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, Diana Gonçalves. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. 2000 Nº 14. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03>. Acesso em 29 de mar. 2017.

FARIA, T. K. F. de S. **Lourenço Filho e os Projetos de Lei Orgânica do Ensino Primário (1938-1946)**. 2015. 121 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em:

[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF\\_1a7d6f61f26ef22d473444217b555a4e/Detai](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_1a7d6f61f26ef22d473444217b555a4e/Detai). Acesso em: 25 mar. 2017.

FERREIRA, M. de M. **Getulio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 16f.

FERRO, M. de A. B. **A Escola Primária do Piauí.**In: Araújo, J. C. S.; Souza, R. F. de. PINTO, R. N. *Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada.* Araraquara-SP. JUNQUEIRAeMARIN editores. 2012. p. 194-209.

FICO, C. **História do Brasil Contemporâneo.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1. 160 p.

FREITAS, M. C. de. **Brasil 1954-1964: sugestão de roteiro a partir das ideias educacionais (Anísio e Vieira Pinto).** Revista Brasileira de História. v. 14 n. 27. p. 167-178. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/revistas-anpuh/rbh..> Acesso em: 29 mar. 2017.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a Organização da Cultura.** Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro. 1982.

GOTIJO, C. M. M.; CAMPOS, D. **Bases nacionais para o ensino da leitura e da linguagem na escola primária (1949).**Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 57 abr.-jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n57/v19n57a03.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

HADDAD, S. DE PIERRO, M. C. **Escolarização de Jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, n. 14, maio/ago. 2000. p.108-130. RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais.** O Guardador de Inutensílios. Cadernos de Cultura. N. 7, p. 17-30 maio 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios.** XXXV Volume. Rio de Janeiro. 1958.

JACOMELI, M. R. M. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927.** Campinas: 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

JORNAL DO POVO. **100 anos de Três Lagoas.** Três Lagoas, 2015.

LARA, R.; SILVA, M. A. da. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

LEITE, P. H.; BICALHO, L. C. **História,** In: Cursinho Pré-Universitário Popular. Universidade de Juiz de Fora. 2015.

LIMA, T. P. P. de. **Escola, Ensino e aprendizagem: A contribuição de Anísio Teixeira à educação brasileira.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 57, p. 91-101, jun2014 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640405>. Acesso em 28 mar. 2017.

LOBATO, A. da S. et al. **A Formação do Espaço Mato-Grossense: As Transformações e Impactos Decorrentes da Expansão da Soja.** Disponível em: <seer.ufrgs.br/paraonde/article/download/22105/12865>. Acesso em: 17 jun. 2017.

LOMBARDI, J. C. **Educação e Nacional-Desenvolvimentismo: articulações e confrontos entre concepções e pedagogias antagônicas (1946-1964).**

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 67, p. 23-38, mar2016 – ISSN: 1676-2584.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645955>. Acesso em: 28 mar. 2017.

**MANIFESTO DOS EDUCADORES. Mais uma vez convocados. (janeiro de 1959).**

Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2_22e.pdf). Acesso em: 30 de jan. de 2018.

**MACARINI, J. P. A Política Econômica do Governo Costa e Silva. (1967-1969).** Econ. contemp., Rio de Janeiro, 10(3): 453-489, set./dez. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rec/v10n3/01.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.

**MARX, K. Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo. Martins Fontes. 1983.

**MATO GROSSO. História de Mato Grosso.** Disponível em:

<http://www3.mt.gov.br/imprime.php?cid=70485&sid=825>. Acesso em: 16 de jun. 2017.

**MATO GROSSO. Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso-22 outubro de 1910.** Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114991>. Acesso em 16 jun. 2017.

**MATO GROSSO. Resolução n. 846, 3 de novembro de 1921.** Cuiabá: Typographia Official, 1921.

**MATO GROSSO. Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927.** Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114996/Regulamento%20MT%201927%2C%2022%20de%20abril.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jun.

**MATO GROSSO. Decreto n. 53, de 18 de abril de 1941.** Cuiabá, sexta-feira, 18 de abril de 1941. Ano LI. Nº. 8564.

**MATO GROSSO. Decreto-Lei n. 874, de 5 de 1947.** Cuiabá, sábado, 5 de julho de 1947. Ano LVII, nº. 9.963.

**MATO GROSSO. Lei Orgânica de Ensino Primário.** LEI n. 452 , de 24 de novembro de 1951. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-452-1951.pdf>. Acesso em 1 abr. 2018.

**MATO GROSSO. Decreto n. 1067, de 15 de janeiro de 1951.** Cuiabá, Quinta feira, 18 de janeiro de 1951. Ano LX. Nº. 10.912.

**MATO GROSSO. Decreto n. 187, de 6 de março de 1957.** Quarta Feira, 20 de março de 1957. Ano LXVI. Nº 13.094

**MATO GROSSO. Decreto n. 319, de 04 de maio de 1962.** Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122346?show=full>. Acesso em 20 de maio de 2018.

MATO GROSSO. **Lei n. 2.993 de 9 de junho de 1970.** Dispõe sobre a criação de Centros Educacionais. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-2993-1970.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2018.

MENDONÇA, A. W. P. C. et al. **Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960.** Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 31 jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a08v11n31.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

MÉSZÁROS, I. **A Educação Para Além do Capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTEIRO, J. da S. **Cultura Escolar: A institucionalização do Ensino Primário no Sul do Antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974).** 2011. 259 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/Juliana%20da%20Silva%20Monteiro.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MONTEIRO, H. C. V. **O Processo de Institucionalização da Escola Normal Dom Aquino Corrêa de Três Lagoas no Sul de Mato Grosso (1952-1975).** 2018. 194 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/5120>. Acesso em 20 maio 2018.

MOTTA, D. das G, et al. **O Estado do Maranhão e a Institucionalização da Escola graduada na Primeira República.** In: Araújo, J. C. S.; Souza, R. F. de. PINTO, R. N. Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada. Araraquara-SP. JUNQUEIRA e MARIN editores. 2012. p. 78-99.

NATERA, R. da C.. **A Noroeste do Brasil e suas contribuições à cidade de Três Lagoas (1912-1930).** Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/PAINEL%20PDF/Rafael%20da%20Costa%20Natera.pdf>. Acesso em 30 ago. 2017.

OLIVEIRA, R. T. C. **Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910 -1930).** Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 105-129, jan./jun. 2009.

PAES, A. B.. **Reformas e Regulamentos da Instrução Pública de Mato Grosso. (1889-1927).** *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.2, n.4, p.80-96, jan/abr. 2012.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira.** São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PALMA FILHO, J. C. **A Educação Brasileira no período de 1930-1960: A Era Vargas.** Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso: 01 out. 2017.

PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Novo Estado.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/142.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf). Acesso 16 ago. 2017.

PASINATO, D. **Educação no Período Populista Brasileiro (1945-1964)**. Disponível em: [seer.upf.br/index.php/ph/article/download/3647/2394](http://seer.upf.br/index.php/ph/article/download/3647/2394). Acesso em: 22 maio 2018.

PINTO, R. N. **Escola Primária em Goiás na Primeira República: Tensões e Distensões de um Jogo de Empurra**. In: Araújo, J. C. S.; Souza, R. F. de. PINTO, R. N. *Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara-SP. JUNQUEIRAeMARIN editores. 2012. p. 301-328.

POUBEL E SILVA, E. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PREFEITURA DE TRÊS LAGOAS. **Conheça os antigos Prefeitos de Três Lagoas**. Disponível em: <http://www.treslagoas.ms.gov.br/view/ex-prefeitos/>. Acesso em 01 mar. 2018.

REZENDE FILHO, C. de B.. **História econômica geral**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBERA, R.A **Guerra Fria: Breves notas para um debate**. *Novos Rumos*, v.49, n. 11, p. 87-106. Jan-Jun. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2374/1934>. Acesso em: 30 de jan. de 2018.

SÁ, E. F. de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SÁ, N. P. . SÁ. E. F. de (Orgs.). **Revisando a história da educação primária: Os grupos escolares na primeira república**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SÁ ROSA, M. da G.. *Memória da Cultura e da Educação de Mato Grosso do Sul: Histórias de Vida*. Campo Grande, MS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 1990.

SANT'ANNA, S. B. MIZUTA, C. M. M. **A Instrução Pública Primária no Brasil Imperial: 1850-1889**. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/117/pdf>. Acesso 20 maio 2018.

SANTOS, E. C. R. dos. **As escolas Reunidas como Modalidade Escolar: uma perspectiva de pesquisa em história da educação**. Disponível em: [periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/download/2691/1827](http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/download/2691/1827). Acesso em 30 ago. 2018.

SANTOS, E. C. R. dos. **Escolas Reunidas: Na sedimentação da escola moderna emMato Grosso (1927-1950)**. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

SAVIANI, D. . O legado educacional do 'longo século XX' brasileiro, 3ª ed.. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3ªed.Campinas: Autores Associados, 2014, v. 1, p. 9-54.

SAVIANI, D. . **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 4 ed. 2013.

SAVIANI, D. **História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa**. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. ; NASCIMENTO, M.I.M.. (Org.). *A escola pública no Brasil: história e historiografia*..1ed.Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 1-29.

SCHELBAUER, A. R. **Trabalho Didático e Escolarização Primária: Fontes para a História Da Educação No Final Do Império.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 220-229, set.2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639625>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SILVA, A. A. S. da. **Institucionalização da educação no sul de Mato Grosso : a primeira escola de Fátima do Sul (1950-1974).** 2017. 149f. Dissertação (mestrado). Dourados, MS : UFGD, 2017. 149f.

SILVA, J. C. da. *et al.* **Instituições Escolares: Memória, Fontes e Arquivos.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 64, p. 159-169, set2015 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641934>. Acesso em: 28 mar. 2015.

SOUZA, R. F. de. **Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil.** In: SAVIANI, Dermeval (Org). O Legado Educacional do Século XIX no Brasil. 3ª. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2014. p, 33-79.

SOUZA, R. F. de. **As Escolas Públicas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil.** In: Araújo, J. C. S.; Souza, R. F. de. PINTO, R. N. Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada. Araraquara-SP. JUNQUEIRAeMARIN editores. 2012. p. 23-77.

THOMÉ, F. Três Lagoas. In: SÁ ROSA, Maria da Glória. Memória da Cultura e da Educação de Mato Grosso do Sul: Histórias de Vida. Campo Grande, MS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 1990.

VALDEMARIN, V. T. **Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino.** In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

**ANEXOS**

Figura 3 - Sala de Arquivos da escola Afonso Pena



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 4 Sala de Arquivos da escola Afonso Pena



Fonte: Acervo pessoal da autora.